

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BEATRIZ PIMENTA KLEIN

TRANÇAS NOS CABELOS, ARMAS NAS MÃOS:
Questões de gênero nas guerrilhas das FARC-EP e do PKK

FLORIANÓPOLIS

2018

BEATRIZ PIMENTA KLEIN

**TRANÇAS NOS CABELOS, ARMAS NAS MÃOS:
QUESTÕES DE GÊNERO NAS GUERRILHAS DAS FARC-EP E DO PKK**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Graciela de Conti Pagliari.

FLORIANÓPOLIS

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Klein, Beatriz Pimenta

Tranças nos cabelos, armas nas mãos : Questões de gênero
nas guerrilhas das FARC-EP e do PKK / Beatriz Pimenta
Klein ; orientadora, Graciela de Conti Pagliari, 2018.
115 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Mulheres soldado. 3.
Gênero. 4. Guerrilha. I. Pagliari, Graciela de Conti. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Relações Internacionais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir nota 10 à acadêmica Beatriz Pimenta Klein, após a apresentação do trabalho intitulado “TRANÇAS NOS CABELOS, ARMAS NAS MÃOS: QUESTÕES DE GÊNERO NAS GUERRILHAS DAS FARC-EP E DO PKK” na disciplina CNM 7280 – Monografia.

Florianópolis, 03 de julho de 2018.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Graciela de Conti Pagliari
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Danielle Jacon Ayres Pinto
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Sabrina Evangelista Medeiros
Escola de Guerra Naval

*Ao vô Klein e à Vitória.
Que saudade...*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Adriana, mulher primeira. Existe, de verdade, algum jeito de agradecer suficientemente a própria mãe?

Ao meu pai, Alexandre. Por apostar em mim e dar a força que alça meus voos. Eu voo, mas sempre volto.

Ao meu irmão, Guilherme, razão da minha vida. Por simplesmente ser Guilherme.

Ao Vinicius, meu melhor amigo e meu amor (que sorte!). Por me incentivar a descobrir tudo o que eu ainda posso vir a ser – e estar pronto para amar cada versão vindoura. A UFSC me trouxe gratas surpresas e ferrenhas paixões: as Relações Internacionais e você são as mais arrebatadoras delas, e agradeço por compartilhar ambas essas paixões contigo.

À minha orientadora, Graciela. Pela entrega e pelas trocas ao longo dos últimos cinco anos. Por me apresentar às Relações Internacionais e por me ensinar a amá-las. Por fechar esses ciclos comigo: missão cumprida!

À Universidade Federal de Santa Catarina. Por me fazer descobrir sonhos que eu nem sabia que poderia ter - e me permitir realizar muitos deles. Por me possibilitar os encontros. Por me permitir crescer. Por me ver partir e saber que eu nunca vou embora de verdade.

*“Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não sou feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
— dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.”
(Adélia Prado)*

RESUMO

Este trabalho monográfico versa sobre a atuação feminina em grupos guerrilheiros, nomeadamente as FARC-EP, na Colômbia, e o PKK, na região do Curdistão. A pesquisa se dá no sentido de investigar como se efetiva a participação destas mulheres combatentes (a fim de averiguar quais são as funções femininas em grupos armados informais) e se esta atuação infere de algum modo no exercício da identidade feminina no escopo do grupo e na sociedade civil. A investigação empresta entendimentos dos estudos de gênero e conceitos tradicionais das Relações Internacionais e os intercrusa, de modo a compreender a relação entre os gêneros no escopo de grupos armados de projeção internacional. Com base em testemunhos, projeção histórica, pesquisas anteriores e relatórios que expõem a situação socioeconômica das sociedades em questão, a pesquisa se desenrola de modo a concluir resultados díspares para os questionamentos iniciais sobre ambos os grupos: a atuação do PKK atua positivamente na alteração dos paradigmas femininos na sociedade curda; já a atuação das FARC-EP não suscita semelhante transformação estrutural.

Palavras-chave: Gênero 1. Guerrilha 2. Mulheres soldado 3.

ABSTRACT

This research work investigates the female participation in guerrilla groups, namely the FARC-EP in Colombia and the PKK in the Kurdistan region. The research explores the participation of these women combatants (in order to ascertain the female roles in informal armed groups) and if this action in any way infers in the exercise of the feminine identity in the group scope and in the civil society. The research takes understandings of gender studies and also traditional concepts of International Relations and interrelates them, in order to understand the relationship between genders in the scope of armed groups of international projection. Based on testimony, historical projection, previous research and reports that expose the socioeconomic situation of the societies in question, the research is conducted in order to conclude disparate results for the initial questions about both groups: the PKK's performance positively affects the female paradigms in Kurdish society; the actions of the FARC-EP do not give rise to such structural transformation.

Keywords: Gender 1. Guerrilla 2. Woman combatant 3.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da segurança física das mulheres ao redor do mundo, dados de 2014.	53
Figura 2 - Discriminação contra mulheres em instituições sociais, 2014.	54
Figura 3 - Território do Curdistão	68
Figura 4 - Território controlado pelo PKK.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 3 - Características antinômicas entre o feminino e o masculino	45
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tendência geral no índice de fragilidade, Colômbia e Turquia, 2006-2017.....	28
Gráfico 2 - Indicadores de coesão interna, Colômbia e Turquia, 2006-2017.....	29
Gráfico 3 - Emprego e empregabilidade, Colômbia, 1990-2016.	55
Gráfico 4 - Emprego e empregabilidade, Turquia, 1990-2016.	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Características de guerrilha X terrorismo.....	31
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FARC-EP – Forças Armadas da Colômbia – Exército do Povo

FFP – Fundo para a Paz

ISIS – Estado Islâmico do Iraque e da Síria

KCK – Confederação dos Povos do Curdistão

PCC – Partido Comunista Colombiano

PKK – Partido dos Trabalhadores do Curdistão

PYD – Partido da União Democrática

RI – Relações Internacionais

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

YPG – Unidades de Proteção do Povo

YPJ – Unidades de Proteção das Mulheres

Sumário

1 Introdução	17
2 Das Relações Internacionais às relações internacionais.....	21
2.2 DESDOBRAMENTOS DO PODER POLÍTICO: SOBERANIA E USO DA FORÇA	23
2.3 ESPECTRO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA – GUERRILHA, TERRORISMO E CONFLITOS MODERNOS	30
2.3.1 <i>Modern Warfare</i>	32
2.4 AGÊNCIA: INDEPENDÊNCIA OU MORTE	35
2.5 O QUE VEMOS NÃO É O QUE VEMOS, SENÃO O QUE SOMOS: UMA CRÍTICA ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	37
2.6 CONCLUSÕES PARCIAIS	39
3 Medusas, viúvas-negras e a fauna das mulheres violentas	40
3.1 GÊNERO, SEXO E CORPO	41
3.2 MASCULINIDADE E FEMINILIDADE - BINÁRIOS.....	44
3.3 VIOLÊNCIA FEMININA: UM FENÔMENO	47
3.4 MULHERES SOLDADO: HIPÓTESES	51
3.5 CONCLUSÕES PARCIAIS	58
4 História e histórias.....	60
4.3 JUSTAPOSIÇÃO, CONTRAPOSIÇÃO OU EQUIPARAÇÃO?	73
4.4 TRAJETÓRIA FEMININA	76
4.4.1 <i>Nas FARC-EP</i>	76
4.4.2 <i>No PKK</i>	78
4.5 CONCLUSÕES PARCIAIS.....	83
5 Cruzamento entre dados e testemunhos: por que mulheres se juntam às FARC-EP e ao PKK?	85
5.1 FARC-EP.....	85
5.1.1 <i>Expectativas</i>	85

5.1.2 Realidades: “ser mulher na guerra representa a renúncia ao poder”	88
5.2 PKK: THE REVOLUTION IS FEMALE	93
5.2.1 Expectativas	93
5.2.2 Realidade?	95
5.3 CONCLUSÕES PARCIAIS	99
Conclusão	101
Referências bibliográficas	106

1 Introdução

A problematização do gênero como categoria de análise é, no contexto do feminismo, uma revolução para os estudos das ciências sociais. No âmbito das Relações Internacionais, a introdução dos estudos feministas é uma contraposição que desafia as tradicionais visões das relações internacionais (COSTA; SÉLIS; SOARES, 2009), que compreendem o sistema internacional e as interações entre seus atores como indiferentes a aspectos sociais historicamente construídos.

A compreensão tradicional dos papéis de gênero se relaciona com a maneira com a qual os Estados se constroem e institucionalizam, e, conseqüentemente, com seu relacionamento com os demais atores internacionais. Cimentados os conceitos de Estado e de sistema internacional, estes retroalimentam a arcaica identidade de gênero: é a manutenção da dicotomia feminino-pacifista X masculino-violento (MÉNDEZ, 2012).

A observância da mulher como agente da violência, portanto, ainda causa estranhamento. Quando se analisam as mulheres guerreiras, lhes são destituídas suas características tradicionalmente compreendidas como femininas, ao mesmo tempo em que não lhe são conferidas as glórias do ser masculino. Assim, a mulher que pega em armas é um paradoxo social.

Com este trabalho, pretende-se analisar a existência destas mulheres que pegam em armas e são agentes da violência. No entanto, ao contrário da aparentemente institucionalizada participação feminina nas Forças Armadas, analisar-se-á a dispersa contribuição das mulheres em grupos armados guerrilheiros.

Este trabalho monográfico intenciona analisar a participação feminina armada em grupos guerrilheiros organizados, em específico nas FARC-EP (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo¹) e no PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão²), a partir dos anos 1990 até os dias atuais. Desta forma, objetiva-se verificar se a participação de mulheres em grupos guerrilheiros influencia a performance da identidade feminina nas sociedades nas quais tais grupos se inserem; e determinar, a partir de comparação histórico-social entre grupos, se há inflexão ou manutenção do papel social da mulher nas guerrilhas pesquisadas.

Na literatura corrente, a inclusão do gênero como categoria de análise para conflitos armados coloca as mulheres como vítimas da violência (MÉNDEZ, 2012). No tocante aos

¹ *Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colômbia – Ejército del Pueblo.*

² *Partiya Karkeren Kurdistan.*

grupos guerrilheiros, em específico, consta na literatura que essas mulheres exercem funções complementares à ação armada dos homens (MAZURANA; PROCTOR, 2013): essas mulheres são mães, esposas, cozinheiras e mediadoras (HERRERA; PORCH, 2008).

Com a ascensão de grupos guerrilheiros que contam altamente com a participação feminina na linha de frente, como as mulheres do PKK e das FARC-EP, torna-se notório ao público o exercício de funções que fogem à visão tradicional do que supostamente deveria ser desempenhado por uma mulher (HERRERA; PORCH, 2008). Assim, torna-se flagrante a necessidade de análise e compreensão aprofundada deste fenômeno, observando as implicações desta participação feminina para o grupo, para o conflito armado, e para as próprias mulheres – como elas se reconhecem e como a sociedade civil as vê. Faz-se crucial contribuir na modificação da noção popular sobre a existência da mulher-soldado, o que acaba por atingir as próprias noções de identidade de gênero e agência feminina. O registro da existência de tais mulheres faz-se historicamente relevante, visto que, no decorrer da História, é comum que as ditas minorias sejam sub-representadas na literatura, o que causa prejuízo a toda sociedade, uma vez que um registro histórico não pode ser completo sem observar as perspectivas de diferentes atores e de diferentes contextos sociais.

Vale destacar preliminarmente a justificativa da escolha pelos dois grupos acima citados: as FARC-EP representam uma opção intuitiva de estudo de caso, visto a proximidade geográfica e de identificação cultural com o entendimento da autora; já o PKK, distante grupo guerrilheiro, foi selecionado por representar uma realidade (aparentemente) distante, o que poderia gerar um resultado comparativo (em relação às FARC-EP) muito relevante. A confrontação destas duas amostras do fenômeno guerrilha pode resultar em uma análise surpreendente sobre potenciais similitudes ou discrepâncias entre a participação feminina na violência política ao redor do globo.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de ir de encontro, no escopo das Relações Internacionais, às estruturas de opressão que representam as mulheres enquanto vítimas e as destituem de agência. Por si só, essa já deve figurar como uma contribuição teórica deveras relevante para o campo de estudo das Relações Internacionais, visto que a corrente literária não traduz a realidade de maneira suficientemente adequada.

Concernente às perspectivas históricas das FARC-EP e do PKK, a revisitação às trajetórias destes grupos, voltando o olhar a um aspecto específico, é de grande valia para a própria compreensão mais holística da atuação da guerrilha. Observando atentamente aspectos subpesquisados de grupos guerrilheiros, e projetando um paralelismo entre grupos específicos

de contextos sociais aparentemente díspares, é criada uma perspectiva de análise dentro do campo dos estudos de gênero, em específico nas Relações Internacionais e nas relações internacionais, nunca antes abordada. A relevância científica da abordagem proposta é a possibilidade de estabelecimento de um padrão comportamental que vá de encontro com o entendimento comum das capacidades femininas.

Esta será uma pesquisa de objetivo exploratório (GIL, 1991 apud SILVA; MENEZES, 2001) e de abordagem qualitativa (SILVA; MENEZES, 2001), pois estará baseada em interpretação dos fatos analisados indutivamente de maneira descritiva e procurará construir hipóteses acerca do problema de pesquisa. As informações utilizadas na presente pesquisa serão de natureza bibliográfica e documental. Serão fontes prévios estudos sociais sobre os dois grupos guerrilheiros selecionados e relatórios oficiais – enquanto secundárias e primárias, respectivamente (MARCONI; LAKATOS, 2003) - (emitidos por organismos internacionais, tal qual o Banco Mundial) que tratem de tais grupos. Serão analisados relatórios do *Human Rights Watch* para compreender a atuação dos grupos guerrilheiros em relação à possível violação de Direitos Humanos; dados compilados pela base de dados *Woman Stats* visando observar um quadro geral da condição feminina em ambos os países (Colômbia e Turquia). Utilizar-se-á também convenções do Direito Internacional e entendimentos oficiais estatais sobre determinados tópicos internacionais, tal qual a Convenção de Genebra (de 1949), que versa sobre Direito Internacional Humanitário aplicável à conflitos armados, de onde é possível extrair o entendimento vigente na cena internacional de conceituações básicas úteis aos esforços do trabalho, como: definição de —combatente, limites do conflito armado, etc.

Foram escolhidos três critérios de análise para que se possa realizar comparação histórico-local entre dois grupos e se possa atestar uma manutenção ou inflexão do papel feminino nas sociedades em questão. Os critérios utilizados, com base em Eccarius-Kelly (2012), são os que seguem: 1. ambos os grupos se localizam em Estados onde a democracia não é consolidada ou é instável; 2. ambos os grupos foram fundados com base em ideias revolucionárias de inspiração marxista, e assim, foram financiados, no início das atividades revolucionárias, por Estados socialistas, tendo que se reorganizar financeira e ideologicamente após a queda da União Soviética, voltando-se para atividades ilícitas; 3. ambos os grupos mantiveram, por algum período de tempo, controle sob parte do território ou da população do país, substituindo a atuação do Estado na região em questão. Estes foram os critérios selecionados, pois dão as bases que permitem estabelecer paridade entre os grupos; é

a partir do nexu verificado que podemos traçar as diferenças entre ambos. Essencial salientar que os grupos não serão abordados em sua totalidade de atributos: foram selecionados os três critérios anteriormente apontados, que darão as bases para que se possa estabelecer uma analogia entre as FARC e o PKK; a partir desse alicerce, observar-se-á a inserção e integração das mulheres nos referidos grupos, buscando encontrar referências às mulheres-soldado (se e como existirem), para que finalmente se possa comparar as experiências destas agentes nos dois grupos guerrilheiros em questão.

A pesquisa foi limitada pela relativa escassez de trabalhos e relatos acerca das experiências femininas no escopo do PKK; em comparação ao material acadêmico disponível em relação às FARC-EP, as fontes de pesquisa relacionadas ao grupo curdo são inferiores em quantidade. O grupo colombiano, justamente pela assinatura do acordo de paz, no ano de 2016 (GOBIERNO NACIONAL DE COLOMBIA; FARC-EP, 2016), conta com extenso delineamento de suas atividades e experiências - dado justamente o fato de a desmobilização possibilitar a abertura histórica do grupo. O PKK, por ser um grupo que está ativamente engajado em atividades de guerrilha até os dias atuais, suas atividades possuem acesso restrito ao público - assim, neste momento histórico, esta pesquisa se encontra limitada pela indisponibilidade de informações e testemunhos concernentes ao PKK. Nesse sentido, faz parte da relevância da presente pesquisa o apontamento de tais limitações, de modo a determinar a importância do desenvolvimento destas fontes.

O trabalho está dividido em quatro capítulos após a introdução. O primeiro capítulo será uma breve revisão sobre temas das Relações Internacionais pertinentes à temática: o capítulo discorrerá sobre a questão do uso da força nas relações internacionais e sobre o emprego desta por diferentes atores que não somente o Estado nacional; trará a distinção adotada pelo trabalho entre guerrilha e terrorismo.

O segundo capítulo debaterá a questão da construção de identidade de gênero e com isso influi na militarização de grupos armados.

O terceiro capítulo trará a formação e o histórico dos dois grupos guerrilheiros escolhidos, explanará a evolução histórica da participação feminina em ambos os grupos e definirá os critérios que possibilitarão a comparação entre as guerrilhas no próximo capítulo.

O quarto capítulo discorre sobre o debate principal da monografia, que são os desdobramentos da análise comparativa entre os dois grupos guerrilheiros trabalhados, pautada nos critérios previamente citados, e o que isso significa para as sociedades em questão.

2 Das Relações Internacionais às relações internacionais

As Relações Internacionais são um campo de estudo que toma por base algumas discussões de caráter histórico-social acerca do desenvolvimento do que hoje chamamos de sistema internacional: o campo é pautado em conceitos como Estado-nacional, soberania, uso da força, poder, nacionalismo, atores, etc. (STEANS, 2013). Ainda que todos esses entendimentos permeiem as discussões desse campo do conhecimento, não será pertinente debruçarmo-nos sobre cada um deles. No entanto, consideramos de fundamental relevância atermo-nos a um restrito universo de conceitos que contribuirão na elucidação do fenômeno das mulheres-soldado atuando nas FARC-EP e no PKK.

O presente capítulo pretende demonstrar alguns conceitos fundantes do campo de conhecimento das Relações Internacionais; este capítulo pretende fornecer ao leitor o ferramental básico para que se faça uma análise aprofundada sobre a temática nesta pesquisa abordada: o papel das mulheres-soldados nos grupos guerrilheiros PKK e FARC-EP. Tais conceitos perpassam breves debates acerca das dimensões do poder – o que é o poder político, como o poder se manifesta politicamente nas relações internacionais, como o poder perpassa as interações sociais privadas -; apresentam uma discussão sobre Estado-nação, soberania, uso da força e agentes do sistema internacional; define-se também neste capítulo o entendimento deste trabalho sobre a definição e diferenciação de guerrilha e terrorismo, e classifica-se esse tipo de atuação de violência política no espectro dos conflitos armados estudados pela literatura das Relações Internacionais; concernente ainda aos conflitos armados, apresenta-se considerações sobre motivações para o conflito armado e seus desdobramentos socioeconômicos; e uma linha que permeia todo o capítulo são críticas ao modo clássico de se estudar Relações Internacionais, como sua construção androcêntrica e estadocêntrica.

2.1 O PODER E OS PODERES

Como estruturais sociais contribuem na construção e manutenção das instituições fundantes da sociedade? As estruturas sociais – tal qual o papel da família, dos papéis de gênero, da manifestação da identidade religiosa – traduzem a possibilidade do desempenho de poder. Poder, por sua vez, é um conceito amplo e fundamentalmente útil para as Relações Internacionais e para a presente pesquisa, visto que poder diz respeito: à estrutura do sistema internacional, à política, aos conflitos armados, às atividades desempenhadas por grupos guerrilheiros, à construção da identidade de gênero, à agência dos atores, etc. Poder, no

âmbito da ciência política e dos estudos internacionais, é um atributo de vasto mapeamento acadêmico, versando sobre seus mais diversos aspectos: sua própria semântica, estruturas de autoridade como institucionalização de poder, contabilidade das relações de poder, poder quanto à natureza, pressupostos de poder e seus índices/coeficientes (CASTRO, 2016, p. 181). A fim de explicar os conflitos armados aqui em debate, a nós basta estabelecer características básicas e elucidar como o poder se relaciona às demais variáveis das relações internacionais: poder é um elemento relacional que diz respeito a força, controle, interesse. De acordo com Morgenthau (2003, p. 18),

O poder pode abarcar tudo que estabeleça e mantenha o controle do homem sobre o homem. Assim, o poder engloba todos os relacionamentos sociais que se prestam a tal fim, desde a violência física até os mais sutis laços psicológicos mediante os quais a mente de um ser controla uma outra.

Para além deste entendimento fundante, pode-se avançar nos estudos sobre o poder de modo a esclarecer as minúcias que se relacionam a esta dinâmica social. Poder, no sentido da ciência política, é um conceito relacional e circunscrito a esferas específicas, afinal, não se pode esperar que o poder exercido no âmbito hierárquico das filas das Forças Armadas, por exemplo, se estenda para um controle sobre a vida pessoal dos soldados (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). Assim, um primeiro aspecto sobre o poder é seu caráter altamente relacional e contextual. Todas as relações são intermediadas por algum tipo de poder – seja este um poder estabilizado (aquele cuja probabilidade de gerar o resultado almejado é alta) ou institucionalizado (um poder estabilizado que dispõe da existência de funções claramente definidas e coordenadas entre si) (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 937). Essa relação que o poder estabelece, deve-se notar, é de qualidade assimétrica – dado que um ator influi nos comportamentos de um segundo, mas o comportamento daquele não se altera – e necessariamente institui uma relação causal, onde o ator cujas ações estão sendo constrangidas é suficientemente coagido a comportar-se de determinada maneira (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 936).

Enquanto forma passível de classificação, o conceito nos moldes da ciência política se tipifica entre poder potencial e poder em ato. Enquanto o poder em ato é uma dinâmica pontual, é o poder genuinamente exercido, o poder potencial é a manutenção da capacidade futura de determinar o comportamento alheio (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). Essa capacidade se apresenta desde que o sujeito a exercer o poder sobre outro detenha recursos que podem ser utilizados para tanto – sejam estes recursos o uso da força, ameaça, prêmio, etc. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

Uma condição final que diz respeito ao poder é a necessidade não somente do efetivo exercício dele, mas da percepção individual e coletiva sobre a distribuição do poder - faz parte do rol de recursos necessários para a garantia da aplicação do poder a percepção coletiva sobre a efetividade do poder. Além das noções coletivas, as expectativas de ação-reação são importantes no cálculo comportamental de todos os atores – assim, muitas vezes o recurso ao poder não se efetiva (poder em ato), mas se manifesta quando o comportamento de um ator é constrangido mediante a parca previsão do comportamento de outrem. Destarte, é importante que um ente fomente uma imagem acuadora, de modo a não necessitar recorrer ao uso direto do poder todas as vezes (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). “À mulher de César não basta *ser* honesta, deve *parecer* honesta”.

O acima exposto demonstra que o poder é a base de todas as relações no presente trabalho apresentadas e a busca pela estabilização do poder influi em todas as dinâmicas futuramente mencionadas: a guerrilha, enquanto estrutura que procura dismantelar a estabelecida dinâmica estatal em voga, busca uma alteração no quadro de poder dentro de determinado Estado ou Estados; ainda sobre a guerrilha, ela se utiliza de poder (derivado de violência física e “laços psicológicos”, tais quais vulnerabilidades socioeconômicas) para atingir controle sobre uma população. Quanto às questões de gênero, o poder se apresenta, dentre outras formas, de acordo com as ilustrações que seguem: as estruturas de gênero refletem uma estrutura de poder na qual aqueles do gênero masculino oprimem aquelas do gênero feminino e as submete aos mandos e desmandos dos homens; as mulheres instituídas de agência exercem poder sobre sua própria realidade social, sem necessitar de intermediários para alterar a situação feminina; entre inúmeras outras situações subjacentes que envolvem a busca e o exercício do poder.

2.2 DESDOBRAMENTOS DO PODER POLÍTICO: SOBERANIA E USO DA FORÇA

Tomando o Estado-nacional como sustentáculo e unidade primeira do sistema internacional (como será visto ao final do capítulo), segue-se a indispensabilidade da soberania interna e externa de todo ente estatal. Desta forma, as Relações Internacionais aceitam e legitimam o uso da força como meio para atingir e principalmente manter a soberania nacional (STEANS, 2013). Vemos em Steans (2013, p. 54, tradução nossa) que diferentes correntes do pensamento das Relações Internacionais tomam como verdadeira a assertiva do uso da força relacionar-se intimamente à construção e manutenção do sistema

internacional: “Teóricos Críticos entendem a violência como sendo ligada à constituição do sistema de Estados.”³ ou “Pós-estruturalistas similarmente veem o Estado como uma distinta forma moderna de organização política que é fundada na violência.”⁴. Não somente foi a violência uma instituidora do Estado⁵, bem como seu uso é uma característica própria da manutenção deste: correntemente entende-se o uso da força como domínio legítimo dos Estados, qualidade que os distinguem de outras instituições (BULL, 2002, p. 69).

Embora a compreensão corrente seja de que o Estado é a instituição que detém a legitimidade da violência, verifica-se (e o presente trabalho ilustra) que outros grupos também fazem uso político da força, ainda que moralmente seja uma utilização ilegítima, visto que não se elaboram justificativas morais para sustentá-lo (MORGENTHAU, 2003). O uso da força por parte de agrupamentos outros que não o Estado é um paradoxo para as Relações Internacionais, na medida em que o campo de estudos tradicionalmente se ocupa das relações entre pares (entes estatais) (COX, 1981); a definição de atores internacionais, ao final do capítulo, contribuirá na elucidação de como a emergência de grupos institucionalizados tais quais os guerrilheiros colaboram para a dinamização das Relações Internacionais.

Essencial para a clareza do presente trabalho é a conceituação de conflito armado, situação política na qual o uso da força é empregado nas relações internacionais. De acordo com as convenções internacionais, “conflito armado expressa as seguintes situações: a) elementos de forças armadas adversárias empreendem intencionalmente operações militares umas contra as outras; [...]” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2011, p. 17). Posto desta forma, o estudo dos conflitos armados pode parecer, em primeira análise, simples e com variáveis facilmente detectáveis. Entretanto, tal estudo envolve inúmeras facetas do fenômeno, que incluem ensaios sobre a motivação humana a engajar-se em batalhas (a exemplo da relevância do papel de características como etnia, raça, religião, gênero na pré-disposição para o conflito); fatores estruturais que dão margem à eclosão de conflitos internos; papel de civis e combatentes; normativas internacionais que regem os conflitos; tecnologia empregada no conflito (o que possibilita sua tipificação), etc. Exaurir as conjunturas dos dois conflitos estudados neste trabalho seria demasiadamente longo, e optamos por nos atermos a algumas conceituações preliminares que serão muito úteis para a compreensão dos conflitos, quando observados mais atentamente nos próximos capítulos.

³ “Critical Theorists understand violence to be tied into the constitution of the state system”

⁴ “Poststructuralists similarly see the state as a distinctly modern form of political organization that is founded in violence.”

⁵ Cf TILLY, 1996; BUZAN, 2007.

Concernente aos conflitos armados, breves considerações teóricas devem ser feitas no sentido de contribuir para a compreensão do início dos conflitos. Há uma corrente de autores⁶ que trabalham com o binômio *greed/grievance* (ganância/indignação, em tradução livre) como variáveis explicativas dos conflitos armados (principalmente guerras civis), sendo *greed* compreendido como uma análise racional que prioriza valores e necessidades econômicas, e *grievance* como causas ligadas a motivações ideológicas e a valores identitários (CAPRIOLI, 2005). Contudo, como analistas das ciências sociais, é sempre importante lembrar a complexidade das relações humanas, não sendo possível justificar um conflito armado por motivos puramente ideológicos ou estritamente econômicos – há sempre uma sobreposição de identidades, interesses e valores que perpassam os cálculos racionais dos atores envolvidos (KALYVAS, 2003).

Um dos aspectos que contribuem para a análise da emergência de conflitos armados é o modelo individualista da escolha racional, que compreende que as raízes dos conflitos se encontram no contexto da economia política local, envolvendo alterações nas relações sociais e condições materiais de determinada população de tal modo que estas constriam os atores a agir (CRAMER, 2002). A ideia é que as circunstâncias determinantes para se recorrer à violência se apresentam em forma de interesses materiais, dada principalmente a existência de pobreza e baixo crescimento econômico - deste modo, as insurgências se anunciam de maneira a tentar realocar recursos (CRAMER, 2002). Um aspecto perverso da análise econômica dos conflitos armados é a sugestão de que os insurgentes e a população civil, de modo geral, se aproveitam do levante popular de modo a obter vantagens econômicas por vias ilícitas – a insurgência pode gerar a indistinguibilidade entre insurgentes e criminosos (COLLIER; HOFFLER, 2004). Por fim, é essencial ressaltar que as vulnerabilidades econômicas não se distribuem homogeneamente entre uma população; justamente a desigualdade social é um fator que cria identidades de grupo – o que enseja a insurgência de conflitos mediante a existência de choque identitário (KALYVAS, 2003).

Os aspectos complementares à visão economicista dos conflitos armados são suas justificativas ideológicas e identitárias. De acordo com Collier e Hoeffler (2004, p. 570), há quatro possibilidades de conflitos iniciados por justificativa de *grievance*: ódio político ou étnico, repressão política, exclusão política e desigualdade econômica. Assim sendo, um grupo motivado por *grievance* possui uma agenda política, transformando o conflito em questão em um embate entre identidades (nós *versus* os outros) (BERDAL; MALONE, 2000).

⁶ Cf. BERDAL; MALONE, 2000; COLLIER; HOFFLER, 2004.

Embora questões econômicas e identitárias sejam variáveis de indiscutível importância para a eclosão de um conflito, há outro ponto especialmente importante para o desenvolver deste trabalho: as probabilidades de conflito aumentam em sociedades que aceitam culturalmente a violência como forma de resolução de contendas. Essa situação se dá em sociedades cujas desigualdades sejam estruturais, institucionalizando a violência como aspecto estrutural da coletividade (CAPRIOLI, 2005, p. 163). Violência estrutural é uma condição que demanda de quatro aspectos:

[...] exploração, que é focada na divisão do trabalho com benefícios assimetricamente distribuídos; penetração, que necessita de controle por parte dos exploradores sobre a consciência dos explorados, resultando na aquiescência dos oprimidos; fragmentação, que significa que os explorados são separados entre si; e a marginalização, com os exploradores como uma classe privilegiada com suas próprias regras e formas de interação (GALTUNG, 1975, p. 264-65 apud CAPRIOLI, 2005, p. 164).

Considera-se que a violência estrutural é a maneira por meio da qual a violência se torna culturalmente normatizada. Essa tipificação de violência estrutural foi originalmente construída levando em consideração desigualdades em termos econômicos, mas sob a ótica da desigualdade de gênero, vemos que esta também é uma categoria passível de sofrer violência estrutural. E de que maneira a violência estrutural de gênero se relaciona com a eclosão de conflitos armados? A hierarquização entre o gênero feminino e o masculino, produto de violência estrutural e produtora de violência cultural, denota clara desigualdade estrutural – e uma sociedade desigual e violenta em seu âmago é uma sociedade pré-disposta a recorrer à violência para solucionar seus impasses (CAPRIOLI, 2005). Gênero, portanto, se torna uma categoria de análise que possibilita a previsão de conflitos intraestatais; segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (1995 apud CAPRIOLI, 2005), desigualdade entre homens e mulheres é um impedimento para a paz sustentável.

Enquanto a motivação política que move o PKK, conforme estudado nos capítulos adiante, se relaciona à questão étnica-territorial, a guerrilha colombiana sugere que o aparecimento do conflito se deve a características próprias do Estado da Colômbia. Como parte da América Espanhola, a Colômbia enquanto Estado independente herda características próprias das colônias. Uma importante discussão nos estudos do sistema internacional versa sobre a fragilidade dos Estados de terceiro mundo (estes caracterizados como “Uma mistura conceitual de nações descolonizadas e suas relações com antigas metrópoles europeias [...]; antigos Estados não alinhados [...]; e países mais pobres e menos desenvolvidos na divisão

econômica norte-sul” (THOMAS, 2003, p. 205 tradução nossa)⁷), sendo estes muitas vezes relacionados a um conceito denominado de “Estados fracos”⁸. Estados fracos são aqueles relativamente novos Estados (em comparação com as velhas potências europeias) cuja memória colonial os impute uma série de características em comum e que os torne vulneráveis e não competitivos com as velhas metrópoles (SKOCPOL; NORDLINGER; KRASNER, 2001). O que sugere que a Colômbia seja um Estado fraco é sua falta de legitimidade vertical, demonstrada pela contestação, pelas FARC-EP e por outros grupos armados, do poder estatal. Em relação às FARC-EP, em especial, se aplica a seguinte caracterização: “existe uma disputa perene entre as autoridades nacionais, representando o Estado, e centros de poder local que comandam a lealdade efetiva de importantes segmentos da população.” (HOLSTI, 1996, p. 104 tradução nossa)⁹. Desta forma, o conceito de Estado fraco pode significar uma variável para a compreensão da eclosão de conflitos armados tal qual o que ocorre na Colômbia.

O Fundo para a Paz (FFP) (2017) desenvolveu um índice para análise de Estados frágeis. Esse índice envolve 12 indicadores relativos à coesão interna do país (aparato de segurança, elites divididas e fragmentação social), à economia (declínio econômico, desenvolvimento desigual e êxodo de capital humano), a fatores políticos (legitimidade estatal, serviços públicos e Direitos Humanos) e sociais (demografia, refugiados e intervenção externa). Os doze indicadores incluem, mais especificamente, questões relativas à: corrupção, criminalidade, deslocamento interno não voluntário da população, declínio econômico agudo, desigualdade baseada em identidade de grupo, discriminação ou perseguição institucionalizada, pressões demográficas severas, comprometimento ambiental, incapacidade de prover à população, etc. Esse índice possibilita, portanto, a comparação entre Estados, identificando fragilidades que comprometem a capacidade de um país em desempenhar suas funções esperadas.

Ainda de acordo com o índice do FFP (2017), fatores que indicam a fragilidade de um Estado podem incluir: perda de controle físico de seu território ou a detenção do monopólio legítimo do uso da força; a erosão da autoridade legítima em tomar decisões; incapacidade de propiciar adequados serviços públicos; a inabilidade em se relacionar com outras nações como membro legítimo do sistema internacional.

⁷ “a conceptual mixture of decolonized nations and their relations with their former European colonial rulers [...]; former nonaligned [...]; and the poorer, less developed countries in the North-South economic divide”

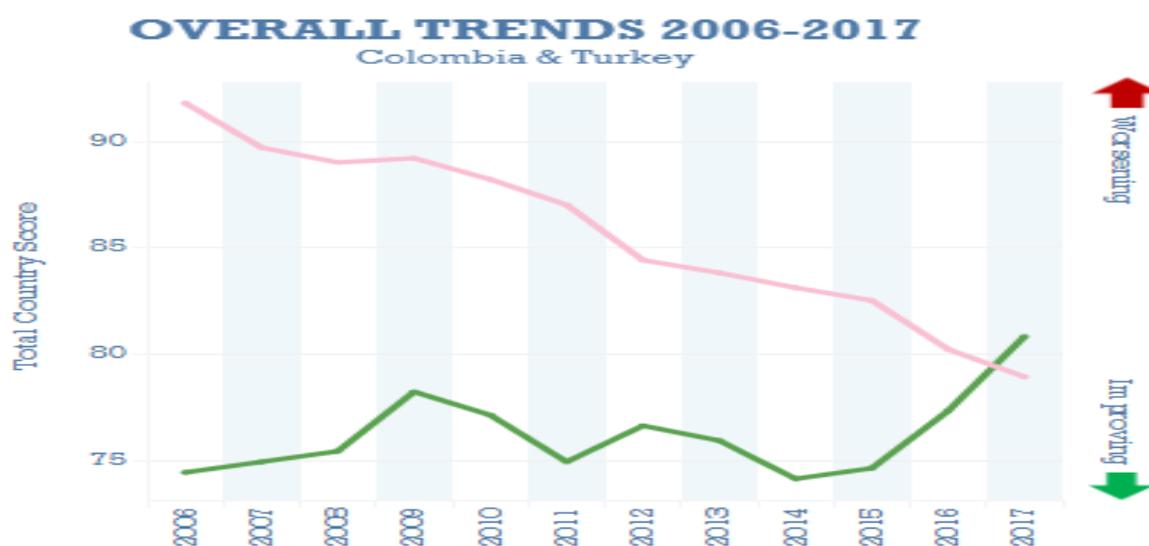
⁸ Cf. BUZAN, 2007.

⁹ “A perennial contest exists between the “national” authorities representing the state and local power centers which command the effective loyalties of important segments of the population.”

As doze variáveis são medidas de 0-10 – onde 0 representa maior coesão e 10 representa maior fragilidade. Soma-se a pontuação total e quanto mais perto de 120, mais frágil é o país, sendo atribuída a ele uma posição no ranking mundial, onde o 1º país é o mais frágil e o último país é o mais coeso e não propício a falhar.

No ano de 2017, a Colômbia se encontrava em 69º no ranking mundial, contabilizando 78,9 pontos; a Turquia se encontrava em 64º no ranking e contabiliza 80,8 pontos na soma total (FUND FOR PEACE, 2017). As tendências gerais destes dois países registradas nos últimos dez anos são as observadas a seguir:

Gráfico 1 - Tendência geral no índice de fragilidade, Colômbia e Turquia, 2006-2017



Fonte: Compilado pela autora, com base nos dados do Fund for Peace (2017)

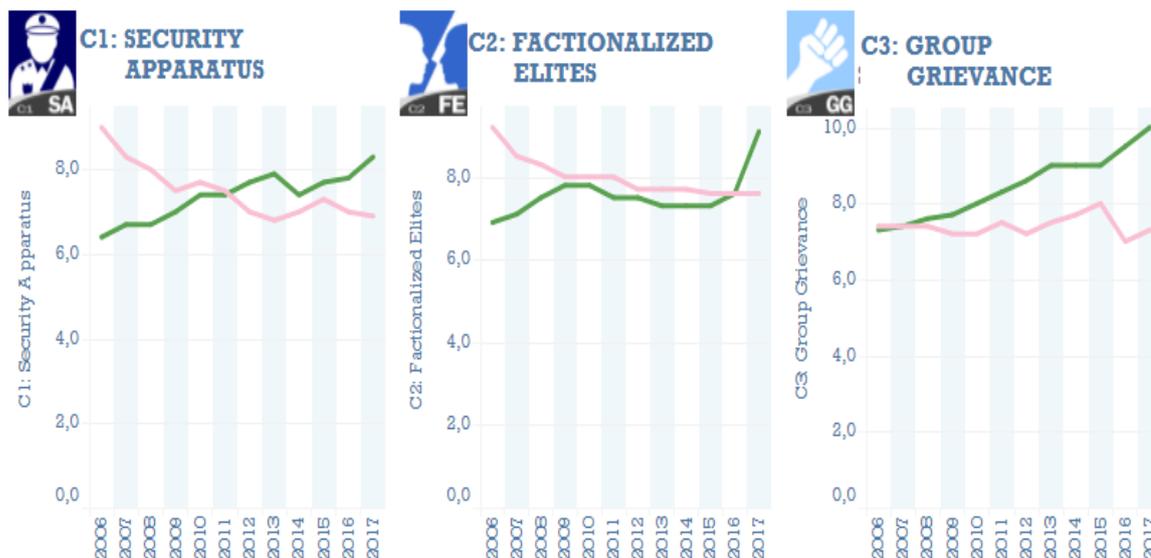
* A linha rosa representa a Colômbia; a verde, a Turquia.

Linha ascendentes significam uma piora no índice do país; linhas descendentes, uma melhora.

O eixo vertical contabiliza a soma total de pontos de cada país.

Observa-se pelo gráfico que enquanto a Colômbia se recupera anualmente e vem se tornando um Estado cada vez mais coeso e forte, a Turquia segue a tendência oposta, fragilizando-se cada vez mais – a partir de 2014 a tendência se intensifica. Por meio do gráfico abaixo, podemos observar que, dos 12 indicadores, é principalmente o grupo dos indicadores relativos à coesão interna dos países que impacta mais na contabilização dos pontos da Colômbia e da Turquia.

Gráfico 2 - Indicadores de coesão interna, Colômbia e Turquia, 2006-2017



Fonte: Compilado pela autora, com base nos dados do Fund for Peace (2017)

* A linha rosa representa a Colômbia; a verde, a Turquia

C1: Aparato de segurança

C2: Elites divididas

C3: Fragmentação social

Conforme observado nos gráficos acima, os elementos de coesão social variam entre 6 e 10, pontuações consideravelmente altas, tanto para Turquia quanto para Colômbia. Observamos também que uma tendência inversa se apresenta para os dois países na última década, com uma gradiente melhora nos índices de coesão social colombianos, em especial do aparato de segurança, e com uma piora muito relevante para a Turquia em termos de divisão de elites e fragmentação social.

Expostos os dados acima, confirma-se a hipótese de que a teoria dos Estados fracos se aplica como indicativa da eclosão de conflitos armados. A contestação da soberania de um Estado, princípio dos grupos guerrilheiros, indica falta de coesão interna – e, conforme o índice acima aponta, a falta de coesão interna de um país o debilita e o expõe enquanto instituição.

Ambos os conflitos armados trabalhados na presente pesquisa, importante notar, devem ser categorizados como de natureza internacional, uma vez que os efeitos do conflito propagam-se além das fronteiras nacionais dos Estados em questão (gerando deslocamento populacional, fluxo de armamentos, tráfico de drogas, etc.) e contam com a participação de atores internacionais (externos ao conflito) (VIANA, 2009). Uma ilustração dessa temática é

o fato de que a Colômbia é a terceira nação em número de refugiados internos do mundo (SWEIG, 2002).

Para o Direito Internacional, é de suma importância delimitar os agentes dos conflitos armados, de modo que se possam ordenar situações de confrontos. Assim sendo, é corrente em tratados internacionais a diferenciação e definição de combatentes e sociedade civil, atores compreendidos no escopo dos conflitos armados. Com base em um compilado de tratados internacionais, tais quais as Convenções de Genebra, de Haia e de Nova York, o Ministério da Defesa (2011, p. 19) assinala quem é definido como combatente:

- a) os membros das Forças Armadas de uma Parte no conflito, e também os membros das milícias e dos corpos de voluntários que fizerem parte dessas Forças Armadas;
- b) os membros das outras milícias e dos outros corpos de voluntários, incluindo os dos movimentos de resistência organizados, que pertencerem a uma Parte no conflito e atuarem fora do próprio território, mesmo que esse território esteja ocupado, contanto que essas milícias ou corpos de voluntários, incluindo esses movimentos de resistências organizados, satisfaçam às seguintes condições: - sejam comandados por pessoa responsável pelos seus subordinados; - possuam um sinal distintivo fixo e susceptível de ser reconhecido à distância; e - transportem as armas à vista.

Sem distinção de gênero, a presente definição de combatente permite a compreensão de que mulheres membro das FARC-EP ou do PKK são vistas como combatentes de um conflito armado - ainda que não necessariamente atuem como agentes da violência, por vezes atuando de modo tangencial ao conflito (em papéis logísticos) -, sendo responsabilizadas e julgadas de acordo com esse preceito.

2.3 ESPECTRO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA – GUERRILHA, TERRORISMO E CONFLITOS MODERNOS

Mais do que apenas conflito internacional, ambas as contendidas devem ser categorizadas como movimentos de guerrilha – e para tal categorização, é fundamental sua diferenciação, de acordo com o entendimento compartilhado pela autora, de movimentos ditos “terroristas”. Dentre a miríade de eventos classificados na literatura como “violência política”, guerrilha e terrorismo invariavelmente são confundidos justamente por semelhanças de objetivo e táticas; no entanto, é possível categorizarmos ambos os eventos de maneira que fique claro que

movimentos como as FARC-EP e o PKK não constituem grupos terroristas¹⁰. De acordo com Fearon e Laitin (2003, p. 75 apud KALYVAS; BALCELLS, 2010, p. 418, tradução nossa)¹¹,

Guerrilha ou guerra irregular é uma tecnologia de rebelião onde os rebeldes privilegiam grupos pequenos e levemente armados; é uma expressão de relativa assimetria entre Estados e rebeldes. Rebeldes têm capacidade militar para desafiar e ameaçar o Estado, mas lhes falta capacidade de confrontá-lo de maneira direta e frontal.

Em termos técnicos, é possível especificar as técnicas da guerrilha como as que seguem:

A guerrilha desenvolveu uma maneira de contornar as massivas concentrações de força militar [...]. Na guerrilha, territórios são capturados por meio de controle político da população, ao invés de através de avanço militar, e batalhas são evitadas ao máximo possível. [...] Guerrilhas, pelo menos na teoria articulada por Mao Tse-tung ou Che Guevara, objetivava capturar ‘corações e mentes’”(KALDOR, 1999, p. 7–8, tradução nossa)¹².

Por se tratar de um tipo de violência de objetivo de cunho político que parte de cidadãos contra o Estado, classifica-se a guerrilha como insurgência. Já o terrorismo, como forma de violência política que parte de cidadãos e atinge os próprios cidadãos, deve ser classificado de maneira distinta. O terrorismo pode ser utilizado como estratégia da violência política insurgente; no entanto, essa aplicação não confunde o teor do movimento armado (MERARI, 1993). Como se verifica na tabela abaixo, guerrilha e terrorismo possuem características absolutamente individualizáveis:

Tabela 1- Características de guerrilha X terrorismo

	Guerra convencional	Guerrilha	Terrorismo
Tamanho das unidades em batalha	Grande (exércitos, destacamentos, divisões)	Médio (pelotões, companhia, batalhões)	Pequeno (normalmente menos de 10 pessoas)
Armas	Gama completa do poderio militar (força aérea, artilharia, etc.)	Majoritariamente armas leves tipo infantaria, mas ocasionalmente peças de artilharia também	Armas de mão, granada de mão, espingardas de assalto e armas especializadas - como carros-bomba, bombas de controle remoto, bombas de pressão barométrica
Tática	Normalmente operações conjuntas envolvendo	Tática de comando	Táticas especializadas: sequestros, assassinatos, carros-

¹⁰ De acordo com os entendimentos da literatura utilizada e aplicada para a análise do presente trabalho.

¹¹ “Irregular or guerrilla warfare is a technology of rebellion whereby the rebels privilege small, lightly armed bands operating in rural areas; it is an expression of relative asymmetry between states and rebels. Rebels have the military capacity to challenge and harass the state, but lack the capacity to confront it in a direct and frontal way.”

¹² “Guerrilla warfare developed as a way of getting round the massive concentrations of military force [...]. In guerrilla warfare, territory is captured through political control of the population rather than through military advance, and battles are avoided as far as possible. [...] Guerrilla warfare, at least in theory as articulated by Mao Tse-tung or Che Guevara, aimed to capture ‘hearts and minds’ [...]”

	vários destacamentos militares		bomba, reféns, etc.
Alvos	Majoritariamente unidades militares, industriais e infraestrutura de transporte	Majoritariamente equipes militares, de polícia e administrativas, bem como oponentes políticos	Símbolos de Estados, oponentes políticos e público em geral
Impacto pretendido	Destruição física	Majoritariamente atrito físico com o inimigo	Coerção psicológica
Controle de território	Sim	Sim	Não
Uniforme	Usam uniforme	Normalmente usam uniforme	Não usam uniforme
Reconhecimento de zonas de guerra	Guerra limitada a zonas geográficas reconhecidas	Guerra limitada ao país em conflito	Sem zonas de guerra reconhecidas. Operações realizadas mundo afora.
Legalidade internacional	Sim, se conduzido pelas normas	Sim, se conduzido pelas normas	Não
Legalidade doméstica	Sim	Não	Não

Fonte: MERARI, 1993, tradução nossa.

Crucial salientar novamente a distinção entre guerrilha e terrorismo, ainda que estas sejam duas categorizações amplamente utilizadas por atores governamentais e a literatura em geral, sem contar, no entanto, com precisão conceitual. Motivados pelo amplo debate acerca da distinção precisa entre as duas denominações, resta-nos enfatizar nossa compreensão de terrorismo, a fim de diferenciar o uso dos conceitos no presente trabalho. O terrorismo, prática amplamente estudada nas ciências sociais, é dotado de grande controvérsia, mas possui características-chave passíveis de identificação:

[...] Terrorismo como sendo o emprego do terror contra um determinado público, cuja meta é induzir (e não compelir nem dissuadir) num outro público (que pode, mas não precisa, coincidir com o primeiro) um determinado comportamento cujo resultado esperado é alterar a relação de forças em favor do ator que emprega o terrorismo, permitindo-lhe no futuro alcançar seu objetivo político (DINIZ, 2002, p. 13).

Diniz (2002) ainda ressalta ser o emprego do terrorismo uma prática estratégica, e não um fim em si mesmo; ou seja, o terrorismo seria um estágio dentre uma série de artifícios utilizados para a obtenção de um fim (político). Compreendido dessa forma, exclui-se a relevância da autoria do ato terrorista das prerrogativas de sua caracterização. É possível compreender que um grupo guerrilheiro empregue casualmente uma tática terrorista, dada sua fácil empregabilidade (GANOR, 2002).

2.3.1 Modern Warfare

Conflitos armados envoltos em violência política representam um desafio aos estudos clássicos da guerra nas Relações Internacionais. Das guerras institucionalizadas às guerras totais, finalmente chegamos ao estudo das guerras de terceiro tipo (ou guerras populares). Representando uma revolução no modo de se fazer guerra (*warfare*), as chamadas guerras de terceiro tipo diferem de suas predecessoras em termos estratégicos, materiais e ideológicos - as manifestações simbólicas da guerra precisam se alterar, dada as alterações históricas que o mundo vive. As variáveis que diferem os tipos de guerra entre si são: as motivações para a guerra, o papel da sociedade civil durante o conflito e as instituições da guerra (HOLSTI, 1996, p. 27). Assim, o que distingue as guerras de terceiro tipo de suas predecessoras é (1) a inexistência da tática de campanhas, baseando a estratégia em inovação e surpresa do adversário; (2) a cada vez menos clara distinção entre população, Estado e militares – inclusive compreendendo a população civil ao mesmo tempo enquanto vítima e combatente (HOLSTI, 1996).

Na guerra de terceiro tipo, com a indistinção entre os papéis representados por seus atores e devido a esta categoria de conflito ser relacionado intimamente à politização da população (engajada em confrontar a autoridade do Estado), um dos maiores paradigmas das Relações Internacionais é invalidado: a guerra deixa de ser “a continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ, 2002), representando, na realidade, a política por si mesma (HOLSTI, 1996). A guerra não é um modo de se atingir um fim político; nesta categoria, a guerra e seus combatentes estão altamente imbuídos de funções políticas.

O combate da guerra de terceiro tipo não se restringe aos limites territoriais do Estado no qual o conflito se instala, e não somente os papéis civis/militares ficam indistintos: com a necessidade de financiar os combates, cartéis de droga, comerciantes do mercado armamentício e demais grupos simpatizantes estrangeiros atuam no conflito de modo a dar suporte aos grupos envolvidos nas hostilidades. Desta maneira, a contenda transcende fronteiras e transforma o conflito em uma rede transnacional retroalimentada (HOLSTI, 1996, p. 37–38). As guerras de terceiro tipo, portanto, politizam um território e o expõem à ingerência externa, transformando o conflito em um assunto internacional.

Outra categorização similar à da guerra de terceiro tipo e útil ao estudar guerrilha é a ideia de guerra de quarta geração. Enquanto a conceituação de guerras de terceiro tipo se enquadra ontologicamente em uma análise evolutiva politicamente, a tipificação da guerra de quarta geração é observada por um viés tecnicista. Muito se trata na literatura sobre essa tipificação (também historicamente evolutiva, tal qual a categorização das guerras de terceiro

tipo), e se observa que os embates travados pelas FARC-EP e pelo PKK enquadram-se claramente nessa categorização, uma vez que se diz que a quarta geração se utiliza das táticas da guerrilha, mas com nova roupagem, com o contexto tecnológico da modernidade (SIMONS, 2010). Segundo Lind (2004), as guerras de quarta geração são aquelas modernas contendas nas quais os Estados perdem seu papel fundante de detentor do monopólio da guerra; são guerras nas quais os oponentes são atores não estatais – segundo o autor, isso representaria a corrente crise universal de legitimidade do Estado. O emprego do terrorismo, segundo Lind et al.(1989), ilustra brilhantemente a emergência deste novo tipo de embate, inédito na história das relações internacionais, visto que o aspecto mais crucial da sua atuação é a capacidade de manobra, e não seu poder de fogo.

Parte das táticas da guerra de quarta geração é que os protagonistas envolvem toda a sociedade no conflito e usam a política do ódio para dividir a população civil. Uma vez que toda a sociedade está envolvida no conflito, não necessariamente por escolha, mas pelas estratégias dos combatentes descritas acima, a distinção tradicional entre combatentes e não combatentes fica indistinta. (CHERIF BASSIOUNI, 1973, p. 768, tradução nossa)¹³.

Neste contexto de decrescente legitimidade do Estado, há ainda uma terceira noção, complementar às de guerra de terceiro tipo e guerra de quarta geração, muito útil para contextualizar a emergência de conflitos da natureza dos neste trabalho pesquisados: é o conceito das novas guerras. Proposto extensamente nos trabalhos de Kaldor (1999), o conceito é conexo aos anteriormente mencionados, pois se ocupa não somente com o progresso técnico das formas de se fazer guerra, mas com uma revolução nas relações sociais ligadas ao modo de se fazer guerra. É justamente a supramencionada emergência de grupos transnacionais relacionados ao negócio da guerra, concomitantemente à intensificação da globalização, as novas dinâmicas sociais às quais Kaldor se refere quando trata da revolução social apresentada pelas novas guerras. Ainda de acordo com Kaldor (1999), as novas guerras não somente apresentam indistinção entre civis e combatentes, como também confunde a distinção de guerra, crime organizado e violações de Direitos Humanos em grande escala.

A recorrência ou a manutenção temporal de conflitos tais quais os que ocorrem na Colômbia e no pretense território do Curdistão não deve ser só analisada sob a ótica não dual de *greed/grievance* e demais variáveis explicativas para a eclosão de contendas armadas. Um aspecto ainda não trabalhado sobre os conflitos armados é a retroalimentação que a violência

¹³ “Parts of the tactics of fourth generation warfare is for the protagonists to involve the entire society in the conflict and the use of the politics of hate, in order to divide the civil population. As the entire society becomes involved in the conflict, not necessarily by choice but because of the combatants' strategies as described above, the traditional distinction between combatants and non-combatants is blurred.”

armada traz a um território: a literatura denomina esse fenômeno como “Estado de guerra” ou “Estado de violência” (GROS, 2010 apud OLSSON; MALESEVIC, 2017). Nestes casos, chamados de “guerra de baixa intensidade” ou “crimes de alta intensidade” (VAN CREVELD, 1991; MUELLER, 2004 apud OLSSON; MALESEVIC, 2017), a violência se torna parte do cotidiano da população, de modo a se transformar em moeda de troca para a obtenção de acordos políticos ou benefícios econômicos (KALYVAS, 2003; ANDREAS, 2004; KEEN, 2012 apud OLSSON; MALESEVIC, 2017).

Em territórios “sem paz sem guerra” (RICHARD, 2005 apud DEBOS, 2011), a violência armada se torna uma “profissão”, uma ocupação, um meio de sobrevivência em um Estado vulnerável - e essa visão oferece uma perspectiva diferenciada do porquê os indivíduos se juntam à luta armada! De modo a se opor à marginalização socioeconômica, segmentos da população pegam em armas, contribuindo para a manutenção do conflito, uma vez que sua sobrevivência (e de suas famílias) depende da retroalimentação da contenda: a violência rotinizada se torna o contexto sob o qual a guerra não pode ser simplesmente definida como antônimo de paz (DEBOS, 2011).

2.4 AGÊNCIA: INDEPENDÊNCIA OU MORTE

Dotados de essenciais conceituações para a compreensão aprofundada da temática em voga, resta caracterizar quem compõe a guerrilha e como se dá a atuação de tais grupos no cenário internacional. Elege-se a ontologia dos personagens que compõem o hall dos componentes das relações internacionais para administrar-se a pessoalização da guerrilha: nas Relações Internacionais, tratamos por ator internacional aquele que “exprime o exercício de titularidade, de representatividade e de capacidade de influência, de mando e de alteração dos atos e fatos internacionais.” (CASTRO, 2012, p. 430). Conforme se afirmou no início do capítulo, as Relações Internacionais correntemente compreendem o Estado-nação como sustentáculo e unidade primeira do sistema internacional. Em decorrência de tais restrições conceituais, fica claro de que grupos políticos tais quais grupos guerrilheiros não podem ser, no escopo das Relações Internacionais, entendidos como atores internacionais. Entretanto, conforme apontado por Cox (1981), com a emergência de diversos grupos perseguindo objetivos que se opõem ao interesse do Estado, as relações internacionais se complexificam e os modos de interação internacional não compreendem mais somente Estados.

Neste campo de estudos, portanto, como é vista a guerrilha? Ainda de acordo com Castro (2012, p. 435), grupos guerrilheiros podem ser entendidos como atores antiestatais¹⁴ ou paraestatais, uma vez que “por meio do uso da violência, da intimidação, dos armamentos e da disciplina paramilitar visa a minar a autoridade do Estado e de sua soberania”, definição esta que vai perfeitamente ao encontro da prévia conceituação de guerrilha.

Uma relevante reflexão pode ser levantada quanto aos atores não estatais:

Teorizar o papel de atores não estatais levanta importantes problemas conceituais para as RI¹⁵ e para o Direito Internacional, no entanto. Para acadêmicos de RI, isso levanta questões tanto sobre ontologia quanto sobre lógicas de ação. Ontologicamente, as “neo” teorias padrão (neorealismo, neoliberalismo) são teorias de Estado e de ação estatal. Nós vivemos em um mundo de Estado, de acordo com essas teorias, e todos os outros fragmentos de mobília do sistema internacional – Direito Internacional, Tribunais Internacionais, Organizações Internacionais – são entendidos como epifenômenos da ação estatal. Não existe base conceitual sobre a qual se possa auferir agência ou autonomia de qualquer natureza a atores não estatais (FINNEMORE, 2007, p. 273 apud CASTRO, 2012, p. 430, tradução nossa)¹⁶.

A agência sobre a qual se debate na citação acima se refere a uma qualidade própria dos atores sociais, exemplificada pela seguinte problemática das Relações Internacionais:

[...] Duas trivialidades sobre a vida social que fundamentam a maioria das pesquisas científicas sociais: 1) seres humanos e suas organizações são propositadamente atores cujas ações ajudam a reproduzir ou transformar a sociedade na qual eles vivem; e 2) sociedade é feita de relações sociais, que estruturam as interações entre estes atores propositados (WENDT, 1987, p. 338–339, tradução nossa)¹⁷.

A agência, portanto, qualidade inerente da condição humana, que versa sobre a capacidade (individual ou coletiva) de influência no meio social no qual o agente se inclui, muito importa para a análise de indivíduos, a fim de estabelecer se estes possuem capacidade para alterar sua realidade social ou não. Essa caracterização será particularmente importante para a discussão da performatividade do gênero feminino, refletindo (ou não) em sua atuação em grupos armados, uma vez que se pode afirmar que a compreensão costumeira sobre a

¹⁴ No entendimento deste trabalho, as FARC-EP e o PKK não são compreendidos como atores antiestatais, mas como paraestatais. O PKK se encontra em uma zona híbrida entre as duas tipologias, visto que condensa a própria existência do sistema de Estados, mas também se apresenta como um partido político (estruturado no escopo da lógica estatal); no entanto, para os fins deste trabalho, o compreendemos como grupo paraestatal.

¹⁵ Relações Internacionais.

¹⁶ “Theorizing a role for nonstate actors raises important conceptual problems in IR and IL, however. For IR scholars, it raises questions about both ontology and logics of action. Ontologically, the standard “neo” theories (neorealism, neoliberalism) are theories of states and state action. We live in a world of states, according to these theories, and all of the other bits of furniture in the international system – international law, international tribunals, international organizations – are understood as epiphenomena of state action. There is no conceptual basis on which to ascribe agency or autonomy of any kind to nonstate actors.”

¹⁷ “[...] two truisms about social life which underlie most social scientific inquiry: 1) human beings and their organizations are purposeful actors whose actions help reproduce or transform the society in which they live; and 2) society is made up of social relationships, which structure the interactions between these purposeful actors.”

atuação feminina é de que “em grande parte da discussão acerca do terrorismo e conflitos violentos, mulheres são vistas como vítimas e organismos passivos sem agência, frequentemente necessitando ser salvas.”(POLONI-STAUDINGER; ORTBALS, 2013, p. 6, tradução nossa)¹⁸.

2.5 O QUE VEMOS NÃO É O QUE VEMOS, SENÃO O QUE SOMOS¹⁹: UMA CRÍTICA ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Importante manter em mente o fato de que todas as conceituações acima apresentadas possuem, como qualquer cientista social apontaria, uma perspectiva identitária que o fundamenta. E a perspectiva base nos estudos das Relações Internacionais é a visão patriarcal (cujas normas são criadas por homens):

Estruturas sociais e suas instituições são reproduzidas, de forma adaptada, de uma geração para outra por vias culturais – no caso do patriarcado, principalmente por adequação cultural, continuamente alterando as circunstâncias de masculinidade hegemônica de modo a adequá-la ao poder [...] (COCKBURN, 2010, p. 108, tradução nossa)²⁰.

O gênero, por muitas vezes negligenciado nas Relações Internacionais como variável e categoria de análise, deve ser posto em evidência ao estudarmos questões de segurança internacional, uma vez que as temáticas relacionadas a este campo de estudo, finalmente, tratam de relações humanas – ainda que a corrente literatura de Relações Internacionais preocupe-se mais com o nível macro de análise, focando questões relacionadas a Estados, soberania, segurança e balança de poder (COCKBURN, 2010). Tais conceituações, da forma como são propostas, são ferramentas para conservação dos limites sociais (MONTE, 2010).

Como crítica aos estudos de Relações Internacionais, há uma importante contribuição dos estudos feministas para a área, descontinuando a evolução da disciplina ao propor questionamentos acerca de seus fundamentos. Uma indagação capaz de reformular os estudos das relações internacionais é feita sobre os grandes debates das Relações Internacionais:

[se] questiona se essas eram as únicas possibilidades de questionamento dos fenômenos das relações internacionais, ou se eram discussões entre homens de países industrializados ocidentais, fonte principal de produção teórica, sobre

¹⁸ “In much of the discussion surrounding terrorism and violent conflict, women are viewed as victims and passive vessels without agency, often needing to be saved”

¹⁹ Cf. PESSOA, 1982

²⁰ “Social structures and their institutions are adaptively reproduced from one generation to the next in the main by cultural means – most importantly in the case of patriarchy by the cultural shaping, in continually changing circumstances, of hegemonic masculinity in a form adequate to power”

assuntos que os interessavam e foram subsequentemente projetados sobre todos nós.
(MONTE, 2010, p. 57)

Próprio das correntes pós-positivistas (ou racionalistas) das Relações Internacionais, este tipo de análise das relações internacionais visa expor as pretensas tentativas de neutralidade científica, cujas assertivas são dotadas da lógica do poder (CASTRO, 2016). Essa vertente teórica visa contrapor-se aos paradigmas estabelecidos por correntes positivistas predecessoras das Relações Internacionais que assumem, arbitrariamente (segundo os construtivistas), serem alguns aspectos das relações internacionais pré-estabelecidos (MONTE, 2010). De acordo com as críticas ao terceiro debate das Relações Internacionais feitas por Lapid (1989 apud MONTE, 2010, p. 24), autor construtivista, existem três temas centrais que diferem os prognósticos das relações internacionais feitos por correntes positivistas dos elaborados pelas vertentes pós-positivistas: o paradigmatismo, o perspectivismo (preocupação com pressupostos subjacentes às elaborações teóricas) e o relativismo metodológico. Essenciais ao ponto que se pretende explicar, tais diferenciações entre as duas abordagens ilustram o que se pretende dizer ao se afirmar que as conceituações utilizadas no presente trabalho são apenas um dos olhares que se pode ter sobre a temática, mas que não se exaurem as possibilidades interpretativas sobre o fenômeno.

O paradigmatismo distingue as correntes positivas das pós-positivistas: é do entendimento daqueles que o emprego de generalizações embasadas em empirismo é metodologicamente aceitável, enquanto os últimos assumem que esta epistemologia é inconcebível, visto que é impossível se eliminar influências valorativas sobre qualquer projeto científico (LAPID, 1989, p. 239-240 apud MONTE, 2010, p. 24). Esse ponto ilustra a questão apontada no parágrafo anterior, pois a autora admite o pós-positivismo como corrente teórica melhor identificada com esse trabalho e com os fenômenos aqui estudados: todo construto conceitual aqui apresentado é imbuído de valoração pessoal, enviesando o olhar científico sobre determinado fenômeno. A essa reflexão se adiciona a temática do relativismo metodológico, que incute que uma das contribuições pós-positivistas ao campo das Relações Internacionais é justamente a ampliação das alternativas metodológicas aplicáveis (LAPID, 1989, p. 243 apud MONTE, 2010, p. 25).

Uma aplicação do que se propõe nesta subseção são os entendimentos conceituais construtivistas aplicáveis à questão das guerras civis e a motivação individual para os conflitos: Alexander Wendt (1987, 1992), enquanto representante da mencionada corrente teórica, aceita a relevância as estruturas materiais para a análise conjuntural do sistema internacional; no entanto, são as identidades, ideias e valores que pavimentam a relação dos

agentes ao mundo material, conferindo, portanto, posição crucial a esses aspectos quando se pretende compreender o ambiente das relações internacionais. Em síntese, contrariamente ao postulado pelas correntes positivistas das Relações Internacionais, nenhum aspecto da realidade internacional pode ser entendida como dada, mas deve ser vista como fruto da interação entre agentes, símbolos e seus significados (MONTE, 2010).

2.6 CONCLUSÕES PARCIAIS

O primeiro capítulo pretendeu identificar os principais e fundantes componentes que perpassam o conflito armado travado pela guerrilha do FARC-EP e do PKK. Apresentou-se que ambos os grupos guerrilheiros compõem o hall de atores paraestatais que questionam a soberania dos Estados (manifestação máxima do poder e da essência desta instituição), de maneira a questionar os próprios fundamentos sob os quais as Relações Internacionais são construídas. Delimitou-se que são conflitos armados de natureza internacional e levantou-se hipóteses sobre o que faz com que a população se engaje em conflitos armados: mencionou-se o binômio *greed/grievance* como fatores que contribuem para a eclosão de conflitos; contudo, evidenciou-se que desigualdade de gênero, observada em grande escala em comunidades violentas estruturalmente, é um indicativo profundamente relevante para a previsão de conflitos armados. A vulnerabilidade socioeconômica também foi mencionada como um dos fatores que faz com que segmentos da população peguem em armas – primordialmente em Estados falidos, tal qual a Colômbia o foi em períodos de sua história.

O capítulo propôs categorizar os mencionados conflitos como de terceiro tipo, modelo historicamente novo no curso da evolução da guerra, tipificação que inova em termos técnicos e políticos. Essa proposição vai ao encontro do que também foi mencionado no decorrer do capítulo sobre a erosão da soberania estatal e da manutenção do estudo das Relações Internacionais tal qual ele se apresenta.

Por fim, as críticas das teorias pós-estruturalistas fazem a ligação do presente capítulo com o próximo. A ontologia das relações internacionais e do sistema internacional não pode ser observada pressupondo uma visão positivista única, sem levar em consideração perspectivas variadas sobre as vivências sociais e sem questionar se há uma única forma de estruturar o mundo. O debate sobre construção de identidade de gênero, a seguir, irá ao encontro desta visão construtivista da realidade internacional.

3 Medusas, viúvas-negras e a fauna das mulheres violentas²¹

O fato de precisarmos falar sobre "mulheres e guerra" ressalta a questão de gênero da nossa construção da guerra (D'AMICO, 1996, p. 379, tradução nossa)²².

Como exposto no capítulo anterior, cada vertente teórica das Relações Internacionais apresenta uma visão de mundo dotada de entendimentos valorativos. Para além do já enfatizado anteriormente, esse entendimento é crucial para a presente pesquisa na medida em que cada modo de pensar as relações internacionais “[...] teoriza a relação entre natureza e cultura/ Estados e soberania diferentemente, o que possui implicações para como cada uma [das teorias] entende normatividade.” (WEBER, 1998, p. 84, tradução nossa)²³.

A implicação sobre normatividade é que as propostas acadêmicas que delineiam a realidade, como o faz a área das Relações Internacionais, contribuem não somente para seu campo específico de conhecimento, como transforma toda a realidade social das relações humanas. O campo das Relações Internacionais contribui para, ao definir os interesses de sua agenda, delimitar as preocupações da política internacional, mas também contribui para a sedimentação das identidades de gênero.

“É a condição da ontologia que faz com que algo pareça ser natural e que outra coisa pareça ser cultural.” (WEBER, 1998, p. 84, tradução nossa)²⁴. É com esse entendimento que passamos a tentar compreender as relações de gênero. Há uma miríade de autores e vertentes investidos nos chamados estudos de gênero, buscando compreender a hierárquica relação dos indivíduos por meio das mais diversas explicações: biológicas, culturais, de socialização, etc.

²¹ Medusa, mito grego da mulher com cabelo de serpente, diz respeito ao mito da violência relacionada à sexualidade feminina. Tendo sido estuprada por Poseidon no templo de Atena, Medusa foi castigada por esta pela profanação do espaço. Seu (antes belo) rosto foi desfigurado, e Medusa foi condenada pela deusa a petrificar qualquer homem que, ao desejá-la, olhasse-a (SJOBERG; GENTRY, 2008, p. 8).

Já “viúva-negra” é a denominação que se dá ao fenômeno das mulheres que se engajam em violência política motivadas pelo desejo de vingança pela morte de seus maridos. Essa denominação ficou particularmente famosa no conflito checheno-russo (POLONI-STAUDINGER; ORTBALS, 2013, p. 46; TURNER, 2016).

Casualmente, ambas as figuras incitam uma conotação ambígua relativa ao nome de duas espécies de animais (medusa sendo uma espécie de água-viva; viúva-negra, de aranha). Daí o jogo de palavras com toda a “fauna” de mulheres violentas – espécies a serem estudadas.

²² “That we even need to talk about “women and war” underscores the gendering of our construct of war.”

²³ “[...] theorises the relationship between nature and culture/states and sovereignty differently, which has implications for how each approach understands normativity.”

²⁴ “It is the very condition of ontology what makes something appear to be natural and something else appear to be cultural.”

Fukuyama (1998, p. 27, tradução nossa)²⁵, por exemplo, defende que “o problema da visão feminista é que ela vê as atitudes concernentes à violência, poder e status como inteiramente produtos da cultura patriarcal, quando, na verdade, eles parecem estar enraizados na biologia.”. Essa visão vai de total encontro ao entendimento aqui proposto de que os diferentes papéis desempenhados por homens e mulheres, bem como suas características fundantes, não são explicados por meio da biologia, mas sim por aspectos culturais e de socialização, como será visto a seguir.

Este segundo capítulo se propõe a investigar a construção da identidade de gênero, demonstrar o que é ser mulher X ser homem e compreender o papel do gênero na construção social do próprio Estado (uma vez que, conforme visto no capítulo anterior, a hierarquização entre gêneros traduz uma relação de poderes). Ao tratarmos da questão política, investigar-se-á a violência feminina, muitas vezes atribuída à irracionalidade ou à emotividade (atribuições comumente relacionadas às mulheres, inferindo poder dessa relação). Esboçar-se-á hipóteses que potencialmente levam mulheres a se alistarem em grupos guerrilheiros que difiram das motivações clássicas apresentadas (irracionalidade e emotividade), ilustradas pelo contexto socioeconômico das FARC-EP e do PKK.

3.1 GÊNERO, SEXO E CORPO

Judith Butler (2000) é referência nos estudos de corpos, sexualidade e identidade de gênero. Três aspectos principais podem ser retirados das proposições de Butler para a compreensão da identidade de gênero: (1) o aspecto da materialidade dos corpos, (2) o conceito de performatividade e (3) seu entendimento próprio do que é gênero e como esse conceito se relaciona ao também conturbado conceito de sexo.

Partindo do ponto 3, o entendimento de Butler (2000 apud MÉNDEZ, 2012) é que identidade de gênero é uma construção, e ao mesmo tempo é um processo, que ocorre no escopo de determinada cultura. Para a autora, a biologia, como proposto por Fukuyama, não é um fator que contribua na explicação do desenvolvimento de características femininas ou masculinas. Inclusive, o entendimento de características femininas ou masculinas é uma ideia invalidada pela autora, visto que ela preceitua de que não haja uma essência pré-determinada que o gênero pretende materializar – é justamente a variação nos atos de gênero que criam a

²⁵ “The problem with the feminist view is that it sees these attitudes toward violence, power, and status as wholly the products of a patriarchal culture, whereas in fact it appears they are rooted in biology.”

própria ideia do que é o gênero: é a repetição de determinados atos que os naturalizam e contribuem na sedimentação do que é um gênero (BUTLER, 1990, p. 90 apud MÉNDEZ, 2012, p. 18). Assim, nas palavras de Butler (1990, p.192 apud MÉNDEZ, 2012, p. 18, tradução nossa)²⁶, “[gênero] é uma identidade construída, uma realização performática na qual a audiência social mundana, incluindo os próprios atores, passa a acreditar e agir conforme o modelo acreditado.”.

Ao entendimento de Butler sobre o que é gênero se somam as perspectivas de outros autores. Pierre Bordieu, por exemplo, contribui para os estudos de gênero ao confirmar a perspectiva de que a dicotomia masculino X feminino é apenas um construto social, cujo produto transforma historicamente as relações, naturalizando aspectos meramente culturais (BORDIEU, 2005, p.8 apud MONTE, 2010, p. 8). Retomando o entendimento de Butler: é a reiteração de discursos e práticas que naturaliza um construto social, dificultando sua separação das instituições naturais da sociedade.

A ideia de transformação social é a indagação primeira de todas as ciências sociais, e a etnometodologia de Harold Garfinkel compreende que a chave para evolução e transformação social é a prática cotidiana reiterada (GARFINKEL, 2007, p.45 apud CHABAUD-RYCHTER, 2014, p. 297). Ao contrário do disposto pelos modelos da sociologia clássica (de que são os constrangimentos sociais que determinam as ações individuais), a etnometodologia entende que é o pertencimento legítimo a um grupo que dá aos atores a competência de criação coletiva da racionalidade, que, por sua vez, fundamenta a normatização das atividades ordinárias (BARTHÉLÉMY; QUÉRÉ, 2007, p.24 apud CHABAUD-RYCHTER, 2014, p. 298).

Aplicando-se esse entendimento aos estudos de gênero, concluiu-se, por meio de pesquisas empíricas, que a atitude natural com o gênero se constituía de maneira androcêntrica: concluiu-se que o gênero feminino nada mais é do que a ausência de características masculinas (KESSLER; MCKENNA, 1978 apud CHABAUD-RYCHTER, 2014, p. 309–310). Em suma: a normatização coletiva relacionada à questão de identidade de gênero é de que as características dadas como masculinas prevalecem sobre as ditas femininas. A normatividade corrente, construída socialmente por meio de ações racionais repetidas, é de que os aspectos ligados à masculinidade são mais proeminentes – e assim consegue-se contribuir na elucidação da subordinação do gênero feminino ao masculino. Ainda que as identidades sejam necessariamente construídas em relação à identidade de

²⁶ “[gender is] a constructed identity, a performative accomplishment which the mundane social audience, including the actors themselves, come to believe and perform in the model of belief.”

outrem - mesmo a identidade de gênero (BUTLER, 2005 apud MÉNDEZ, 2012) -, isso não implica em hierarquização identitária obrigatória.

A essa prática reiterada que é a construção de identidade de gênero, Butler dá o nome de (2) *performatividade*, ideia que nos será particularmente cara ao vislumbrar a diferença entre o gênero feminino ordinário e o gênero feminino militarizado. Diferente da palavra *performance*, que indica um ato por si só, a performatividade indica um processo relativo ao “poder reiterativo do discurso para produzir os fenômenos que ele regula e constrange” (BUTLER, 2000, p. 152). A performatividade é constrangida e limitada por normas culturais, dado seu aspecto de repetição rotineira - diferentemente da *performance*, ilustrada pela prática relacionada à identidade *drag* (BUTLER, 2004 apud MÉNDEZ, 2012, p. 37). Por fim, a performatividade de gênero é uma prática de linguagem física e corporal, e é sustentado pela materialidade corporal.

Retornado aos aspectos cruciais elucidados por Butler, resta-nos ainda finalizar a compreensão da autora sobre a diferenciação entre os conceitos de gênero e sexo, para que, enfim, possamos compreender (1) a relação de ambas as conceituações com a materialidade do corpo. A diferenciação sexual (usualmente concebida de maneira material, por meio de corpos distintos - com aparelhos reprodutores opostos), para Butler (2000, p. 151), não se pauta pura e simplesmente na biologia dos corpos: a superfície do corpo é simultaneamente marcada e formada por práticas reiteradas. No entanto, isso não significa dizer que são somente as práticas de discurso que compõem o hall das diferenças sexuais; o sexo demarca os corpos que controla por meio de um processo de materialização de normas regulatórias (BUTLER, 2000, p. 152). São as práticas discursivas repetidas que condicionam e mediam nosso entendimento coletivo sobre a materialidade do corpo (WEBER, 1998, p. 80–81).

Méndez (2012, p. 35–36, tradução nossa)²⁷ relaciona os três conceitos propostos: “[...] o corpo é uma prática significativa inserida no campo cultural da hierarquia de gênero [...]. [G]ênero é produzido por meio da estilização do corpo. [...] Identidade de gênero, de acordo com Butler, é organizada, instituída e subscrita na superfície do corpo.”

[...] como Butler sugere, nós pensamos em gênero em termos de paródia e imitação – como “um tipo de personificação persistente que se passa por real” -, então isso muda a forma como pensamos sobre sexo, porque a realidade a qual gênero supostamente se refere – sexo – é ela mesma exposta como uma personificação. A

²⁷ “[...] the body is a signifying practice within a cultural field of gender hierarchy and compulsory heterosexuality. [...] gender is produced through the stylization of the body. [...] Gender identity, according to Butler, is organized, instituted, and inscribed on the surface of the body.”

noção de paródia de gênero... Não assume que exista um original que as identidades paródicas imitem. (WEBER, 1998, p. 80, tradução nossa)²⁸.

Por fim, podemos dar outras interpretações ao útil conceito sobre performatividade oferecido por Butler e amplamente trabalhado nos parágrafos anteriores – interpretação que nos auxilia na compreensão dos conflitos estudados no presente trabalho. Tanto quanto as identidades de gênero, nem a ideia de soberania nem os próprios Estados são instituições em essência – ou seja, ambas são apenas ideias abstratas que se tornam realidade devido à prática reiterada da performatividade (WEBER, 1998). Ainda de acordo com Weber (WEBER, 1998, p. 95, grifo do autor, tradução nossa)²⁹, “A subjetividade da soberania de um Estado é [...] ‘ilusiva, sempre em movimento’. Ela é, ‘no melhor dos casos, *como* alguma coisa, mas nunca *é* essa coisa’.”. Assim, a contestação da soberania estatal, como observado nos casos da guerrilha, é aceita academicamente, dado que o Estado (da forma como se apresenta atualmente) não é sua forma única ou final, bem como sua soberania: Estado e soberania são construções sociais passíveis de contestação e reformulação.

3.2 MASCULINIDADE E FEMINILIDADE - BINÁRIOS

Conforme proposto anteriormente, toda sociedade é pautada em valores sociais construídos coletivamente no decorrer de um período histórico. Tais valores contribuem na sedimentação de estruturas sociais fundantes da coletividade e se transformam paulatinamente em entendimentos intrínsecos a qualquer membro da sociedade em questão, transmitidos estruturalmente por gerações. Um dos princípios mais basilares das coletividades humanas, dando margem, inclusive, às demais instituições capitais da sociedade, é a identificação de gênero. Convencionou-se culturalmente que os seres humanos, machos e fêmeas, devem expressar suas identidades individuais de acordo com as noções determinísticas de masculinidade e feminilidade, respectivamente. Tais noções são pouco flexíveis em suas atribuições, pois o núcleo do valor da identidade de gênero (conforme se entende correntemente) pressupõe uma dualidade exclusivista entre identidade masculina e identidade feminina, sem possibilitar a interação ou sobreposição de características de ambos os gêneros.

²⁸ “[...] as Butler suggests, we instead think of gender in terms of parody and imitation - as "a kind of persistent impersonation that passes as the real" - then this changes the way we think about sex because the real to which gender supposedly refers - sex - is itself exposed as an impersonation. The notion of gender parody... does not assume that there is an original which such parodic identities imitate.”

²⁹ “A state’s sovereign subjectivity is [...] ‘[i]llusive, Always on the move’. It is ‘at best *like* something, but it never *is* that something”

No entanto, em contraposição ao que o cidadão ordinário percebe de sua realidade social, a literatura pós-estruturalista trabalha no sentido de desmistificar a dualidade binária masculino X feminino. Essa desconstrução se dá por meio da teorização proposta de que gênero é um contínuo processo em andamento, não sendo possível, portanto, admitir critérios determinísticos para classificar o que é masculino e o que é feminino (MONTE, 2010).

Anteriormente foi assentido que o masculino é construído hierarquicamente acima do que é ser feminino. A prevalência das características masculinas sobre as femininas é esmiuçada n’“O estigma do passivo sexual”, de Michel Misse (1979). Na obra, o autor se utiliza da conceituação do que é estigma – “[...] uma relação formal pela qual são atribuídos comportamentos e expectativas ‘desacreditados’ ao indivíduo que tenha mostrado ser dono de um ‘defeito, falha ou desvantagem’” (MISSE, 1979, p. 23) -, conceito proposto em Goffman (1970 apud MISSE, 1979), para caracterizar o gênero feminino como estigmatizado, dotado de atribuições desacreditadas. De acordo com o quadro proposto pelo autor, o “mito machista” é construído com base na seguinte dicotomia:

Quadro 1 - Características antinômicas entre o feminino e o masculino

<i>Feminilidade</i>	<i>Virilidade</i>
Doce, suave	Duro, rude
Sentimental	Frio
Afetiva, intuitiva	Intelectual, racional
Superficial	Profundo
Improvisadora, impulsiva	Planificador
Frágil	Forte
Liberal	Autoritário
Dependente	Independente
Protegida (Covarde)	Protetor (Valente)
Tímida	Agressivo
Recatada, prudente	Audaz
Volúvel, instável	Constante, estável
Sedutora (conquistada)	Conquistador
Bonita	Feio?
Pode chorar, insegura	Homem não chora, seguro
Monogâmica	Poligâmico
Virgem	<i>Expert</i>
Fiel	Infiel
Sacrificada, abnegada	Cômodo
Masquista	Sádico
Passiva	Ativo

Fonte: MISSE, 1979, p. 15–16, grifos do autor.

Conforme observado no quadro acima, para além da observância do engessamento das características tidas como femininas e masculinas, um fator-chave na teorização de Misse é a

ideia da passividade (último elemento do quadro). A passividade feminina, inicial e biologicamente relacionada à sua função sexual, acaba por difundir-se por todos os atributos sociais relacionados à feminilidade – nas palavras de Misse (1979, p. 17), o que ocorre é uma “[...] ‘naturalização’ simbólica da ‘passividade’ feminina – conteúdo sintético do mito da feminilidade - [...], usada como matéria-prima principal de estigmatização”.

Ainda versando sobre os aspectos que transpõem as barreiras biológicas e se instauram nos atributos sociais de gênero, Misse evidencia, por meio de estudos da linguagem, as diferenças simbólicas no discurso sobre a feminilidade e a masculinidade. A normatização, vista anteriormente em Butler, relacionada às práticas discursivas reiteradas é verificada: “[...] Os órgãos genitais masculinos conferem ao seu portador o significado de ‘prestígio’, enquanto que os órgãos sexuais femininos [...] constituem ‘símbolos de estigma’ na linguagem de gíria e palavrões.”(MISSE, 1979, p. 55).

O estigma do passivo sexual, portanto, relaciona a inferiorização social feminina à sua condição sexual passiva. Tal fenômeno é ilustrado nos apontamentos de Sjoberg e Gentry (2008) sobre a ligação direta feita entre a agência feminina relacionada à violência e algum aspecto sexual da mulher. Segundo as autoras, relacionar aspectos da sexualidade feminina com sua disposição à violência é uma tentativa de minar a agência das mulheres, ao destituí-la de escolha racional ao cometer um ato violento – esta é uma prática que se observa desde os tempos bíblicos (SJOBORG; GENTRY, 2008). Ao agir de maneira adversa às expectativas da performatividade do gênero feminino, as mulheres violentas são objeto de fascínio e colocadas em uma categorização de “fenômeno”, considerado à parte da violência masculina: “[...] a mulher violenta cometeu dois crimes: sua violência, e desafiar os estereótipos de gênero que creem na sua incapacidade de cometer aquela violência.” (SJOBORG; GENTRY, 2008, p. 7, tradução nossa)³⁰.

O que as autoras propõem se adequa ao estigma do passivo sexual: ao falhar com suas atribuições de passividade sexual – seja pelo conto da ninfomania ou o conto da disfunção sexual (dois aspectos opostos da sexualidade) -, a mulher acha motivações para ações irracionais como, por exemplo, o recurso à violência (SJOBORG; GENTRY, 2008). Portanto, mesmo mulheres imbuídas de agência e comprometidas com violência política em sua forma combativa são vistas, também na política internacional, como subordinada aos homens. Essa afirmação é ilustrada pela seguinte passagem:

³⁰ “[...] a violent woman has committed two crimes: her violence, and defying gender stereotypes that deem her incapable of that violence.”

Maquiavel assumia que “todas as mulheres no Exército eram prostitutas, que buscavam aqueles passatempos vis que comumente tornam soldados ociosos e subversivos”. Nessa passagem, Maquiavel relaciona o envolvimento das mulheres nas forças militarizadas ao comportamento sexual e desvio sexual (SJOBERG; GENTRY, 2008, p. 8, tradução nossa)³¹.

Assim, observa-se que um dos próprios autores cujas obras são fundamentais para a construção das Relações Internacionais instituiu os estudos da guerra à custa da subordinação e inferiorização feminina. Desta maneira, retomamos o ponto de que a área de estudos é construída em bases androcêntrica – perspectiva que deve ser repensada.

A fim de concluir os aspectos da passividade sexual feminina, vale a referência a um trecho interessante sobre a própria construção dos mitos e símbolos coletivos:

A “dessexualização” dos mitos religiosos ocidentais parece obedecer à mesma lógica de ocultação do imenso significado do sexo na conformação da identidade social feminina no Ocidente. O principal mito religioso feminino do catolicismo, a Virgem Maria, não é a mulher do principal mito religioso masculino, Jesus Cristo, mas sua mãe. A deslocação implica afugentar qualquer vinculação *degradante* (i.é, sexual-feminina) para o âmbito oposto, assexuado e elevante, da feminilidade, o papel de *mãe* (MISSE, 1979, p. 13, grifos do autor).

3.3 VIOLÊNCIA FEMININA: UM FENÔMENO

O discernimento entre a violência masculina e feminina, como se pretendeu comprovar nos parágrafos antecedentes, não se deve a fatores biológicos. É essencial reiterar que o maior engajamento (e naturalização) de homens em atividades de violência se dá pela forma com que a identidade masculina foi construída. A competitividade, força e agressividade aos quais os homens socialmente se identificam são fatores meramente construídos e normatizados coletivamente (ENLOE, 2007 apud MÉNDEZ, 2012). Importante salientar que as mencionadas características outorgam certo poder aos homens; no entanto, não é por sua condição de “homem” que a estes o poder é concedido – é a associação cultural feita entre o “homem” e a masculinidade que confere a estes o poder (MONTE, 2013, p. 51–52).

A masculinidade que outorga poder aos homens, como pode ser antecipado pela leitura da performatividade de gênero, não assume uma forma única e imutável no decorrer da História. No entanto, existe um tipo ideal de masculinidade hegemônica que domina a cena social em cada época: para a criação e manutenção do Estado, essencialmente, a identidade

³¹ “Machiavelli assumed that ‘all women within an army were prostitutes, who pursued ‘those vile avocations which commonly make soldiers idle and seditious’. In this passage, Machiavelli ties women’s involvement in militarized force to sexual behavior and sexual deviancy.”

masculina ligada ao militarismo é sua configuração mais prestigiosa (HOOOPER, 2001, p.64-65 apud MONTE, 2013, p. 53). Dá-se o nome de virtude cívica à importância simbólica conferida ao homem envolvido em práticas militares – isso significa que o indivíduo (homem) engajado no militarismo é o cidadão de maior deferência em um agrupamento social, principalmente por sua devoção à coletividade e manutenção do grupo (MONTE, 2013, p. 60).

Em contraposição à virtude cívica atribuída aos homens, existe a figura da Bela Alma: as mulheres que sustentam a lógica militarística ao prover o apoio necessário ao soldado – o amor e o cuidado maternal (transposto, inclusive, para a função das mulheres enfermeiras de guerra), a promoção dos valores não belicistas, a provedora de novos soldados à sua amada nação, a esposa paciente que aguarda seu marido soldado em tempos de guerra (por seu amor incondicional à pátria e ao seu homem)... (MONTE, 2010, p. 65). A figura da Bela Alma, segundo Elshtain (1987, p.138 apud MONTE, 2010, p. 66), é construída com base no papel reprodutivo da mulher, que naturalmente as liga à imagem do nascimento, do amor e do zelo – uma cidadã com tais características naturais, normativamente, não poderia estar envolvida no esforço combativo da guerra: daria apenas apoio logístico às necessidades do militarismo.

Para além da justificativa biológica que liga a identidade feminina ao papel maternal (em todas as instâncias da sua participação social), existe outro aspecto que contribui na não aceitação da violência feminina, e, quando de sua eventual manifestação, de sua diferenciação da violência masculina. Verificou-se que o prestígio conferido aos homens, relativo ao desempenho do papel fundamental de indivíduo que se sacrifica em prol da coletividade (ou do Estado-nação, nas palavras da modernidade), os outorgou a virtude cívica. O possuidor de virtude cívica, ou potencial possuidor de tal atributo, é o autêntico cidadão, com plenos poderes de exercer seu papel na vida política do Estado. A mulher, enquanto naturalmente não combatente, não poderia possuir tal virtude – logo, uma mulher não é e nunca será uma cidadã política ideal.

A exclusão das mulheres da categoria de indivíduos foi etapa importante da construção das instituições modernas. Mulheres, na passagem do estado natural para o civil, são incorporadas em um âmbito que não é exatamente um nem o outro, mas algo dos dois. “A esfera privada é parte da sociedade civil mas é separada da esfera civil” (PATEMAN, 1988, p.11 apud MONTE, 2010, p. 87).

Naturalmente, portanto, a violência exercida por uma mulher não é algo natural e muito menos politicamente aceitável. Destituída de ação política, a violência cometida por uma mulher há de ser qualquer coisa menos racional, justificável ou política – ao contrário da

violência cometida masculina, estruturalmente justificada. Ainda segundo Elshtain (1987, p.169 apud MONTE, 2010, p. 67), nada mais compreensível do que ser a violência exercida por uma mulher justificada por razões personalizadas e vingativas.

O que se pode depreender das construções supramencionadas é que nunca interessou ao Estado a violência feminina. As estruturas requeridas para a construção – e manutenção – do Estado nunca envolveu as mulheres, que deveriam restringir-se à esfera privada de suas casas e famílias. A mulher violenta, pois, nada mais é do que um fenômeno a ser estudado e objeto de fascínio.

Conforme visto anteriormente, identidade de gênero é uma estrutura social potente, que molda cada uma das instituições fundadoras da sociedade, e, por conseguinte, do Estado. Assim sendo, instituições militarizadas possuem atribuições altamente relacionadas à construção da masculinidade (contrapondo-se à feminilidade). Uma vez que a identidade masculina foi construída com base em preceitos de violência, agressividade, força e competitividade, nada mais útil aos objetivos da instituição militar apropriar-se de tais características, benéficas às causas da guerra e do conflito violento em geral, e traçar um paralelo direto entre militarismo³² e identidade masculina e masculinizada (MÉNDEZ, 2012).

Subsequentemente, passa-se a compreender a feminilidade – e as mulheres, pela lógica antes exposta – como detentora de atributos opostos aos da masculinidade e de instituições militares. As mulheres passam a ser vistas como vítimas de violência, sendo os homens construídos socialmente como os únicos possíveis perpetradores desta, noção esta à qual se soma a dicotomia “mulher pacífica” e “homem violento” (MÉNDEZ, 2012).

Uma mulher que se engaja em violência política, como antes exposto, não está correspondendo às expectativas do tradicional papel de gênero feminino. Exemplo dessa situação é o que Mulinary (1998 apud MÉNDEZ, 2012, p.27, tradução nossa) afirma: “no caso da América Latina revolucionária, equidade para mulheres era definida como ‘mulheres lutando como homens’”³³.

A militarização de uma sociedade é um processo que ocorre em ambientes de iminente insegurança, tal qual um ambiente de conflito armado, e faz com que esse grupo social seja “controlado por, dependente de ou derive seus valores a partir das Forças Armadas como

³² O militarismo é um compilado de ideias e valores, quase como uma ideologia, construído por um grupo de atores que buscam um objetivo específico. O militarismo é embasado por uma ideia específica de masculinidade e valores culturais e sociais dela decorrentes.

Já militarização é o processo sócio-político que evoca os valores do militarismo e o coloca em voga em determinada sociedade (MÉNDEZ, 2012).

³³ “In the case of revolutionary Latin America, equality for women was defined as ‘women fighting as men’.”

instituição ou critérios militarísticos.” (ELOE, 2000 apud MÉNDEZ, p.25, grifo do autor, tradução nossa)³⁴. O processo impõe determinadas performances de gênero muito específicas, uma vez que determina o ritmo de vida de toda uma coletividade a partir do momento em que se exprimiu a necessidade de militarizar-se tal contexto. Uma questão que surge, portanto, é a da redefinição dos papéis de gênero em situação de conflito armado, no qual as mulheres devem assumir novas responsabilidades e atribuições (dada a necessidade) nunca antes esperadas da feminilidade; no período pós-conflito, onde se espera que as mulheres retornem aos seus papéis pré-conflito, surgem questões delicadas concernentes às identidades individuais.

Após termos conceituado militarismo e militarização, gênero e performatividade, chegamos a um estágio onde podemos cruzar todas as conceituações propostas e apresentar uma síntese: a performatividade de gênero militarizada, trabalhada por Méndez (2012). Segundo a autora, o conceito faz referência “à forma como o gênero é militarizado em grupos armados ilegais, e à forma como se manifesta no corpo dos combatentes, compreendidos como produtos performativos de um processo de significação (a militarização).” (MÉNDEZ, 2012, p. 41, tradução nossa)³⁵.

O treinamento militarizado ao qual indivíduos são submetidos inclui uma miríade de fatores próprios da lógica militarística, sendo sua característica essencial a subordinação às instituições. O militarismo e o treinamento militarizado são construídos pautados na distanciação entre a identidade do “nós” e os “outros”. No entanto, os “outros” envolvem basilaramente a própria identidade de gênero – o que é feminino é “outro”, e, principalmente, indigno (D’AMICO, 1998, p.123 apud MÉNDEZ, 2012, p. 26).

A subordinação feminina, portanto, na lógica do militarismo, é requerida ao sucesso dos objetivos militares – e, como efeito colateral, esse processo contribui na sustentação do patriarcado (CHENOY, 1998 apud MÉNDEZ, 2012, p. 26). Contudo, quando a presença feminina é observada nas fileiras militares (sejam estas das Forças Armadas ou de grupos militarizados irregulares), há uma quebra na lógica básica do militarismo: o nome dado a esse fenômeno é confusão patriarcal (MÉNDEZ, 2012, p. 26–27).

A feminilidade militarizada, sob as lentes da teoria da performatividade, propõe a exibição de determinadas características próprias – e distintas da expectativa tradicional do

³⁴ “[...] becomes controlled by, dependent on, or derives its value from the military as an institution or militaristic criteria.”

³⁵ “[...] to the way gender is militarized within illegal armed groups, and to the way this manifests in the combatants’ bodies, understood as performative products of a signifying process (militarization).”

gênero feminino ou do gênero masculino militarizado. Gestos, movimentação corporal e estilo diferem a mulher civil da mulher pertencente a um grupo militarizado – a performatividade do gênero feminino deve se adequar à realidade militarizada (MÉNDEZ, 2012, p. 39). A identidade feminina das mulheres que se juntaram a grupos militarizados, tais quais as FARC-EP e o PKK, não é a mesma identidade feminina que as mulheres performavam anterior ou posteriormente à sua participação no grupo e no conflito.

A aceitação de mulheres (e da feminilidade militarizada) em grupos militarizados significa que alguns aspectos da feminilidade, embora aquelas não sejam o tipo de soldado ideal masculino, são aceitáveis e, inclusive, desejáveis na estrutura de tais grupos. É principalmente o aspecto da sexualidade feminina uma característica central para a participação de mulheres nos referidos grupos (MÉNDEZ, 2012). Além disso, é possível afirmar que “alguns aspectos da feminilidade são militarizados e incorporados, e as mulheres navegam em um espaço que requer que elas imitem os homens (por exemplo, em combate) enquanto mantêm certas características ditas ‘naturais’ das mulheres” (MÉNDEZ, 2012, p. 151, tradução nossa)³⁶. Por fim, questões relacionadas à sexualidade são relevantes para a análise da participação feminina na violência política ao percebermos que mulheres, nesse contexto, podem ser (e normalmente o são), concomitantemente, vítimas e perpetradoras de violência: mulheres-soldado, como qualquer outra identidade que uma mulher pode assumir, estão vulneráveis à violência sexual dentro do seu próprio grupo armado (MÉNDEZ, 2012, p. 20).

3.4 MULHERES SOLDADO: HIPÓTESES

3.4.1 *Pano de fundo socioeconômico*

O fenômeno da mulher-soldado não é de todo novo ou recente (POLONISTAUDINGER; ORTBALS, 2013), mas é certamente inconsistente assumi-lo como homogêneo no decorrer da História. Por um lado, o mito da mulher de Rojava, como segue:

As mulheres curdas nunca abandonaram suas próprias formas de organização. Em seu combate contra os homens, elas viram a necessidade de lutar como mulheres organizadas. [...] As mulheres estão presentes em todas as instâncias da sociedade,

³⁶ “Some traditional aspects of femininity are militarized and incorporated, and women navigate a space that requires them to imitate men (e.g., in combat) while they maintain certain traits that are believed are “natural” to women.”

elas se encarregam de mudar a mentalidade da governança. No entanto, devem existir, em paralelo, organizações femininas compostas unicamente de mulheres, que se ocupam de problemas de mulheres (COLLECTIF SOLIDARITÉ FÉMINISTE KOBANÊ, 2015, p. 19, tradução nossa)³⁷.

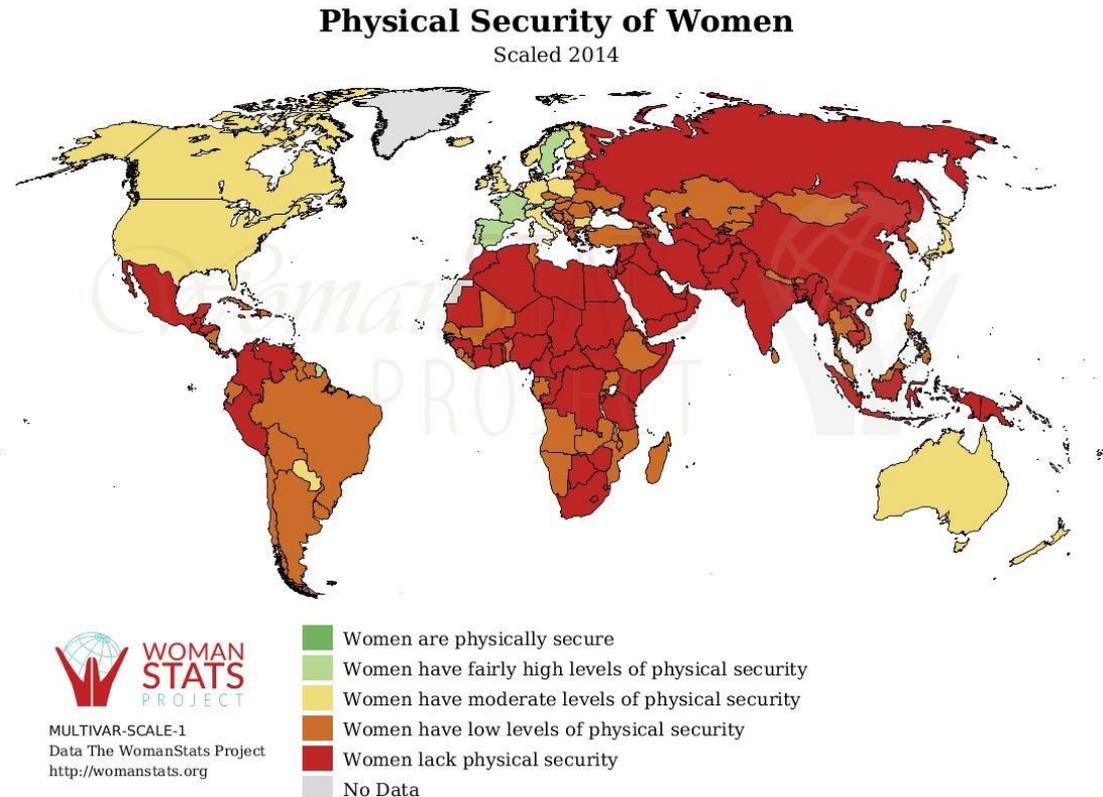
Por outro lado, as ditas “mães” ou “esposas” da revolução (construído pelo discurso das revoluções sandinistas): mulheres que se juntam à revolução, mas não com papéis de combate direto - o que acaba por fortalecer as noções tradicionais de gênero (MULINARY, 1998 apud MÉNDEZ, 2012, p. 28). Ambos os grupos são indícios da disparidade da atuação feminina em movimentos armados; mas de fato, quão profundamente a característica social de cada comunidade impacta na agência da mulher guerrilheira, da mulher-soldado?

No capítulo anterior argumentou-se que a desigualdade de gênero é um fator que contribui na previsão da eclosão de conflitos internos. Além disso, deve-se lembrar dos índices indicativos de fragilidade do Estado, conceito também trabalhado no capítulo prévio. O questionamento no presente capítulo é no quanto a desigualdade de gênero pode compor o cenário do engajamento feminino na violência política. Alguns aspectos, obtidos por meio de dados disponibilizados pelo Banco Mundial (2018), pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2014) e pelo *WomanStats Project* (2018) contribuirão para a elucidação do contexto socioeconômico das mulheres na Colômbia e na Turquia. A apresentação deste plano de fundo aprofundará o entendimento do porquê as mulheres se engajariam em grupos guerrilheiros e também na compreensão da divisão sexual do trabalho, dada as características sociais daquela nação em relação às questões de gênero.

Em primeira instância, utilizaremos a figura abaixo que relaciona, segundo dados de 2014, informações sobre segurança física para mulheres ao redor do mundo.

³⁷ “Les femmes kurdes n’ont jamais abandonné leurs propres formes d’organisation. Dans leur combat contre l’homme, elles ont vu la nécessité de lutter en tant que femmes organisées. [...] Les femmes sont présentes dans toutes les instances de la société, elles s’y emploient à changer la mentalité de la gouvernance. Mais il doit absolument exister, en parallèle, des organisations féminines composées uniquement de femmes et s’occupant des problèmes des femmes.”

Figura 1 - Mapa da segurança física das mulheres ao redor do mundo, dados de 2014.



Fonte: WOMANSTATS PROJECT, 2018.

* Legendas em língua portuguesa, de cima para baixo:

Mulheres estão fisicamente seguras

Mulheres têm razoavelmente altos níveis de segurança física

Mulheres têm níveis moderados de segurança física

Mulheres têm baixos níveis de segurança física

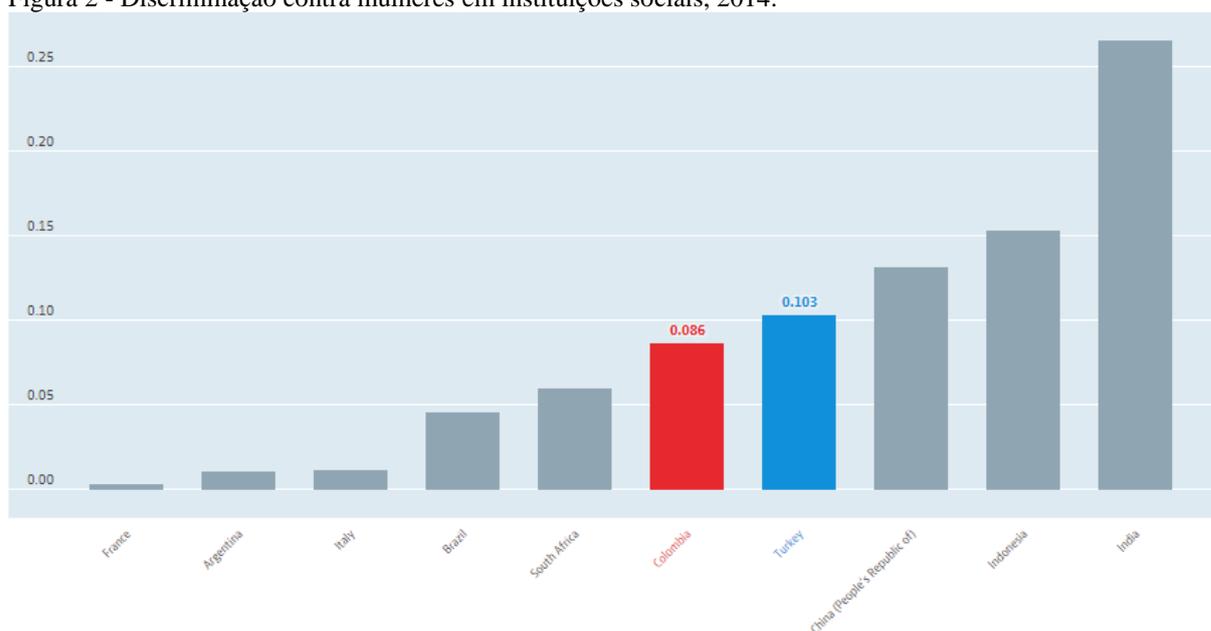
Mulheres não tem segurança física

Sem dados

Como observado no mapa, ambos os países, Colômbia e Turquia, figuram dentre os Estados onde a insegurança física para mulheres é mais alta. A Colômbia, inclusive, apresenta o índice de “falta de segurança física às mulheres”, quadro altamente alarmante e indicativo de alta desigualdade de gênero no país.

A esse mapa se soma a estatística apresentada abaixo, que versa sobre a discriminação contra mulheres nas instituições sociais - índice de 0 a 1, onde 0 representa inexistência de discriminação contra mulheres e 1 representa altos índices de discriminação contra mulheres. Esse índice é uma intersecção de diversas variáveis que tratam dos mais diversos aspectos da vida de mulheres e meninas, como acesso à justiça, direitos e oportunidades.

Figura 2 - Discriminação contra mulheres em instituições sociais, 2014.



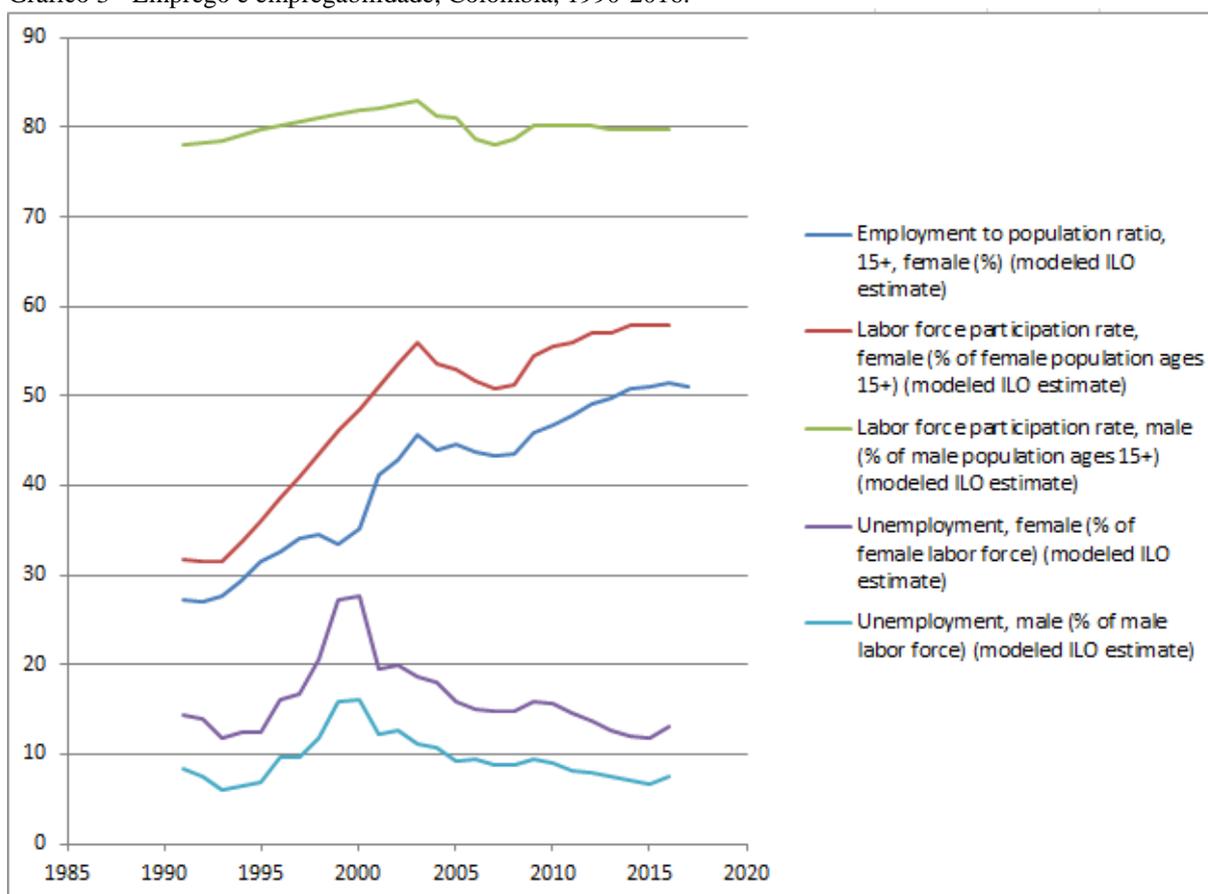
Fonte: OECD DEVELOPMENT CENTER, 2014.

*Nome dos países em comparação, em língua portuguesa, da esquerda para a direita: França, Argentina, Itália, Brasil, África do Sul, Colômbia, Turquia, China, Indonésia e Índia.

Com índices relativamente altos, depreende-se do gráfico acima que o desenvolvimento da Colômbia e da Turquia fica prejudicado pela desigualdade de gênero, pois a educação, emprego e saúde (índices que denotam o progresso social) não possuem acesso igualitário para todos os membros das suas sociedades.

Outro gráfico que muito contribui na elucidação do contexto socioeconômico e da realidade social de uma nação é a verificação das estatísticas concernentes ao emprego e empregabilidade de sua população. Conforme o gráfico a seguir, verificamos a força de trabalho disponível para homens e mulheres, bem como o desemprego de homens e mulheres (compreendidos nesta força de trabalho) e, finalmente, a porcentagem de mulheres empregadas.

Gráfico 3 - Emprego e empregabilidade, Colômbia, 1990-2016.



Fonte: THE WORLD BANK, 2018.

*Legendas, em língua portuguesa, de cima para baixo:

Proporção para emprego da população, 15+, mulheres (%) (estimativa modelo ILO)

Taxa de participação de força de trabalho, mulheres (% da população feminina idade 15+) (estimativa modelo ILO).

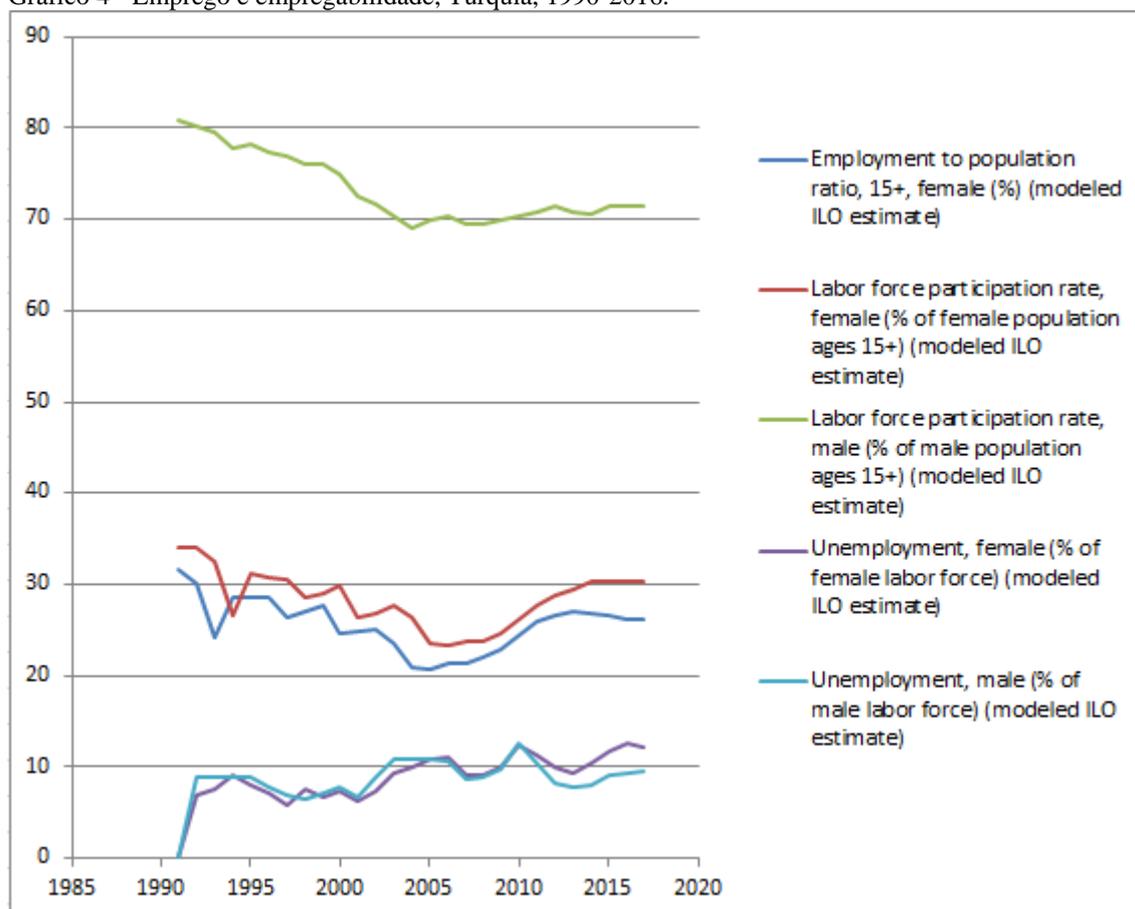
Taxa de participação de força de trabalho, homens (% da população masculina idade 15+) (estimativa modelo ILO).

Desemprego, mulheres (% da força de trabalho feminina) (estimativa modelo ILO).

Desemprego, homens (% da força de trabalho masculina) (estimativa modelo ILO).

Do gráfico acima é possível tirarmos algumas conclusões: nos últimos 25 anos, houve considerável crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, tendo aumentado em mais de vinte pontos percentuais no período citado. Disso incorre que ocorreram mudanças institucionais no país, possibilitando e incentivando a participação feminina no mercado de trabalho. Exemplo disso é que, a partir de 2009, há registros de legislação concernente a não discriminação de gênero para contratação empregatícia na Colômbia (legislação essa que retrocedeu, no entanto, depois de 2013) (THE WORLD BANK, 2018).

Gráfico 4 - Emprego e empregabilidade, Turquia, 1990-2016.



Fonte: THE WORLD BANK, 2018.

*Legendas, em língua portuguesa, de cima para baixo:

Proporção para emprego da população, 15+, mulheres (%) (estimativa modelo ILO).

Taxa de participação de força de trabalho, mulheres (% da população feminina idade 15+) (estimativa modelo ILO).

Taxa de participação de força de trabalho, homens (% da população masculina idade 15+) (estimativa modelo ILO).

Desemprego, mulheres (% da força de trabalho feminina) (estimativa modelo ILO).

Desemprego, homens (% da força de trabalho masculina) (estimativa modelo ILO).

Do gráfico concernente à Turquia, alguns aspectos chamam a atenção e possibilitam uma comparação com a Colômbia. Segundo o gráfico acima, a disparidade entre a força de trabalho disponível de homens e mulheres é espantosa – tendo a força de trabalho feminina disponível nos últimos 25 anos, inclusive, não só permanecido relativamente estável (e baixa), como as taxas mais recentes são menores que as taxas verificadas no início dos anos de 1990. Isso significa que poucas mudanças ocorreram nas instituições do país no sentido de incentivar a participação feminina no mercado de trabalho, mantendo a subordinação feminina como instituição social.

Uma situação que bem ilustra a desigualdade de gênero na Turquia foi um episódio ocorrido em 2014, onde o então Presidente Recep Tayyip Erdogan afirmou que o papel

natural da mulher é ser mãe e argumentou que mulheres não são iguais aos homens. Para complementar o episódio, mais cedo no mesmo ano, um dos ministros do mesmo Presidente alegou publicamente que mulheres não deveriam rir alto em público (KINGSLEY, 2017).

Somados aos dados acima expostos, há ainda alguns aspectos sociais dos países em questão cuja menção é relevante para o presente capítulo. A desigualdade entre os gêneros se mostra nas mais diversas dimensões, tais quais: na Colômbia, enquanto mulheres gastam 18,13% do seu dia com trabalhos domésticos, os homens gastam apenas 5,28% (THE WORLD BANK, 2018). Na Turquia, a situação é ainda mais discrepante: em 2006, a proporção era de 25,76% para mulheres e 6,11% para homens; em 2015, 19,17% das mulheres e 3,68% para homens (THE WORLD BANK, 2018). Outro aspecto social impactante é a crença, dentre 39,2% das mulheres turcas, de que um marido que bata na esposa possa ter sua ação justificada (THE WORLD BANK, 2018). Essas estatísticas ilustram os valores sociais compartilhados nas sociedades colombiana e turca: os dados pretendem demonstrar que são sociedades altamente patriarcais e de desiguais oportunidades para mulheres e homens. No entanto, isso ainda é insuficiente para demonstrar o porquê de as mulheres juntarem-se à luta armada.

O quadro acima proposto vai ao encontro do cruel entendimento da literatura feminista ocidental de que mulheres comuns do dito Terceiro Mundo levam uma vida pautada em uma conjuntura que pondera suas características de gênero (circunscrita a questões da sexualidade) e sua realidade socioeconômica de cidadã de um país de Terceiro Mundo (ignorante, pobre, não educada, tradicional, doméstica, orientada para a família, vitimizada, etc.) (MOHANTY, 1991, p.374 apud MÉNDEZ, 2012, p. 22). Por mais revoltante que seja essa visão, de fato, os índices acima apontados reafirmam esta imagem ordinária das cidadãs de países em desenvolvimento. No entanto, para que se possa fazer uma leitura adequada da conjuntura mencionada, é importante lembrarmos e enfatizarmos o que foi proposto no capítulo segundo acerca da violência estrutural, observada principalmente nos ditos Estados fracos de herança colonial.

As FARC-EP, por exemplo, se utilizaram bem do quadro socioeconômico em vigência na Colômbia para o alistamento de guerrilheiros (para além da motivação ideológica dos que voluntariamente aderiam ao grupo):

As FARC exploram as carências da sociedade rural colombiana – desigualdade social, a violência de grupos paramilitares de direita, fragmentação étnica e racial em comunidades indígenas e afro-colombianas, e falta de educação e oportunidade, dentre outros. A combinação de pobreza, falta de educação e as limitadas oportunidades e autonomia ofertadas às mulheres na sociedade colombiana

altamente patriarcal significa que as *campesinas* são particularmente vulneráveis às campanhas de recrutamento das FARC (HERRERA; PORCH, 2008, p. 611, grifo do autor, tradução nossa)³⁸.

Todos os aspectos acima apontados indicam que a justificativa para as mulheres recorrerem à violência política e estarem dispostas a juntarem-se a grupos armados não se relaciona necessariamente com sua sexualidade ou com irracionalidade. A realidade da violência doméstica, do casamento na adolescência ou outras variáveis relativas ao gênero feminino e sua sexualidade podem ser, sim, fatores que impelem as mulheres a almejar outra realidade social – e no caso de ambientes de hostilidades, grupos guerrilheiros podem apresentar-se como uma saída possível. No entanto, essas não são as únicas ou mais completas variáveis explicativas.

As disparidades sociais enfrentadas por mulheres são importantes demais para serem descartadas na análise da participação feminina na violência política. A marginalização socioeconômica, como já apontada no segundo capítulo, é uma realidade que impele grupos sociais a pegarem em armas, principalmente em ambientes de hostilidade e fragmentação social – e com as mulheres não poderia ser diferente. Contudo, isso também não quer dizer que o contexto socioeconômico exaure todas as possibilidades de motivação – ideologia, coação e a própria condição do ser mulher nas referidas sociedades também são fatores relevantes -, mas certamente representa um fator de peso na análise a ser feita.

3.5 CONCLUSÕES PARCIAIS

Este capítulo pretendeu adentrar a literatura sobre gênero, enfatizando a visão da autora de que as características socialmente atribuídas às mulheres não são naturalmente femininas, mas sim, um construto social objetivando uma relação hierárquica de poder entre o gênero feminino e masculino. A esse constante processo de retificação das características de gênero deu-se o nome de performatividade, um processo que acaba por normatizar determinados comportamentos de grupo.

Demonstrou-se que muitas das características ditas inferiores relacionadas tradicionalmente às mulheres tem a ver com a posição feminina de passividade, em se

³⁸ “ [...] the FARC exploits the shortcomings in Colombian rural society – social inequality, the violence of right-wing paramilitary groups, ethnic and racial grievances in Indigenous and Afro-Colombian communities, and lack of education and hence of opportunity, among others. The combination of poverty, lack of education, and limited opportunity and autonomy offered to women in the highly patriarchal Colombian society means that young *campesinas* are particularly vulnerable to FARC recruitment campaigns.”

tratando de aspectos da sexualidade. A feminilidade é invariavelmente relacionada, em suas mais diversas manifestações, às questões sexuais e à função/capacidade biológica dos seres humanos do sexo feminino. Isso se aplica à questão da violência exercida por mulheres: na literatura há diversos exemplos da atribuição do fenômeno da violência feminina à sua irracionalidade pautada em desvios do seu comportamento sexual esperado.

À questão da performatividade de gênero somou-se a perspectiva das sociedades militarizadas – sociedades pautadas em valores decorrentes do militarismo. O comportamento feminino sexualizado é uma característica esperada pela lógica do militarismo, dada a contraposição da masculinização exacerbada. Assim, a violência feminina permanece pautando-se nas expectativas quanto à sexualidade daqueles indivíduos.

Como ilustração das possíveis e prováveis motivações femininas para agir com violência – para além do que a literatura historicamente propõe, como comportamento sexual desviante – iniciamos compondo o quadro socioeconômico da Colômbia e Turquia. Colocar em perspectiva a realidade social e econômica destas populações, em especial a feminina, é sugerir que a guerrilha oferece uma oportunidade em face da marginalização socioeconômica das mulheres. Para além do pano de fundo socioeconômico, foi mencionada a motivação ideológica e, como se verá adiante, a motivação da própria condição do ser mulher nas referidas sociedades se apresenta como indicativo da adesão feminina a movimentos armados.

4 História e histórias

Para se entender aonde se vai, é necessário compreender de onde se vem. Finalmente: às apresentações.

Este capítulo intenciona navegar concisamente pela história das FARC-EP e do PKK, de modo que se possa compreender a ideologia de ambos os grupos e as viradas históricas pelas quais passaram nos últimos anos de atuação. Como desdobramento das transformações ideológicas e estruturais pelas quais os grupos passaram ao longo de suas trajetórias, objetiva-se também traçar um breve histórico da evolução da participação feminina nos grupos guerrilheiros.

As FARC-EP são um consistente representante da guerrilha na América do Sul, e a sociedade colombiana é um bom retrato da sociedade latino-americana como um todo, sociedade esta da qual o Brasil faz parte. Brevemente, entende-se a sociedade latino-americana como segue:

Há várias nações na nação latino-americana. Elas se mesclam e se diferenciam, convivem e antagonizam conforme a época, o jogo das forças sociais. Uma é a nação burguesa, oficial, dominante, que profere o discurso do poder, mercado, desenvolvimento progresso, produtividade, racionalidade, modernização. Outra é a popular, camponesa e operária, dispersa na sociedade e na geografia, revelando-se alternativa diferente, sociedade e comunidade, qualitativa. Mas há, em certos casos, a nação quêchua, aimara, guarani, asteca, maia, negra ou outra, de permeio às diversidades sociais e, econômicas, políticas, que mantêm e generalizam hierarquias, preconceitos, racismos. Às vezes, todas essas realidades aglutinam-se em distintas regiões, no âmbito do espaço nacional, de tal modo que pode haver uma nação costeira e outra serrana. Nesses casos, as diversidades organizam-se de tal maneira que as regiões digladiam-se como poderosas estruturas aparentemente autônomas; ou articulam-se sob o mando de uma nação mais poderosa. Assim se forma uma espécie de colonialismo interno (IANNI, 1993 apud BARBOSA, 2005, p.62).

Concretamente falando, é possível afirmar que a região possui atributos conjunturais específicos e pode ser tipificada por “relações de tipo essencialmente familiar e pessoal, por instituições tradicionais (o compadrio, [...] dominação personalista e de clientelismo político etc.), [...] e por normas e valores que exaltam [...] as formas de vida tradicionais herdadas dos antepassados [...]” (STAVENHAGEN, 2014, p. 159).

Já o PKK, um dos diversos grupos representantes dos movimentos armados do Oriente Médio, se não um retrato fiel da sociedade curda ou mesmo muçulmana, pode ser considerado

uma amostra relevante de tais comunidades³⁹. O que entendemos antropologicamente como comunidade muçulmana pode ser definida nos seguintes termos:

O que faz com que ações e escolhas políticas sejam reconhecidamente muçulmanas é a maneira pela qual o Islã fornece símbolos, em termos dos quais os diversos grupos muçulmanos definem sua identidade como muçulmana. Os autores identificam dois processos como fundamentais para a formatação da política muçulmana. Um é a objetificação na qual o Islã se torna o objeto de interesse de um grande número de pessoas no momento em que elas se tornam conscientes de sua religião e levantam questões sobre sua natureza, significado, afetando sua conduta diária. Essas questões objetivas são problemáticas modernas que moldaram o discurso e prática dos muçulmanos em todas as esferas da vida (Eickelman & Piscatori 1996, p.38). A outra é a fragmentação da autoridade na política muçulmana. Os *ulama* não são os únicos intérpretes do Islã. Os líderes *Sufi*, engenheiros, professores, médicos, exército e líderes de milícia – todos lutam pelo controle intelectual do Islã (MOADDEL, 2002, p. 375, tradução nossa, grifos nossos)⁴⁰.

Questiona-se se é possível entender essa coletividade muçulmana como uma contraposição à realidade latino-americana⁴¹: seria esse o choque das civilizações⁴², de Samuel Huntington?

³⁹ Sobre a multiplicidade de “Islãs”: “todas as expressões do Islã possuem unidade de significado através de duas dimensões dessas condições universais: primeiro, como expressões de uma forma particular de experiência, religião, com certas características definidas, como a integração de visão de mundo e ethos; e segundo, como uma continuidade histórica de tradição de significados, no qual a expressão original e todas as que seguiram no tempo e espaço não existem como realidades completamente distintas, mas como desenvolvimentos delicadamente relacionados à base inicial simbólica, ligados pelo processo social de compartilhamento de significados.” (EL-ZEIN, 1977, p. 232, tradução nossa). No original: “all expressions of Islam find unity of meaning through two dimensions of these universal conditions: first as expressions of a particular form of experience, religion, with certain defined characteristics such as the integration of world view and ethos; and second as an historically continuous tradition of meaning in which the original expression and all those following it in time and space do not exist as complete distinct realities but as delicately related developments of an initial symbolic base linked by the social process of shared meaning.”

⁴⁰ “What makes political actions and choices recognizably Muslim is the way Islam provides the symbols in terms of which diverse Muslim groups defined their identity as Muslims. These authors identify two processes as fundamental to the shaping of Muslim politics. One is objectification whereby Islam becomes the object of interest for a large number of people as they become conscious of their religion and raise questions about its nature, significance, and import in affecting their daily conduct. These objective questions are modern queries that shaped the discourse and practice of Muslims in all walks of life (Eickelman & Piscatori 1996, p. 38). The other is the fragmentation of authority in Muslim politics. The *ulama* are no longer the sole interpreters of Islam. The *Sufi* leaders, engineers, professors of education, medical doctors, army and militia leaders—all vie for the intellectual control of Islam.”

⁴¹ “Kandiyoti (1991), Moghadam (1994), e Taraki (1996) argumentam que o gênero se transformou em questão política quando grupos islâmicos expressaram sua desaprovação com a cultura ocidental ao caracterizarem a mulher ocidentalizada como um símbolo da moral decadente da civilização ocidental”. (MOADDEL, 2002, p. 375, tradução nossa). No original “Kandiyoti (1991), Moghadam (1994), and Taraki (1996) argued that gender had become a political issue when Islamic groups expressed their disapproval of Western culture by characterizing westernized women as a symbol of the moral decay of western civilization.”

⁴² Sobre a teoria do choque das civilizações: “a fonte fundamental de conflito neste novo mundo não seja prevalentemente ideológica ou predominantemente econômica. As grandes divisões existentes na humanidade e a fonte dominante de conflito serão culturais.” (HUNTINGTON, 1998, p. 1). Especificamente sobre o islã e o ocidente: “O conflito ao longo das linhas de separação entre as civilizações ocidental e islâmica tem prosseguido desde há 1300 anos... [...] Estamos perante um estado de espírito e um movimento que transcende em muito o nível de questões e de políticas e os governos que as prosseguem. Nada menos do que um choque de civilizações - a reação talvez irracional, mas seguramente histórica, de uma antiga rivalidade contra a

4.1 FARC-EP

A Colômbia, dita a mais antiga democracia da América Latina (WELSH, 2015), também detém a marca de sediar o mais antigo grupo guerrilheiro em atividade em toda a América (ECCARIUS-KELLY, 2012; STANSKI, 2006). As FARC-EP, o maior grupo guerrilheiro da Colômbia, são um grupo político que surge no auge da Guerra Fria como produto de um período denominado *La Violencia* e no contexto da eclosão de violência política na América Latina - que possui como marco a revolução cubana de Castro, em 1959, e vai até o início da década de 90. Tais movimentos políticos latino-americanos se caracterizaram basicamente por duas linhas orientadoras: seu viés revolucionário pautado em ideologia Marxista-Leninista (que contribuía na delimitação das agendas políticas dos grupos revolucionários) e, estrategicamente falando, o recurso à guerrilha e atividades terroristas (ORTIZ, 2016). É nesse contexto geral que encontramos as raízes das FARC-EP – mas é recorrendo à história interna colombiana que poderá se compreender a integralidade de sua bem sucedida criação, expansão e manutenção.

Como o nome sugere, *La Violencia* foi um período sangrento da história colombiana. Ele dura dez anos, entre 1948 e 1958, e é fruto de uma disputa interna entre os partidos políticos liberal e conservador - e seus respectivos financiadores e apoiadores (WELSH, 2015). A eclosão deste período de embates (que custou a vida de mais de trezentos mil colombianos) remete às disputas por terras e à almejada (por alguns) reforma agrária na Colômbia (MOLANO, 2000; WELSH, 2015). O partido conservador, apoiado pela Igreja Católica e grandes e tradicionais proprietários de terras, almejando manter a estrutura oligárquica sob a qual a Colômbia independente se construiu, se opõe às reformas agrárias propostas pelo partido liberal – que, tendo estado no poder entre 1930 e 1946, implementou medidas de administração pública que restringiam privilégios históricos aos oligarcas colombianos (MOLANO, 2000). No entanto, a divisão interna do partido liberal (que possibilitou a tomada de poder pelos conservadores - por meio da força) - culminando no assassinato do liberal Jorge Eliecer Gaitán (entusiasta do reformismo colombiano) - criou o cenário ideal para a eclosão de um período de tensões políticas que se denominou *La Violencia* (MOLANO, 2000).

herança judaico-cristã, a nossa presença secular e a expansão mundial de ambas” (HUNTINGTON, 1998, p. 7-8)

A autora deseja fazer breve comentário acerca das oligarquias que dividem não só a Colômbia, mas as veias abertas⁴³ da América Latina. *La Violencia* é produto de uma disputa que contribuiu na sedimentação das vulnerabilidades socioeconômicas da Colômbia. Os oligarcas, chamados de “colonizadores internos”, são os filhos da América Latina Oficial.

A América Latina Oficial olha a América Latina Popular com um olhar diferente, mesmo que estejam separadas por uma rua. A América Latina Popular é considerada a periferia, o sul, o subalterno, o campo, a serra, o mestiço, a preguiça, a *siesta* e a *fiesta*, a rusticidade gaúcha, o caudilhismo, a violência, a barbárie. O bárbaro é sempre o outro (BARBOSA, 2005, p. 69, grifos do autor).

Os filhos da América Latina Oficial não reconhecem seus compatriotas e não os compreendem como iguais. Seus quereres são maiores e mais importantes, suas necessidades têm de ser atendidas primeiro. O sentimento que une os camponeses em prol da revolução vindoura se baseia na irredutibilidade dos senhores oligárquicos, aqueles iguais que exploram a América Latina como se fossem os herdeiros oficiais das metrópoles.

Eles se declararam patriotas.
Nos clubes se condecoraram e foram escrevendo a história.
Os Parlamentos ficaram cheios
de pompa, depois repartiram
entre si a terra, a lei,
as melhores ruas, o ar,
a universidade, os sapatos.

Sua extraordinária iniciativa
foi o Estado erigido dessa
forma, a rígida impostura.
Foi debatido, como sempre,
com solenidade e banquetes,
primeiro em círculos agrícolas,
com militares e advogados.
Por fim levaram ao Congresso
a Lei suprema, a famosa,
a respeitada, a intocável
Lei da Trapaça.
Foi aprovada [...] (NERUDA, 1998, p. 195)

De acordo com Ortiz (2016), *La Violencia* contribuiu para o aprofundamento da vulnerabilidade socioeconômica da Colômbia, de modo que o conflito minou as frágeis estruturas estatais presentes no território colombiano. É nesse contexto de debilidade do Estado em prover aos seus cidadãos – tendo, inclusive, retirado deles as mínimas estruturas presentes no país (tal qual a própria instituição da segurança e integridade física da população) – que o Partido Comunista Colombiano (PCC) implementa, em 1949, uma política chamada de “autodefesa de massa”, onde se organizavam núcleos camponeses seguros da

⁴³ C.f. GALEANO, 2015.

violência generalizada no país: essas organizações viriam, posteriormente, a ser chamadas de “repúblicas independentes” (ORTIZ, 2016). Essas áreas contavam com a proteção de grupos armados que contaram, segundo dados da inteligência norte-americana, com seis mil integrantes (STANSKI, 2006).

Paralelamente às repúblicas independentes, há um cessar-fogo no período sangrento do conflito entre liberais e conservadores, e uma solução é instituída: a Frente Nacional, um sistema de divisão de poder entre os dois partidos antagônicos, onde se alternavam quaternalmente no poder central e dividiam entre si os poderes regionais (WELSH, 2015). No entanto, a concepção de que existiam apenas dois partidos políticos relevantes no cenário nacional naturalmente excluía outras agremiações políticas – tal qual o PCC. Assim, são os integrantes de tais grupos marginalizados politicamente que se organizam no entorno de grupos revolucionários, como aconteceu com as FARC-EP (WELSH, 2015).

Além de marginalizar determinados grupos políticos, a Frente Nacional não cumpriu seu propósito de cessar completamente a violência na Colômbia. As repúblicas independentes continuaram a existir, e foram fortemente atacadas pelo governo central em 1964, em uma empreitada conhecida como Batalha de Marquetalia (STANSKI, 2006) – foram dezesseis mil soldados colombianos por ar e por terra a atacar os acampamentos, sem, no entanto, terem sucesso: as áreas já tinham sido abandonadas e sua população se refugiou em outras áreas do país, como no estado de Cauca – onde as FARC-EP são fundadas, ainda no mesmo ano (WELSH, 2015). A empreitada militar visava capturar dois dos que viriam a ser os maiores símbolos das FARC-EP: Manuel Marulanda Vélez e Jacobo Arenas, membros fundadores do grupo e símbolos de resistência às investidas militares de um governo com o qual não concordavam (PÉCAUT, 2010).

A Batalha de Marquetalia, segundo os membros fundadores das FARC-EP, representa a semente do nascimento de uma nova Colômbia – e assim, de grupo de autodefesa o movimento armado passa a se entender como um grupo cuja agenda política ia além da reforma agrária inicialmente almejada (STANSKI, 2006). De acordo com Stanski (2006, p. 138, tradução nossa)⁴⁴ as FARC-EP surgem no contexto da supramencionada batalha de Marquetalia como “um programa revolucionário convocando todos os cidadãos que sonham com uma Colômbia para colombianos, com igualdade de oportunidades e distribuição igual de riquezas, onde dentre nós, poderemos construir a paz com igualdade social e soberania.”. De

⁴⁴ “A revolutionary program calling together all the citizens who dream of a Colombia for Colombians, with equality of opportunities and equitable distribution of wealth, and where among us we all can build peace with social equality and sovereignty.”

inspiração Marxista-Leninista, a pauta levantada pelas FARC-EP dialogava com as carências da população colombiana – e por isso foi um grupo dotado de grande carisma entre a sociedade rural do país.

[As FARC] faziam parte da tradição das “guerras civis” colombianas e da contestação violenta da legitimidade do poder, portanto suas raízes estavam vinculadas a um longo período da história da Colômbia; situavam-se na continuidade dos conflitos agrários, portanto, num período mais recente da história; remetiam à experiência recente de La Violencia, isto é, a uma memória imediata e, por fim, inseriam-se na experiência contemporânea do radicalismo revolucionário anti-imperialista. Logo, eram ao mesmo tempo “tradicionalistas” e “modernas”. Estavam impregnadas da sociedade rural e de reivindicações camponesas e, ao mesmo tempo contidas na efervescência das concepções emancipadoras, mas também estavam subordinadas a um partido comunista vinculado à visão “clássica” da revolução, em que o proletariado desempenha o papel principal (PÉCAUT, 2008, p. 19 apud MINILLO et al., 2017, p. 311).

O grupo que se organizou no que viria ser chamado oficialmente de FARC dois anos depois (em 1966) lançou ainda em 1964 sua agenda política, intitulada “Programa Agrário”: simultaneamente o grupo pregava a redistribuição de terras e questionava o regime em vigor, que, à compreensão dos fundadores, era imperialista (PÉCAUT, 2010). No entanto, embora o projeto denote a continuidade de um desejo político em prol da reforma agrária e imprima o viés ideológico no qual o grupo era baseado, a assunção da faceta de grupo guerrilheiro só se dá em 1966 por razões práticas: foi o aparecimento de outras guerrilhas e a emergência de uma parcela da juventude urbana que se radicalizou com os acontecimentos (então) recentes na Colômbia que dão um senso de *momentum* à criação das FARC-EP (PÉCAUT, 2010).

Ao deprender-se como braço armado do PCC, nada mais intuitivo do que assumir a ideologia comunista como linha norteadora das ações da guerrilha. O grupo era pautado em uma ortodoxia quanto aos preceitos do comunismo, que se exprimia tanto em relação às orientações provenientes da União Soviética quanto dos preceitos do marxismo – que incluía a opção indubitável ao conflito armado em face do imperialismo do governo colombiano e da reconstituição em andamento dos sindicatos urbanos da Colômbia, pós *La Violencia* (PÉCAUT, 2010). No entanto, essa ideologia latente não se mantém homogênea durante os 50 anos de existência do grupo.

Segundo Pécaut (2010), as FARC-EP passaram por três grandes períodos em sua história: de sua criação até o início dos anos 1980, em um momento de lento crescimento; de 1980 a 1990, com um período de rápida expansão; dos anos 1990 a 2002, com um período de ofensivas; e finalmente o período de 2002-2008, de recuo. Passaremos brevemente pela evolução histórica do grupo, pautando-nos na divisão esquemática desses quatro períodos.

A primeira fase consistiu na ambientação do grupo à realidade da Colômbia no imediato pós-conflito generalizado que viveu o país e sua própria consolidação enquanto grupo armado. O grupo tira vantagem da progressiva povoação de áreas inabitadas para marcar sua presença nesses territórios e junto às suas populações marginalizadas – a esse processo se deu o nome de “colonização armada” (PÉCAUT, 2010). Ainda de acordo com Pécaut (2010, p. 33), durante esse período inicial “[...] seu efetivo era avaliado em 900 combatentes, meio camponeses, meio guerrilheiros, munidos de armas rudimentares tomadas à polícia ou proveniente da época de *La Violencia*. Significa que as FARC só podiam ostentar resultados muito modestos.”.

A expansão das FARC-EP começa em 1975, com o aumento de frentes, mas é só na década de 1980 que o grupo efetivamente se consolida. Concomitantemente, nesta década, há um reposicionamento estratégico da Colômbia no mercado do narcotráfico, um negócio altamente lucrativo. Desde meados da década anterior, o país se torna o principal fornecedor de cocaína e maconha para a região – e sucede que as FARC-EP se encontravam coincidentemente nas áreas de cultivo de folhas de coca (PÉCAUT, 2010). Com isso, o grupo pode se expandir por meio dos lucros que retira do narcotráfico: ao cobrar taxas sobre o cultivo e a comercialização da droga, “as FARC contribuía para a segurança física e financeira da população camponesa, mantendo, assim, sua base de apoio social.” (ROCHALIN, 2003; ALVES, 2005; MOLANO, 2006; PÉCAUT, 2006 apud VIANA, 2009, p. 38). No início deste movimento de expansão, em 1982, as FARC-EP contavam com um efetivo de três mil membros e o narcotráfico permite, já na década de 1990, que o grupo seja integralmente autofinanciado (ORTIZ, 2016; WELSH, 2015).

O quadro que se consolida internamente na década de 1980 é de questionamento da autoridade do Estado, passando as FARC-EP a atuar como governo substitutivo nas regiões pobres nas quais se encontrava, funcionando como um Estado dentro do Estado – essa era sua nova prioridade e estratégia de poder na década (VIANA, 2009). O grupo passa a assumir uma posição de gestor público em ambientes de vácuo de poder, oferecendo estruturas públicas mínimas às populações rurais carentes – como saúde e educação (ECCARIUS-KELLY, 2012).

Analisando externamente, a consolidação da posição no narcotráfico internacional coloca a Colômbia na pauta norte-americana: estes passam a desenhar as bases de um longo relacionamento de ingerência externa devido à guerra às drogas e o temor, por parte dos EUA,

“de uma nova onda de instabilidade insurrecional em sua esfera de influência.” (VIANA, 2009, p. 38).

Uma complexa transição ocorre não somente nas FARC-EP, mas no posicionamento estratégico da Colômbia no novo momento mundial do início dos anos 1990. Com o fim da Guerra Fria, a nova agenda internacional compreendia agora uma nova miríade de assuntos antes relegados a segundo plano (dadas as necessidades securitárias impostas pelo conflito determinado pela bipolaridade do cenário internacional). A realidade colombiana entra na pauta internacional quando “temas como armas nucleares e comunismo perderam relevância no cenário internacional e cederam lugar a [...] temas como democracia, direitos humanos, segurança humana, drogas ilícitas, migrações e meio-ambiente” (VIANA, 2009, p. 48). Assim, o país, sob o enfoque da política externa norte-americana, passa de um parceiro no combate ao comunismo a um alvo da política externa estadunidense de segurança, principalmente no concernente aos narcóticos (VIANA, 2009). Essa preocupação pode ser assinalada como relevante, na medida em que, em 2009, o setor de contabilidade do governo norte-americano contabilizou que as FARC-EP se beneficiavam de aproximadamente 60% de toda cocaína que entrou nos Estados Unidos (ECCARIUS-KELLY, 2012).

Especificamente para as FARC-EP, a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética abalam as estruturas ideológicas sob as quais o grupo foi erigido. Desta maneira, o grupo teve de se reestruturar internamente, de modo a se desvencilhar da ortodoxia comunista que os guiou por décadas, e permanecer existindo e clamando por sua parcela de poder. A sobrevivência das FARC-EP se deu com a seguinte reformulação: o grupo passa a compreender o governo colombiano não como um governo ilegítimo, mas como um governo incompetente para lidar com as vulnerabilidades socioeconômicas nunca superadas na Colômbia; assim, as FARC-EP passam a se apresentar como uma alternativa viável à governança do país – o grupo se reorganiza em torno de sua capacidade de administração pública (VIANA, 2009). A flexibilização ideológica do grupo também se deu com a adoção de uma ideologia “bolivariana” a partir do final da década de 90 (ORTIZ, 2016).

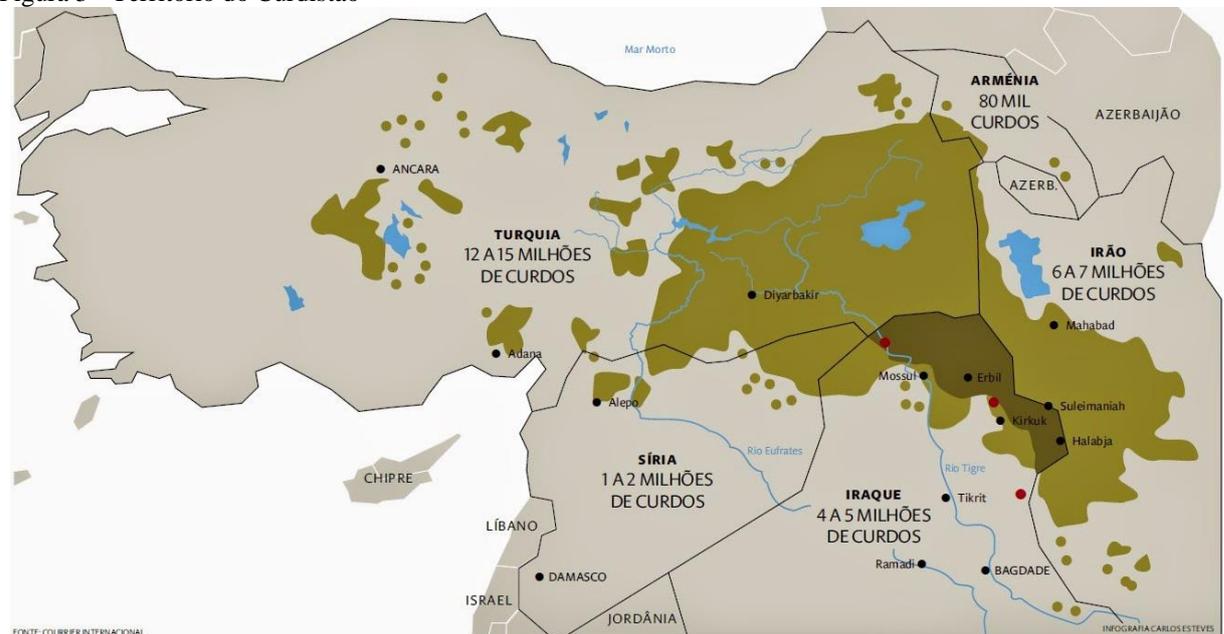
4.2 PKK

*Fale aos meus inimigos que eu não sinto nenhum medo.
Fale a eles que eu fui forjado na opressão, aguado por lágrimas.
Moldado pelas balas que encontraram meus pares.
Fale a eles, meu coração é de aço.
Fale a eles que eu sou curdo.
Fale a eles, para que escute.*

(MADJID, 2017, tradução nossa)⁴⁵.

A fim de se explicar a história do PKK, faz-se necessário primeiro explicar seu povo. Os curdos são o maior povo do mundo sem Estado próprio: são aproximadamente trinta e seis milhões de pessoas de etnia curda habitando os mais diversos territórios do globo (HENRIQUE et al., 2017). Entretanto, por concentrarem-se primordialmente nos territórios da Turquia, Síria, Irã e Iraque, compreende-se o território do suposto Curdistão em uma área que abarca os quatro Estados mencionados (RIBEIRO, 2015). O Curdistão vem sendo dividido entre nações desde o século XVII, tendo sido disputado pelos impérios Otomano e Persa; a última divisão do território ocorre com a independência da Turquia, em 1923 (RIBEIRO, 2015). Quando da dissolução do império Turco Otomano, sob a égide do Tratado de Sèvres, a série de cláusulas que balizaram a divisão dos territórios do antigo império chegou a prever a inclusão de uma seção que tratava somente da criação do Estado do Curdistão e da etnia curda (TRATADO DE SÈVRES, 1920 apud RIBEIRO, 2015); no entanto, com a independência da Turquia, o referido tratado não foi ratificado e a questão curda foi enterrada na história (RIBEIRO, 2015).

Figura 3 - Território do Curdistão



Fonte: BANDEIRA, 2016.

* Legenda:

⁴⁵ “Tell my enemies, that I feel no fear.
Tell them I was forged in oppression, watered in tears.
Molded by the bullets, that embraced my peers.
Tell them, my heart is of steel.
Tell them I am Kurdish.
Tell them, so they hear.”

Verde escuro: Região Autônoma do Curdistão Iraquiano
Verde claro: Zonas de maioria curda
Pontos vermelhos: Exploração petrolífera

Justamente por ser a questão dos curdos uma problemática desde a dissolução do império Turco Otomano, o (então) recém-criado Estado da Turquia passou a investir suas políticas públicas na opressão da identidade curda pautando-se no conceito de etnonacionalismo: enquanto o nacionalismo refere-se à ligação do cidadão ao seu Estado, o etnonacionalismo relaciona a identificação nacionalista à identidade étnica (CELIK, 2008 apud RIBEIRO, 2015). A partir de 1925, portanto, todos os cidadãos da Turquia deveram adotar a identidade turca (CANEFE, 2003). Deste modo, ao adotar uma postura de nacionalismo pautado na identidade turca (negando ser a etnia curda diferente do restante da população turca), o governo da Turquia fomenta um problema identitário dentro de suas fronteiras.

Com a negação e repressão da identidade curda, a Turquia dá as bases ao que chamamos no segundo capítulo de *grievance* dos povos curdos: estes povos, ao serem oprimidos, passam a ter uma série de reivindicações pautadas no sentimento de injustiça a qual estão sendo submetidos. Assim, o que ocorre é que a Turquia oferece a oportunidade de o povo curdo se organizar em torno da agenda de suas reivindicações (ECCARIUS-KELLY, 2010 apud RIBEIRO, 2015), e é justamente nesse contexto que grupos de contestação da realidade curda emergem. Conclui-se, por isso, que a repressão da identidade curda é um dos maiores obstáculos para a consolidação da democracia na Turquia (CANEFE, 2003).

A confiança dos povos curdos no governo turco também vai progressivamente sendo minada, de modo que rebeliões começam a surgir ao redor do país já desde a década de 1930, movimento que faz com que a repressão política seja cada vez mais intensa (CANEFE, 2003).

Com o golpe militar sucedido na Turquia em 1960, que ocorre concomitantemente à emergência de novos grupos políticos de contestação social (culminando, por sua vez, em novo golpe em 1971), a efervescência política no país era incontestável (ECCARIUS-KELLY, 2012). Com o novo golpe militar, ocorre que os grupos se radicalizam – e este *momentum* acontece estrategicamente no contexto da revolução cubana e do maoísmo, que são grandes inspirações para as revoluções do século XX (RIBEIRO, 2015). As esquerdas e os movimentos jovens curdos passam a se articular para contestar sua opressão, se alinham em prol do nacionalismo curdo e do combate às vulnerabilidades socioeconômicas às quais estavam submetidos (CANEFE, 2003; RIBEIRO, 2015).

Essa turbulência doméstica era apenas indiretamente relacionada à Guerra Fria. A Turquia tinha uma tradição comunista significativa, mas não era um país, tal qual o Irã e alguns Estados árabes, no qual um movimento de massas pro-soviético tenha existido. No entanto, a instabilidade política do país, combinada com continuadas violações de Direitos Humanos, que passaram, a partir de 1970, a um considerável nível de criticismo na Europa ocidental. (HALLIDAY, 2015, P. 108 apud RIBEIRO, 2015, p. 29, tradução nossa)⁴⁶.

O PKK foi criado em 1978, apresentando-se como um partido que misturava a orientação Marxista-Leninista com o nacionalismo curdo (CANEFE, 2003; RIBEIRO, 2015). Fundado por Abdullah Öcalan (que viria a ser o grande símbolo heroico do grupo), ex-aluno da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Ankara, e alguns colegas, o PKK oferecia uma alternativa aos povos oprimidos pela turbulência política em território turco (RIBEIRO, 2015).

A revolução tomará a forma de uma luta armada prolongada ou “guerra popular” baseada no campesinato. A direção da revolução incumbe à “classe trabalhadora” a liderança do PKK. É necessário quebrar o poder dos líderes “feudais” da sociedade curda, pois são os representantes do colonialismo. O campesinato e a pequena burguesia urbana são os principais aliados da classe trabalhadora. Não existe uma “burguesia nacional” curda porque o colonialismo não permitiu que ela se desenvolvesse como classe. Os aliados internacionais da revolução são os “países socialistas”, os partidos trabalhadores dos países capitalistas e os “movimentos de liberação dos povos oprimidos do mundo”. (JONG, 2015, p. 09 apud RIBEIRO, 2015, p. 33, tradução nossa)⁴⁷.

Com forte e credível discurso, o PKK se apresenta não somente como uma alternativa à associação ao governo conturbado; de fato, o grupo era a única opção que não a associação ao Estado (SAPOHR, ANDRIOTTI, SOARES, 2011 apud RIBEIRO, 2015). Mais que uma alternativa, o PKK foi um marco unificante para povos desintegrados e divididos pelo tribalismo e as desigualdades internas às quais estavam submetidos: juntar-se ao PKK era uma revolução coletiva e pessoal (CANEFE, 2003).

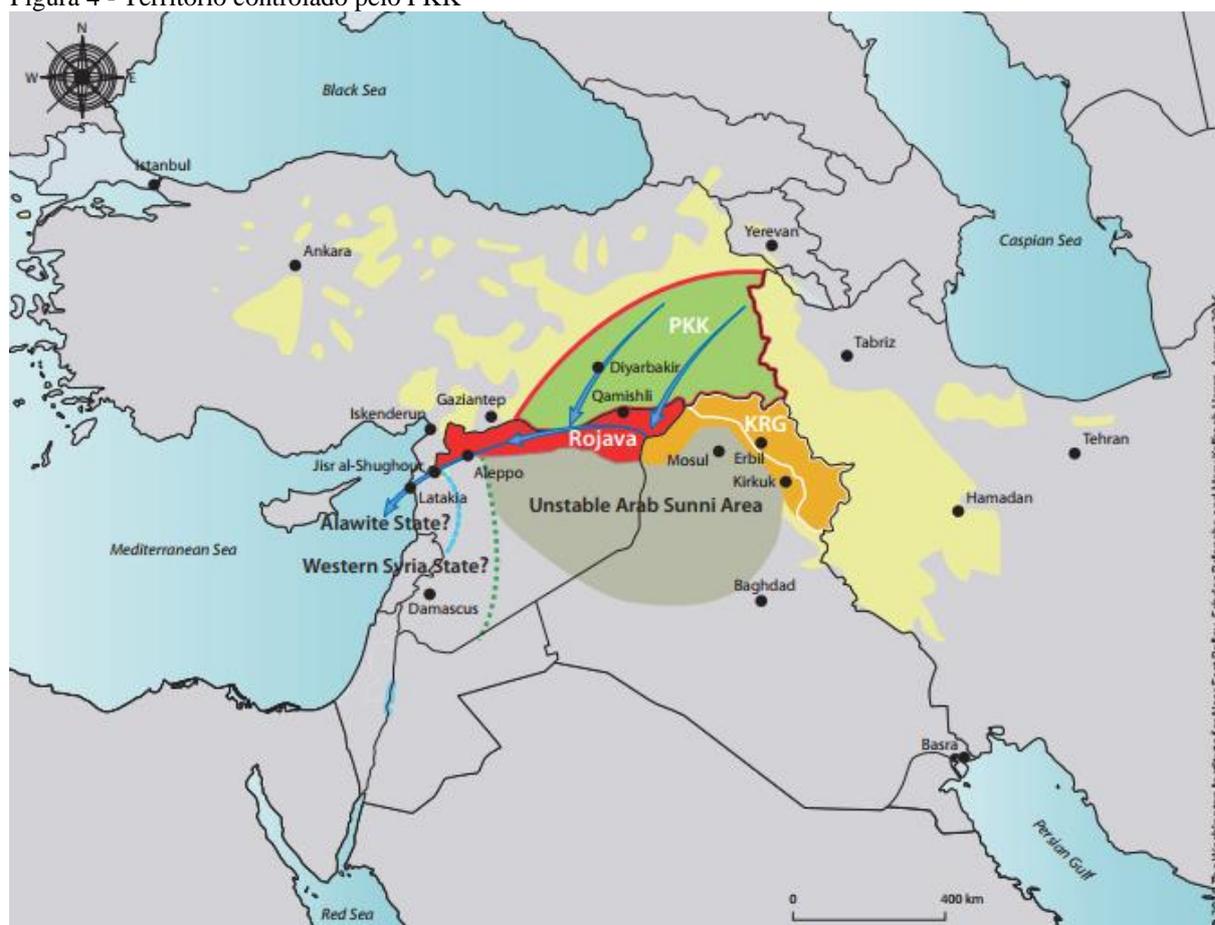
Com a continuada escalada de repressão por parte do governo turco a quaisquer iniciativas curdas (a exemplo: da proibição, em 1980, do idioma curdo em território turco, da mudança do nome de cidades e vilas curdas, e ilegalidade da transmissão de rádio e televisão

⁴⁶ “This domestic turbulence was only indirectly related to the Cold War. Turkey had a significant communist tradition, but was not a country, as were Iran and some Arab states, in which an organized pro-Soviet mass movement had existed. But the political instability in the country, combined with continued human rights abuses, was to lead, from the 1970s onwards, to considerable criticism in western Europe.”

⁴⁷ “La revolución tomará la forma de una lucha armada prolongada o “guerra popular” basada en el campesinado. La dirección de la revolución incumbe a la “clase obrera” bajo el liderazgo del PKK. Es necesario quebrar el poder de los líderes “feudales” de la sociedad kurda, pues son los representantes del colonialismo. El campesinado y la pequeña burguesía urbana son los dos principales aliados de la clase obrera. No existe una “burguesía nacional” kurda porque el colonialismo no ha permitido que se desarrollara como clase. Los aliados internacionales de la revolución son los “países socialistas”, los partidos obreros de los países capitalistas y los “movimientos de liberación de los pueblos oprimidos del mundo””.

curdas), o PKK se volta para uma nova estratégia (CANEFE, 2003). Apesar de o grupo ter sido criado em 1978, o recurso às táticas de guerrilha só foi posto em prática a partir do ano de 1984, ano do primeiro ataque letal do PKK (CANEFE, 2003). A balança de poder interna da Turquia sofre um baque com o emprego da guerrilha por parte do grupo, de modo que as relações políticas são alteradas drasticamente.

Figura 4 - Território controlado pelo PKK



Fonte: BALANCHE, 2016.

*Legenda:

Área em vermelho: Rojava

Área em verde: Controle do PKK

Área em laranja: Controle do KRG

Área em amarelo: Zona de maiorias Curdas (contabilizado pelo Instituto Curdo de Paris).

Depois de um novo golpe de Estado em 1980, o líder do PKK e alguns dos mais ativos membros do grupo fogem para a Síria, momento onde o grupo cresce exponencialmente em tamanho, capacidade e prestígio. Além disso, “Damasco protegeu, treinou e equipou o PKK, usando isto como barganha contra a Turquia em relação a disputas territoriais e o compartilhamento das águas do Tigres e Eufrates.” (CANEFE, 2003, p. 128, tradução

nossa)⁴⁸. O apoio sírio ao grupo guerrilheiro só cessaria quando da iminência de um conflito armado entre este país e a Turquia, em 1999, tendo Öçalan sido preso poucos meses depois (CANEFE, 2003).

A expansão do PKK para além das fronteiras turcas incitou a criação de outro grupo em território sírio que representa uma expansão, um “braço” do grupo curdo original: o Partido da União Democrática (PYD)⁴⁹, estabelecido em 2003 no Curdistão sírio (BATESON, 2015). A partir da criação deste partido de ideologia irmã ao do PKK, em meados dos anos 2010 criou-se seu braço armado, as Unidades de Proteção do Povo (YPG)⁵⁰ e sua subdivisão feminina, as Unidades de Proteção das Mulheres (YPJ)⁵¹ (BATESON, 2015).

Em 1989 o grupo passa a ser visto oficialmente como inimigo de Estado, de modo que o governo turco passa a se preparar especificamente para combater as investidas do grupo: é lançada a “Guerra especial”, que foi a criação de pequenas forças de elites especialmente designadas para o combate ao grupo guerrilheiro (RIBEIRO, 2015). Entretanto, foi justamente esse incremento na repressão às iniciativas curdas – e sua brutalidade, visto que, a partir de 1988, o governo turco passa a queimar vilarejos curdos para que não pudessem servir de base de apoio ao PKK (RIBEIRO, 2015) - que mais trouxe apoio popular ao grupo.

Com a queda da União Soviética e o sonho da independência do Curdistão como país comunista fica cada vez mais distante, o grupo passa por uma reestruturação ideológica necessária à sua sobrevivência. Dentre as mudanças ideológicas que passariam a guiar as ações do grupo nas décadas seguintes está o questionamento do próprio modelo Estadocêntrico sob o qual a sociedade internacional se estrutura e o papel das mulheres na busca pela libertação dos povos (RIBEIRO, 2015). O questionamento às bases do Estado como ele é compreendido desde Westphalia culmina na proposição, por parte de Öçalan, do conceito de “Confederalismo Democrático”⁵² (TANK, 2017).

⁴⁸ “Damascus sheltered, trained, and equipped the PKK, using it as a bargaining chip against Turkey with respect to territorial disputes and the sharing of the waters of the Tigris and Euphrates.”

⁴⁹ *Partiya Yekîtiya Demokrat.*

⁵⁰ *Yekîneyên Parastina Gel.*

⁵¹ *Yekîneyên Parastina Jin.*

⁵² O Confederalismo Democrático, resumidamente, revê o conceito de cidadania, uma vez que prevê uma participação mais direta da população nos processos decisórios políticos e reduz o protagonismo do Estado nas dinâmicas sociais (TANK, 2017). Essa tomada de poder por parte da população é justificável mediante a observância da composição das fileiras do PKK: os oprimidos, os marginalizados, os sem voz, os não cidadãos, os subjugados. “[...] a ideia da grande revolução esmaece e é substituída por uma ênfase maior no feminismo de base, políticas práticas e o encorajamento à mudança dentro da sociedade partindo da camada de baixo. [...] transformando o movimento de uma rebelião em uma reconstrução”. (TANK, 2017, p. 421, tradução nossa) .

4.3 JUSTAPOSIÇÃO, CONTRAPOSIÇÃO OU EQUIPARAÇÃO?

Dotados do breve histórico da evolução de ambos os grupos, esboçar-se-á uma rápida comparação entre as trajetórias e ideologias dos grupos, de modo que possamos aplicar os conceitos apresentados no capítulo segundo e compreender os grupos de maneira analítica.

A comparação mais básica entre ambos os grupos, fator este que justifica a escolha dos grupos para a presente pesquisa, é a de que ambos os grupos guerrilheiros surgem e se instauram em Estados cujas estruturas democráticas sejam frágeis e com insuficientes capacidades de lidar com as demandas socioeconômicas de suas populações (ECCARIUS-KELLY, 2012). Conforme mencionado no capítulo segundo acerca dos Estados frágeis e observado nos gráficos referentes aos índices da Turquia e da Colômbia, a conclusão exposta neste parágrafo não é de surpreender.

Ambos os grupos surgem em um ambiente de democracia frágil e de ampla vulnerabilidade e marginalização socioeconômica, conforme visto anteriormente. Ainda há outros fatores de convergência para ambos os grupos: embora surjam com quase duas décadas de diferença, ambos FARC-EP e PKK surgem no contexto dos conflitos internos da Guerra Fria (ECCARIUS-KELLY, 2012). Enquanto alguns compreendem os conflitos surgidos nesse contexto como “*proxy wars*” (guerras financiadas ou intermediadas por terceiros não envolvidos no conflito) (GADDIS, 1997; MOTT, 2001; WESTAD, 1992 apud KALYVAS; BALCELLS, 2010), a compreensão adotada no presente trabalho é de que esta leitura é operacional demais para a complexa política desempenhada pelos soviéticos. Muito embora as revoluções populares como um fenômeno tenham eclodido a partir de 1930, com a filosofia de Mao Zedong na China, o caráter que essas revoluções adquirem a partir do contexto da Guerra Fria deve-se aos três fatores que seguem: suporte material, ideais revolucionários e disciplina militar (KALYVAS; BALCELLS, 2010).

Tendo surgido no contexto do embate ideológico entre as duas grandes potências da bipolaridade, é importante frisar que FARC-EP e PKK surgem como grupos de esquerda, de ideologia Marxista-Leninista (ECCARIUS-KELLY, 2012). A ideologia impacta os grupos em sua própria estrutura, tendo favorecido, segundo Eccarius-Kelly (2012), a formação de uma estrutura de comando centralizado; no entanto, a estrutura dos grupos difere entre si: enquanto é convencionalizado que as FARC-EP se organizam em uma estrutura de roda (onde todas as divisões se voltam para o comando central), o PKK possui uma estrutura de polvo (com um

comando central e várias vertentes – ou braços), devido à sua estrutura altamente internacionalizada.

A internacionalização do PKK se deve ao fato de que a questão curda não é apenas uma problemática na Turquia, mas sim uma problemática que transpõe fronteiras. No entanto, há outro fator de grande internacionalização que chama atenção, e acaba recaindo sobre as FARC-EP também: ambos os grupos são considerados, desde a década de 1990, como guerrilhas auto financiadas – principalmente por ações criminosas tal qual o tráfico de drogas (ECCARIUS-KELLY, 2012). Ambos os grupos foram incluídos na lista do “*Foreign Narcotics Kingpin Designation Act*”, diretiva norte-americana que versa sobre o controle de narcóticos em território estadunidense – as FARC-EP foram incluídas no ano de 2003; o PKK, em 2008 (ECCARIUS-KELLY, 2012).

O recurso ao narcotráfico enquanto fonte de renda para financiar os grupos suscita alguns debates sobre a manutenção do comprometimento ideológico das guerrilhas em prol da subversão à identidade de grupo criminoso per se. A teoria de Chris Dishman (2001 apud ECCARIUS-KELLY, 2012) propõe um espectro que se expande de grupos ideologicamente comprometidos a grupos motivados por razões criminosas – e é a partir dessa perspectiva que se pretende analisar a manutenção da existência das FARC-EP e do PKK⁵³.

Partindo da teoria de Dishmann, emprestamos as quatro categorias de análise de Gupta (2008, p. 78-81 apud ECCARIUS-KELLY, 2012, p. 244), quais sejam: (1) o recurso a táticas que requerem um sacrifício individual grande, como é o caso dos homens/mulheres-bomba – que denota um alto comprometimento à causa ideológica do grupo; (2) o recurso a táticas avançadas de guerrilha, que denotam a especialização do grupo por meio de treinamentos com grupos externos e demais relacionamentos extra grupo; (3) envolvimento em atividades criminosas e (4) capacidade de mobilização popular. Gupta, com base nos dados do *Israeli International Institute for Counter-Terrorism*, devido a um (1) maior recurso a ataques suicidas por parte do PKK; (3) maior utilização, por parte das FARC-EP, de recursos provenientes do narcotráfico para financiar suas operações e (4) o fato de as FARC-EP não possuírem uma rede política sólida, tendo que se basear majoritariamente em grupos criminosos para obter apoio, concluiu que as FARC-EP são um grupo atualmente mais voltado para atividades criminosas e que o PKK, embora também esteja envolvido com

⁵³ Vale a menção, feita pelo próprio autor, de que esta não é uma análise fácil, visto que a obtenção de dados sobre grupos guerrilheiros é muito delicada, devido a interesses governamentais diversos. Assim, a precisa categorização não é possível, mas sim, uma previsão aproximada.

diversas atividades ilícitas, é mais comprometido ideologicamente do que o primeiro grupo (ECCARIUS-KELLY, 2012).

A análise dos dados nos permite alocar as FARC-EP em um ponto relativamente extremo do espectro proposto por Dishman, o ponto de alto nível de criminalidade, e o PKK em direção ao outro extremo, com maior comprometimento ideológico. Eccarius-Kelly (2012) enfatiza ainda que há outros fatores explicativos para essa diferenciação entre os dois grupos: localização, oportunidade, contexto cultural, políticas de democratização e transnacionalização são todos fatores díspares nos dois países em análise, e são todos fatores que contribuem na elucidação do porquê um grupo e outro se encontram em posições afastadas no espectro de Dishman.

Para análise posterior, faz-se mister salientar um ponto sobre o fator de localização e oportunidade em relação ao PKK. A emergência do grupo chamado Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS⁵⁴) cria uma bolha de oportunidade para o agudo ardor ideológico que se verifica hoje no PKK: a eclosão de um conflito transnacional nos parâmetros observados hoje na região da Síria e Iraque suscita que grupos armados protejam suas regiões das conquistas que vêm sendo travadas pelo ISIS⁵⁵ (TAAL, 2015). Assim, não surpreende a observância de níveis mais exacerbados de comprometimento ideológico à causa guerrilheira no país turco, haja visto o perigo iminente de perda de território e subjugação a um grupo violento e radical.

Por fim, vale mencionar que ambos as guerrilhas são consideradas grupos terroristas pelos mais diversos atores internacionais. Já em 1997, ambos FARC-EP e PKK constavam na lista estadunidense de organizações terroristas (ECCARIUS-KELLY, 2012). Ter sido declarado inimigo do Estado significa que Turquia e Colômbia não consideram os grupos como meros guerrilheiros ou insurgentes, mas os enxergam como atores que impõem uma ameaça à segurança nacional (ZEHNI, 2008).

De acordo com os conceitos propostos no capítulo segundo, a guerrilha de fato pode se utilizar de táticas terroristas para atingir seus fins políticos. No entanto, o emprego de tais táticas é apenas um acessório para o complexo conjunto de características que compõem a guerrilha (e que a diferenciam de grupos terroristas). Assim, reitera-se aqui que, no entendimento deste trabalho, FARC-EP e PKK são grupos guerrilheiros – a taxativa de que sejam grupos terroristas é uma estratégia para focar o problema sob determinada ótica e

⁵⁴ *Islamic State of Iraq and Syria.*

⁵⁵ C.f. STERN; BERGER, 2015.

lógica de combate por parte do Estado e sua necessidade de legitimação e apoio popular para suas ações.

4.4 TRAJETÓRIA FEMININA

4.4.1 Nas FARC-EP

No ano de 1985, o estatuto das FARC-EP passa finalmente a conter uma cláusula que prevê o tratamento igualitário entre mulheres e homens da guerrilha⁵⁶ (HERRERA; PORCH, 2008). Embora isso, até então, fosse meramente uma prática de discurso, esse entendimento fazia com que a pretensa realidade das FARC-EP fosse abissalmente díspar da realidade que as mulheres colombianas esperariam de suas vidas comuns, onde eram subjugadas pela sociedade machista onde habitavam. Sendo o estatuto do grupo um dos três documentos (conjuntamente com o regulamento disciplinar e o regimento interno) que regem a conduta dos membros da guerrilha e preveem a ideologia na qual o grupo baseia suas ações e compreensão da realidade, isto significaria que os homens comprometidos com a causa das FARC-EP estariam constrangidos de maneira regulamentar a agir de modo diferente do que os homens comuns agiriam – principalmente em relação às mulheres (MÉNDEZ, 2012).

Essa normativa de igualdade de gênero se justifica pela necessidade das FARC-EP, enquanto pretensa representante das múltiplas vozes da Colômbia, atrair para suas fileiras todos os tipos de combatentes – ou seja, manter mulheres junto ao grupo aumenta a capacidade de coesão social da guerrilha (WELSH, 2015). Por trás dos discursos, também é importante salientar que a crucial estratégia de contar com mulheres nas FARC-EP se dava (1) pela necessidade de amenizar a imagem pública da guerrilha – mulheres adicionariam um toque de doçura à causa; (2) pela necessidade de contar com porta-vozes mais habilidosos e com maior probabilidade de serem ouvidos em situações de conciliação com as forças inimigas; (3) pela possibilidade de deslegitimar as Forças Armadas da Colômbia, visto que o assassinato de mulheres (ainda que guerrilheiras) não é uma prática culturalmente aceita; e a talvez mais importante função que as mulheres desempenhariam para as FARC-EP é (4) seu papel motivador aos companheiros homens de guerrilha (WELSH, 2015). Em relação ao ponto (4), ele é essencial para a guerrilha para, mais uma vez, manter a coesão interna do grupo, visto que os homens não precisariam “satisfazer suas necessidades” (sexuais) buscando

⁵⁶ Artigo 8/G do Estatuto: “Os deveres e os direitos nas FARC-EP são iguais para todos os seus integrantes, porém sem igualitarismo pequeno-burguês.” (FARC-EP, 2007). No original “Los deberes y los derechos en las FARC-EP son iguales para todos sus integrantes pero sin igualitarismo pequeño-burgués.”

mulheres camponesas; poderiam resolver-se dentro do próprio grupo, inclusive fortalecendo a causa ao juntar-se a outra mulher tão apaixonada pela ideologia quanto ele deveria ser (WELSH, 2015).

Ainda no campo do discurso, é delimitado pelo secretariado das FARC-EP que não haja tolerância para casos de violência sexual dentro do grupo – há penalidade de morte para seu perpetrador (WELSH, 2015). Esse tipo de iniciativa encorajou muitas mulheres a juntarem-se ao grupo, dado o ambiente de aparente segurança que este oferecia. Além disso, a adesão às FARC-EP permitia às mulheres a liberdade sexual que elas nunca teriam fora do escopo da guerrilha – essa liberdade sexual liga-se diretamente ao papel feminino no grupo de companhia aos parceiros homens (WELSH, 2015).

A liberdade sexual, passível de ser compreendida como conquista de maior poder de agência das mulheres em relação aos próprios corpos e à própria vida, no entanto, vem acompanhada de contracepção obrigatória para as mulheres (mas não para os homens), normalmente via injetáveis ou dispositivos intrauterinos (WELSH, 2015). Concomitantemente à contracepção obrigatória, gravidezes são sistematicamente interrompidas (ocasionalmente sem a ciência da mulher em questão) por abortos induzidos por medicamentos ou meios cirúrgicos (MÉNDEZ, 2012). Logo, conclui-se que a agência feminina sobre seus corpos é minada pelo regulamento do grupo: relembrando o postulado no capítulo terceiro sobre a importância do corpo enquanto superfície onde performamos nossa identidade (BUTLER, 2000), a ingerência do comando das FARC-EP sobre o corpo feminino é uma forma de invasão à identidade da guerrilheira, que deve se despir de quem é para tornar-se combatente.

Em relação à rotina da guerrilha, homens e mulheres são treinados, disciplinados, uniformizados, armados e responsabilizados igualmente – no entanto, isso não significa achar um ponto de neutralidade entre os gêneros, mas sim estabelecer uma masculinização padrão à qual as combatentes devem se adequar (STANSKI, 2006). De acordo com Méndez (2012, p. 130, tradução nossa)⁵⁷, as mulheres das FARC-EP desenvolvem uma série de tarefas, tais quais: “[...] comparecem a conversas políticas, cavam trincheiras, se envolvem em combate, são submetidas a treinamento militar, cozinham, patrulham, espionam, entregam mensagens, são enfermeiras, [...], trocam dólares por pesos, compram mantimentos [...]”.

Com a miríade de tarefas assumidas por mulheres, teoricamente em paridade aos homens, poderia pressupor-se que a cartilha da igualdade de gênero das FARC-EP é uma

⁵⁷ “[...] attend political talks, dig trenches, engage in combat, carry out military training, cook, patrol, spy, deliver messages, are nurses, [...] exchange dollars for pesos, buy supplies [...]”

inovação para a performatividade da identidade de gênero. No entanto, Méndez (2012, p. 137, tradução nossa)⁵⁸ contrapõe essa visão com as ferramentas que apresentamos no capítulo três sobre performatividade de gênero:

Essa transgressão dos papéis tradicionais de gênero é crucial quando observamos a performatividade de gênero militarizada nas FARC. Ambos os gêneros são construídos como iguais por meio da alocação de conjunto de responsabilidades equivalentes que tradicionalmente não são compartilhadas [...]. Ser um combatente das FARC não se baseia em um “soldado ideal” – se baseia em um soldado ideal masculino e um soldado ideal feminino [...]. Alguns aspectos tradicionais da feminilidade são militarizados e incorporados, e as mulheres navegam em um espaço que exige que elas imitem os homens (por exemplo, em combate) enquanto mantêm certas características que são tidas como “naturais” para as mulheres.

Assim, concluímos que as relações de gênero são um dos pilares que sustentam as FARC-EP nos moldes em que o grupo existe (MÉNDEZ, 2012). Ao contrário das práticas discursivas do grupo que versam sobre igualdade de gêneros, a realidade é que a estrutura de poder (a hierarquização dos gêneros e a subjugação feminina aos homens) é uma realidade na vida das guerrilheiras (STANSKI, 2006). Enquanto as FARC-EP contabilizavam que cerca de 40% de seus combatentes fossem mulheres, transparecendo uma igualdade entre os gêneros, a realidade é que, desta quantidade de mulheres, apenas duas, no ano de 2007, encontravam-se em postos de comandante – altos postos na estrutura hierárquica (PÉCAUT, 2010) -: “de muitas maneiras, as mulheres se juntam às FARC para escapar da violência da sociedade civil, somente para encontrar manifestações similares no próprio grupo” (STANSKI, 2006, p. 147, tradução nossa) (STANSKI, 2006)⁵⁹.

4.4.2 *No PKK*

Com a queda da União Soviética e todas as transformações geopolíticas que esta mudança trouxe ao mundo, o PKK, bem como as FARC-EP o fizeram, teve de reconfigurar-se para manter-se existindo. Como já mencionado, o Confederalismo Democrático foi uma das bases da mudança ideológica pela qual o grupo passou; no entanto, não foi a única. No ano de 1995, o grupo lança um manifesto que proclama “todas as formas de opressão contra

⁵⁸ “This transgression of traditional gender roles is key when looking at militarized gender performativity in the FARC. Both genders are constructed as equal through the allocation of equal sets of responsibilities that are traditionally not shared [...]. Soldiering in the FARC is not based on an “ideal soldier”—it is based on an ideal male soldier and an ideal female soldier. [...] Some traditional aspects of femininity are militarized and incorporated, and women navigate a space that requires them to imitate men (e.g., in combat) while they maintain certain traits that are believed are “natural” to women.”

⁵⁹ “In many ways, women may join the FARC in order to escape violence in civilian society, only to encounter similar manifestations in the group itself.”

mulheres devem ser interrompidas, e a igualdade de status de homens e mulheres se estenderá a todas as áreas da vida social e política. Mulheres, que possuem enorme dinâmica de revolução social, serão mobilizadas para este fim.” (PKK, 1995 apud RIBEIRO, 2015, p. 42, tradução nossa)⁶⁰.

A partir do supramencionado manifesto, o grupo se reorganiza de maneira fundamental, de modo a estruturar a igualdade de gênero como, concomitantemente, objetivo a ser alcançado e ferramenta para se conquistar outros propósitos. Embora a história do povo curdo conte com inúmeras narrativas de figuras femininas dotadas de grande poder e prestígio nas sociedades respectivas onde viveram (e inclusive governaram), tendo as mulheres curdas gozado de maior liberdade do que suas contemporâneas de outros povos, isso não significa que as curdas eram imunes ao sistema patriarcal que rege a humanidade (BENGIO, 2016). Na história dos curdos constam vários exemplos de figuras femininas liderando seu povo em instâncias religiosas, políticas e mesmo militares – e isso implica que, por mais que as curdas estivessem sempre subjugadas pelo sistema patriarcal, de uma forma ou de outra, a sociedade curda aceita de maneira mais natural a figura de mulheres carismáticas e poderosas (BENGIO, 2016).

Foi justamente com este resgate histórico que Öçalan se reapropriou da figura feminina enquanto elemento central da revolução curda. O líder do PKK cruza esse entendimento histórico com uma crítica ao marxismo (que norteou a ideologia do grupo por tanto tempo): adotou-se o entendimento de Engels de que, anterior mesmo à divisão e exploração das classes, deveria compreender-se a subjugação da mulher como diferenciação social primeira – implicando que a inferiorização feminina seria uma das bases que sustentava o sistema de classes (RIBEIRO, 2015). Apropriando-se deste discurso, o grupo foi mais a fundo em sua crítica: a mulher curda é oprimida por sua condição de mulher, por sua condição de classe (devido à condição semifeudal de algumas regiões curdas), e pelas perseguições étnicas ao povo curdo (RIBEIRO, 2015). Com esta crítica ao marxismo, no Congresso de 1995 onde manifestou-se a igualdade de gênero enquanto norteadora do novo projeto político do PKK, retirou-se o martelo e a foice da bandeira do grupo, traduzindo que a convocação à revolução estendera-se a toda a humanidade, que deveria agora lutar pelo fim da opressão de gênero, da estrutura de classes, e do sistema Estadocêntrico (sustentado pelos dois primeiros) (RIBEIRO, 2015).

⁶⁰ “All forms of oppression against women will be stopped, and the equal status of women and men in the society will be realized in all areas of social and political life. Women, who possess an enormous social revolutionary dynamic, will be mobilized towards this aim.”

À medida em que a sociedade pode ser inteiramente transformada é determinada pela extensão da transformação alcançada pelas mulheres. Similarmente, o nível de liberdade e igualdade das mulheres determina a liberdade e igualdade de todos os setores da sociedade. Para uma nação democrática, a liberdade das mulheres é de grande importância, uma vez que mulheres livres significam sociedade livre. Sociedade livre, por sua vez, significa nação democrática. Além disso, a necessidade de reverter o papel dos homens é de importância revolucionária (OCALAN, 2013, p. 57 apud DUZGUN, 2013, p. 285, tradução nossa)⁶¹.

Diz-se que o entendimento do líder do PKK parte de sua própria experiência individual: sua irmã fora vendida a um homem para contraírem matrimônio; a partir de então, Öcalan desenvolve a percepção de que a libertação feminina de seus papéis tradicionais de gênero (papéis de subjugação) é uma necessidade primordial para o desenvolvimento social como um todo (BENGIO, 2016). Dogan (2015 apud RIBEIRO, 2015) propõe que o Estado, independente se capitalista ou não (ou seja, independente da luta de classes), é uma instituição machista, sendo, portanto, a atuação feminina eternamente condicionada às necessidades masculinas enquanto houver Estado. Esses entendimentos se fundam na conceituação de *jinealogy*⁶², termo referido na Ideologia da Liberação Feminina do PKK e que resume a compreensão da necessidade de emancipação feminina para que o povo (curdo) possa também se libertar. Ao desestruturar a ordem patriarcal (que mantém a sociedade sob suas bases), o PKK propunha a emergência de um tipo de sociedade inteiramente novo, uma sociedade onde as mulheres poderiam participar de modo pleno e igualitário (TANK, 2017).

Com o novo entendimento basilar do PKK, o grupo acaba por redefinir a performatividade do gênero feminino nas sociedades curdas, em especial o sentido de honra (*namus*): tradicionalmente a honra feminina se relacionava diretamente ao controle da sua sexualidade; no entanto, o PKK redefine a noção de honra em relação à proteção de sua terra natal (*vatan*), o Curdistão (DUZEL, 2018). Ao banir o relacionamento íntimo e sexual entre membros da guerrilha, os papéis tradicionais de gênero são reestabelecidos, possibilitando a performatividade das identidades individuais de modo alternativo ao que é esperado tradicionalmente – e, conseqüentemente, possibilita o comprometimento integral à causa (DUZEL, 2018).

⁶¹ “The extent to which society can be thoroughly transformed is determined by the extent of the transformation attained by women. Similarly, the level of woman’s freedom and equality determines the freedom and equality of all sections of society.... For a democratic nation, woman’s freedom is of great importance too, as liberated woman constitutes liberated society. Liberated society in turn constitutes democratic nation. Moreover, the need to reverse the role of man is of revolutionary importance.”

⁶² Termo que combina *jine* (mulher, em curdo) e *logy* (ciência, no mesmo idioma) e traduz a necessidade de tomada de consciência da libertação feminina em prol da libertação de toda a coletividade (RIBEIRO, 2015).

No ano de 1998, Öçalan propõe um modelo de libertação para mulheres que se baseava em cinco pilares: patriotismo, livre arbítrio, compartilhar uma vida livre, luta no escopo da organização, beleza e estética (DUZEL, 2018). Com isso, o líder propunha que as mulheres organizassem-se em agrupamentos próprios (*kadın ordulaşması*), para que pudessem construir coletivamente uma nova consciência de feminilidade e do papel que poderiam desempenhar enquanto mulheres e guerrilheiras (DUZEL, 2018). “Nenhum grupo social jamais foi explorado física e psicologicamente na mesma medida em que as mulheres foram.” (OCALAN, 2010 apud TANK, 2017, p. 419, tradução nossa)⁶³.

Com todas essas características que o partido detém, não é de surpreender que o PKK possua um dos maiores contingentes de combatentes femininas no mundo, ainda que as curdas estejam altamente vulneráveis a questões socioeconômicas e políticas devido à falta de representação política do povo curdo enquanto nação no sistema internacional (YILDIZ, 2013 apud DUZGUN, 2013). Já na década de 1990, as mulheres compunham mais de 30% do contingente total do grupo, assumindo posições de comando e possuindo mesmo seu próprio campo de treinamento (BENGIO, 2016).

No mesmo ano de 1995 aconteceu o primeiro congresso de mulheres no âmbito do PKK – e desta reunião resulta que, no ano de 1999, é criada a primeira unidade exclusivamente feminina do grupo (TANK, 2017). Inicialmente, o recrutamento de combatentes mulheres se deu por necessidades meramente práticas de expansão do grupo; segundo Tank (2017), nos anos iniciais de atividade do PKK, as famílias entregavam suas filhas à guerrilha, de modo a contribuir à causa curda. No entanto, com as mudanças ideológicas às quais o grupo se submeteu, com o resgate histórico da figura da mulher curda de prestígio e a reformulação do conceito de honra, as próprias moças passaram a voluntariamente deixar suas casas para se alistar no grupo (TANK, 2017).

O destacamento feminino do PKK, o Yêtkiya Star, contribui para o projeto ideológico do grupo não somente promovendo a emancipação feminina, mas também estabelecendo parâmetros normativos de criminalização: de casamentos forçados, de violência doméstica, de morte por motivos de honra, da poligamia, do casamento infantil e da venda de mulheres para o matrimônio (TANK, 2017). Além disso, a criação da Confederação dos Povos do Curdistão (KCK)⁶⁴, uma organização fundada pelo PKK que pretende dar as bases para a implementação do Confederalismo Democrático, e que abarca muitas das iniciativas sociais curdas ao redor do Curdistão (tal qual o PYD sírio), propõe cinco frentes de reflexão e

⁶³ “No social group has ever been exploited physically and psychologically to the same extent as women.”

⁶⁴ *Koma Civakên Kurdistan*.

atuação: ideológica, social, política, militar e das mulheres (RIBEIRO, 2015). Com a criação dessa organização guarda-chuva, é possível homogeneizar as iniciativas políticas curdas, de modo a fazer com que princípios sejam aceitos e compartilhados entre os grupos: repudiar ideias independentistas que pudessem causar a desagregação do povo, além do princípio de igualdade entre os gêneros, de modo a implementar o modelo de copresidência em todas as instâncias das organizações sociais que compreende (RIBEIRO, 2015).

O sistema de copresidência (uma mulher e um homem ocupando o mesmo cargo de governança) foi uma importante iniciativa do KCK: na Turquia, mulheres estão presentes na copresidência de diferentes níveis do espectro político em mais de 100 municípios curdos (BENGIO, 2016). A força deste projeto provém da sua possibilidade de conferir visibilidade às mulheres, e é fortificado pela proposta da divisão de 50% de homens e 50% de mulheres em todos os comitês do partido (DIRIK, 2014 apud DÜZGÜN, 2016). Além disso, em prol do projeto do Confederalismo Democrático, adotou-se um Contrato Social onde todas as decisões de caráter social (concernentes a questões sobre energia elétrica, distribuição de comida, violência sexual e conflitos domésticos) deveriam ser tomadas em assembleias populares que contassem com, no mínimo, 40% de mulheres votando (TANK, 2017).

O conjunto de tais empreendimentos políticos representa uma verdadeira revolução social. Barkhodan Kochar, combatente de 16 anos do YPJ, testemunha a força do projeto: “toda vez que eu perguntava à minha família algo sobre política, eles respondiam ‘isso não é assunto para você, você é apenas uma menina’. Mas quando eu vi como as mulheres do YPJ davam suas vidas pelo que elas acreditavam, eu sabia que queria ser uma delas.” (TANK, 2017, p. 423, tradução nossa)⁶⁵. A politização feminina se acentua antes e durante a chamada Primavera Árabe, no período entre 2004 e 2012, onde só “mulher podiam funcionar politicamente [...] Elas se organizaram em bases, desenvolveram trabalhos educativos e promoveram congressos. Os homens que se organizassem seriam presos.” (TANK, 2017, p. 214, tradução nossa)⁶⁶.

Um olhar no interior do grupo guerrilheiro nos permite compreender a evolução da ideologia de gênero no entendimento das combatentes. O fio condutor da compreensão feminina a este novo papel a elas permitido assumir é o verbo transcender (*aşmak*): as guerrilheiras passam por períodos de autorreflexão e tomada de consciência da ideologia de

⁶⁵ “Whenever I asked my family about politics, they’d say, ‘That’s not your business, you’re just a girl.’ But when I saw how the women of YPJ gave their lives for what they believed in, I knew I wanted to be one of them.”

⁶⁶ “Only women could function politically. [...] They organized at grass roots, did educational work and held congresses. The men who organized would get arrested.”

gênero de modo a traçar uma linha evolutiva sobre suas possibilidades de militar enquanto mulheres (DUZEL, 2018). De acordo com Duzel (2018), essa linha evolutiva compreende três estágios da militância feminina: a feminilidade masculinizada (*erkeksi kadınlık*), que já representa uma transcendência da identidade feminina curda anterior (passiva e subjugada), estágio que dura de 1984 a 1994; o estágio da “mulher com cor” (*kadının rengi*), que representa o resgate da feminilidade e da beleza estética feminina mesmo quando em posição de combatente – esse estágio se deu a partir da criação das unidades exclusivamente femininas, em 1995; o estágio final na linha evolutiva corresponde à forma da deusa, que é a transcendência final da vida para morte (um nível de elevação superior), representado pelo início dos ataques suicidas cometidos por mulheres, a partir de 1996 (DUZEL, 2018).

A linha evolutiva transcendental das mulheres curdas combatentes representa a evolução da tomada de consciência das mulheres de suas possibilidades identitárias no escopo do grupo guerrilheiro e suas possibilidades identitárias como indivíduo mulher. Cada estágio da evolução do pensamento feminino coletivo curdo passou por momentos de profunda reflexão sobre suas experiências como mulher na sociedade tradicional curda, experiências essas que contavam com traumas de violências tantas, mas também experiências bonitas como a vivência do amor e da sexualidade enquanto uma mulher. Todos esses sentimentos são reformulados coletivamente, de modo a dar novos sentidos e conformar novos padrões de aceitação (ou não) de determinadas situações que poderiam ocorrer na vida destas mulheres (DUZEL, 2018).

4.5 CONCLUSÕES PARCIAIS

No decorrer deste quarto capítulo, recapitulamos os pontos cruciais da evolução histórica do PKK e das FARC-EP. Pretendeu-se apresentar os grupos trabalhados nesta pesquisa, de modo a contextualizar o leitor sobre a realidade histórica e ideológica à qual seus combatentes estão submetidos.

Pudemos observar algumas convergências e similitudes no contexto histórico e ideológico de criação de ambos os grupos, tal qual o cenário político da Guerra Fria e as características da guerrilha que ambos os grupos empregam. Observou-se também que, com as alterações no cenário internacional acarretadas pela queda da União Soviética e o fim do conflito ideológico da bipolaridade, os dois grupos remodelam-se estrutural e ideologicamente, de maneira a manterem-se em atividade. As FARC-EP se voltam aos ideais bolivarianos e passam a se apresentar como alternativa viável à má governança que geriu a

Colômbia por anos; o PKK passa a questionar a própria existência do sistema de Estados, propondo o modelo de Confederalismo Democrático e colocando a emancipação feminina como uma condicionante para a liberação dos povos.

Concernente à evolução da participação feminina nos grupos guerrilheiros, constata-se que o PKK, após a queda da União Soviética e a prisão do líder do grupo, Öcalan, desenvolve uma filosofia (*jinealogy*) que situa a questão da emancipação feminina enquanto uma grande problemática do desenvolvimento de toda a humanidade. Ao discurso se somam as práticas do grupo e do KCK, de forma geral, de copresidência nos municípios curdos e a obrigatoriedade da tomada de decisões em conjunto com os membros femininos das comunidades: todas essas experiências contribuem para a emancipação política das mulheres, concedendo voz às curdas e cooperando para uma reflexão coletiva e individual sobre o papel feminino nas sociedades curdas.

Já no grupo guerrilheiro colombiano, a trajetória feminina limitou-se a um escopo prático, muito embora o grupo pregue em suas normas a igualdade de gênero como uma das bases das FARC-EP. Como se verificou, as FARC-EP passaram a representar, no imaginário feminino, um espaço de segurança em relação aos cotidianos de violência das mulheres rurais da Colômbia. Pode-se afirmar que a participação feminina nas FARC-EP, ao observar a trajetória do grupo, baseia-se em uma troca: enquanto o grupo oferece segurança às mulheres, as mulheres emprestam um caráter conciliatório e cândido ao grupo guerrilheiro.

5 Cruzamento entre dados e testemunhos: por que mulheres se juntam às FARC-EP e ao PKK?

Embora tenhamos exposto no capítulo terceiro o quadro socioeconômico ao qual mulheres colombianas e turcas estão sujeitas como um dos fatores explicativos para sua adesão à movimento armados, esta análise não estaria completa sem a elucidação de fatores específicos destas sociedades. Um quadro socioeconômico depreciado não é suficiente para justificar o recurso à violência, vide tantas outras localidades vulneráveis socioeconomicamente, mas onde não há o recurso à violência (principalmente por parte do setor feminino da sociedade).

A questão da violência feminina nas FARC-EP e no PKK liga-se diretamente à condição feminina nas sociedades em questão. Somado ao quadro socioeconômico de vulnerabilidades e marginalização, a condição do ser mulher nas sociedades curda/colombiana as impele a buscar na luta armada uma oportunidade de mudança.

Este quinto capítulo intenciona abordar a experiência concreta das mulheres combatentes no PKK e nas FARC-EP. Tendo como base a ideologia dos grupos, será possível compararmos as práticas discursivas com as expectativas e as realidades das guerrilheiras engajadas no esforço do combate.

5.1 FARC-EP

5.1.1 Expectativas

Alguns exemplos podem ser extraídos das experiências femininas nas fileiras das FARC-EP. De acordo com os estudos e pesquisa de Herrera e Porch (2008, p. 615, grifo dos autores, tradução nossa)⁶⁷,

As mulheres entrevistadas citaram cinco razões positivas para se juntarem às FARC: atração pelas armas; a aparência glamorosa das guerrilheiras; a promessa de viagens e aventura; porque seus amigos ou famílias eram guerrilheiros, ou porque elas já estavam envolvidas no tráfico de drogas como *rapachines* – normalmente pessoas jovens cujo trabalho é raspar folhas de coca, um passo inicial no processamento da

⁶⁷ “[...] the women interviewed cited positive reasons for joining the FARC: attraction to weapons; the glamorous appearance of the guerrilleras, the promise of travel and adventure, because their friends or family were guerrillas, or because they were already involved in the drug trade as *raspachines* – usually young people whose job is to scrape the coca leaves, an initial step in the processing of coca into cocaine. Only two of those interviewed claimed to have any knowledge of the structure or ideology of the FARC prior to enlistment.”

coca em cocaína. Apenas duas das entrevistadas disseram ter algum conhecimento da estrutura ou ideologia das FARC anteriores ao alistamento.

A condição feminina é a principal motivação que justifica a adesão das mulheres às FARC-EP. De acordo com um testemunho de um ex-líder do grupo, “a mulher percebe injustiça por meio de todos os poros do seu corpo; desde o momento em que ela nasce, ela sofre discriminação” (STANSKI, 2006, p. 149, tradução nossa)⁶⁸. Por ter, desde 1985, o Estatuto das FARC-EP se comprometido com a igualdade de gênero dentro do grupo (HERRERA; PORCH, 2008), aderir ao esforço armado parece um projeto político de luta pela igualdade de gênero na sociedade colombiana e uma oportunidade para um tratamento mais justo do que em suas perspectivas de vidas civis (STANSKI, 2006).

A condição feminina à qual nos referimos não se trata somente das oportunidades (ou da falta delas) acessíveis a mulheres e meninas de comunidade rurais; a condição feminina também envolve uma delicada relação de segurança em suas comunidades, dado o machismo sob o qual a sociedade colombiana é construída e dado o conflito envolvendo as Forças Armadas, a guerrilha e grupos paramilitares. A questão de gênero perpassa essas complexas relações de segurança envolvendo mulheres:

Nas FARC eles não podem tocar em você. Por lei. Homens não batem em você e não só por ser requerido que eles não toquem em você, mas também porque nós mulheres estamos armadas, então quando você está lá, os homens respeitam você, pois você tem uma arma. Se você me tocar, eu posso atirar em você. É por isso que *há menos violência contra mulheres nas FARC do que na vida civil* (MÉNDEZ, 2012, p. 133, grifo nosso, tradução nossa)⁶⁹.

Esse senso de proteção oferecido pelas FARC-EP também é muito caro às mulheres, frequentemente vítimas de violências das mais diversas quando em suas comunidades natais: violência psicológica, física e sexual cometida pelos mais diversos homens em suas vidas.

Para além da igualdade de gênero, testemunhos demonstram que as FARC-EP pareciam uma alternativa que ofereceria a meninas e mulheres rurais oportunidades e educação, as quais estas não teriam acesso se não se juntassem à guerrilha. Júlia, que se juntou ao grupo aos treze anos, exemplifica o ponto com seu testemunho sobre seu alistamento: “Um homem mais velho nos falou sobre um homem uniformizado que nos daria escolarização e essas coisas. Já que morávamos na casa da minha mãe e ela não nos deu

⁶⁸ “A woman perceives injustice through every pore in her body; from the moment she is born, she is discriminated against.”

⁶⁹ “In the FARC, they can’t touch you. By law. Men can’t hit you and not only because it is required that they don’t touch you, but also because us women also carry guns so when you are there men respect you because you have a gun. If you touch me, I can shoot you. That is why there is less violence against women in the FARC than in civilian life.”

educação ou nada assim, eu me juntei ao grupo com a minha irmã [...]” (STANSKI, 2006, p. 140–141, tradução nossa)⁷⁰. O testemunho não deixa claro a motivação de Júlia e sua irmã não possuírem instrução e não terem perspectiva de serem escolarizadas: se é por falta de oportunidade ou se por serem meninas. Em ambos os casos, o testemunho acima transcrito deixa claro que as FARC-EP se tornam, para muitas jovens campesinas colombianas, uma saída para as querelas que perpassam suas vidas ordinárias. Essa é uma tendência apontada pelo *Humans Right Watch* (apud STANSKI, 2006): buscar em grupos armados as oportunidades a que normalmente são privadas crianças rurais da Colômbia.

A condição feminina nas comunidades rurais da Colômbia é de escassez de oportunidades e de papéis de gênero (que se refletem em experiências de vida) muito restritos. Segundo Welsh (2015), para jovens moças destas comunidades a única forma de exercer suas identidades é o casamento e a gravidez – o mesmo papel desempenhado por sua mãe e a mãe dela, e assim consecutivamente há gerações. Sua subserviência aos homens (principalmente maridos e pais) é endossada culturalmente pela religião católica, e estas mulheres são destituídas de agência (WELSH, 2015). Composto um quadro tão restrito para meninas e moças, estas recorrem aos grupos guerrilheiros como uma chance de viver outra vida que não aquela designada a elas no momento em que nasceram mulheres.

Escolher juntar-se às FARC-EP não representa um grande choque na vida de muitas jovens mulheres, visto sua familiaridade com o grupo e seus guerrilheiros – o que não quer dizer que a rotina do grupo possa as surpreender e muito. Em um depoimento colhido por Herrera e Porch (2008, p. 616, tradução nossa)⁷¹, a combatente Leni afirma “Eu tinha muitos amigos lá e muitos guerrilheiros frequentavam a nossa casa. E eu via que eles tinham uma vida boa. E todos diziam que era bom, pois eles iam e vinham, tinham festas, comida... [...]”. Ainda em Herrera e Porch (2008, p. 614, tradução nossa)⁷², há outro depoimento, de Lúcia: “nós crescemos com a guerrilha. Todos os dias eles vinham à minha casa... Meu pai conhecia o comandante... E às vezes ele ia visitar os campos para falar com eles e nos levava, então desde cedo nós começamos a conhecer os acampamentos e a nos familiarizar com eles.”. Observa-se que a rotinização da guerrilha é algo natural na vida de muitos jovens do interior

⁷⁰ “[A]n older man told us about a uniformed man, that would give us school- ing and all this other stuff. Since we were in my mother’s house and she didn’t give us education or anything else, I joined the group with my sister [...]”

⁷¹ “I had many friends there and many guerrillas came to our house. And I saw they had a good life. And everyone said it was good, because they came and went, had parties, food ...[...]”

⁷² “We grew up with the guerrilla. Every day they came to my house ...My father knew the (front) commander ... (and) sometimes would visit their camps to talk with them, and take us there, so from a young age we started to know the camps and familiarize ourselves with them.”

da Colômbia, de modo que a opção pela vida no grupo armado lhes parece uma saída natural em contraposição à vida que levariam civilmente.

Salienta-se que escolhas racionais são formadas por diversas variáveis e condições, mas acima de todos os fatores decisivos, o trecho sintetizado por Herrera e Porch (2008, p. 611, tradução nossa)⁷³ traduz as intenções femininas em juntarem-se à guerrilha com as FARC-EP:

A organização dá às mulheres relativa autonomia e controle sobre suas vidas – incluindo liberdade sexual –, inimaginável nas sociedades rurais patriarcais onde a vasta maioria é recrutada. Para muitas jovens mulheres, as FARC oferecem um santuário longe de abusos físicos, verbais e, ocasionalmente, sexuais; as empodera por meio das armas; as designa definidos papéis e tarefas que as permite certo controle sobre suas vidas.

Assim, pode-se concluir que, concretamente, as motivações para que mulheres juntem-se ao esforço armado em grupos guerrilheiros não se relacionam à irracionalidade ou comportamentos sexuais desviantes – como sugerem algumas correntes literárias apontadas no terceiro capítulo. Para as mulheres, juntar-se à guerrilha é uma forma de adquirir determinado grau de agência que não seria possível alcançar sem as FARC-EP (WELSH, 2015). Uma conjuntura socioeconômica de vulnerabilidade somada à estrutura machista da sociedade colombiana resulta em um alto índice de sucesso no alistamento feminino às fileiras das FARC-EP.

5.1.2 Realidades: “*ser mulher na guerra representa a renúncia ao poder*”⁷⁴

Enquanto as perspectivas de adesão ao grupo armado compõem um quadro que suscita esperança nas jovens aparentemente desprovidas de oportunidade, a realidade enfrentada no decorrer dos anos é brutalmente diferente. A mulher colombiana, longe de ser despolitizada, não é aceita enquanto cidadã ativa em assuntos políticos: grupos majoritariamente femininos civis pressionaram durante anos o governo da Colômbia por negociações de paz com as FARC-EP; quando os diálogos foram aceitos e iniciados, nenhuma mulher compôs a mesa de negociações. Tendo sido excluídas de um processo fomentado grandemente por elas, as mulheres colombianas organizaram um protesto em Bogotá, do qual participaram

⁷³ “The organization allows females a relative autonomy and a control over their lives – including sexual freedom – unimaginable in the patriarchal rural societies from which the vast majority are recruited. Indeed, for many young females, the FARC offers a sanctuary from physical and verbal, occasionally sexual, abuse, empowers them through arms, assigns defined roles and tasks that allows them a measure of control over their lives.”

⁷⁴ “To be a woman in war represented the renunciation of power” (VÁSQUEZ, 2000, p. 355-6 apud HERRERA; PORCH, 2008, p. 627, tradução nossa).

aproximadamente 40 mil pessoas, demandando participação ativa nas conversas em prol da pacificação do conflito (HERMAN, 2008). Esse cenário exemplifica que, estruturalmente, as instituições da sociedade e cultura colombiana não aceitam o engajamento político feminino – assim, a emancipação feminina no escopo das FARC-EP não se dá de forma plena, como se demonstrará a seguir.

Os testemunhos de combatentes femininas desmobilizadas contribuem na elucidação do ponto de que não há uma efetiva alteração nas bases sociais colombianas. Segundo esses depoimentos, a reinserção civil tem se mostrado penosa, pois a sociedade espera que essas mulheres assumam papéis e identidades abandonadas antes de sua adesão às FARC-EP: ou seja, o período de guerrilha seria apenas um parêntese em suas vidas, e a reinserção civil supõe a retomada da identidade subordinada feminina. “O homem dá ordens, onde o homem impõe suas leis... Eu sou acostumada a dar ordens... Então é muito difícil para nós.” (HERRERA; PORCH, 2008, p. 628, tradução nossa)⁷⁵. E ainda dentro das próprias FARC-EP, a cultura organizacional da guerrilha e seus combatentes apenas refletem a realidade social verificada no ambiente civil: “enquanto os homens reconheceram as capacidades operacionais de algumas companheiras, eles concederam alguns avanços, mas na categoria íntima, nossos companheiros se comportavam, na maior parte, como os homens colombianos.” (VÁSQUEZ, 2000, p. 357 apud HERRERA; PORCH, 2008, p. 628, tradução nossa)⁷⁶.

De acordo com Herman (2008, p. 126, tradução nossa)⁷⁷, uma pesquisa conduzida pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 2006 acerca dos direitos femininos sugere que “[...] atores armados creem que ‘a liderança exercida por organizações dos direitos femininos desafia a extensão do controle social e territorial daqueles’, o que gera ‘intimidação sistemática, perseguição, sequestros, tortura e abuso sexual’ de mulheres”. Assim, o silenciamento do protagonismo feminino na Colômbia é uma prática violenta e recorrente – principalmente por iniciativa de atores armados -, impedindo o avanço da emancipação das mulheres no país.

Como a desigualdade entre os gêneros se encontra arraigada nas bases sociais das instituições colombianas, a mentalidade dentro das FARC-EP não poderia ser muito diferente.

⁷⁵ “The man gives orders, where the man imposes his laws ... I am accustomed to giving orders ... so it’s difficult for us.”

⁷⁶ “While men recognized the operational capabilities of some compañeras, they conceded some advances, but in the intimate category our compañeros behaved, for the most part, like Colombian men.”

⁷⁷ “[...] armed actors find that ‘the leadership exercised by women’s rights organizations challenges the extent of their social and territorial control’, which has led to the ‘systematic intimidation, persecution, kidnapping, torture and sexual abuse’ of women”

De variadas formas, as mulheres se juntam às FARC para escapar da violência na sociedade civil, apenas para encontrar manifestações similares dentro do próprio grupo. A dinâmica de poder entre comandantes e combatentes pode rapidamente replicar as relações de poder desiguais encontradas na sociedade civil. Com a maioria dos cargos de alto escalão sendo preenchidos por homens, é provável que a exploração sexual das mulheres continue, mas que seja omitida das discussões de igualdade nas FARC (STANSKI, 2006, p. 147, tradução nossa)⁷⁸.

De fato, como mencionado na passagem acima, mulheres nunca alcançaram as mais altas posições na hierarquia estrutural das FARC-EP, o secretariado, tendo apenas atingido posições de poder mediano (WELSH, 2015). Essa informação deve suscitar questionamentos sobre a efetividade da política de igualdade de gênero apregoada pela guerrilha: se ambos os gêneros recebem o mesmo treinamento e são tratados igualmente, por qual razão as mulheres nunca atingem altas posições na hierarquia do grupo?

Segundo Herrera e Porch (2008), por ser o treinamento igualitário a todos os combatentes, qualquer guerrilheiro poder avançar na hierarquia do grupo baseado em suas capacidades e habilidades – no entanto, como se observou acima, pouquíssimas guerrilheiras atingem altos postos de comando no grupo. Enquanto nenhuma das entrevistadas por Herrera e Porch (2008) compreendia a ausência feminina como algum tipo de discriminação, as autoras sugerem que, com o sistema de especialização ocupacional militar, as FARC-EP circunscrevem as mulheres a determinadas funções específicas, impedindo-as de progredir. Desta forma, as guerrilheiras recorrem à sua sexualidade a fim de usufruir de poder e influência dentro do grupo – e é justamente a sexualidade o ponto chave para a compreensão da participação feminina nas FARC-EP.

A sexualidade no interior das FARC-EP se dá sustentada pelos pilares da liberdade: os guerrilheiros não são obrigados a relacionarem-se sexualmente com ninguém, e o estupro possui punições severas previstas no estatuto da guerrilha. No entanto, a prática difere da ideologia postulada: existe uma etiqueta subentendida no grupo, que prevê que uma vez que uma mulher aderiu à revolução, ela deve estar disposta a dormir com seus companheiros de batalha para fortalecer os laços entre os combatentes e para aumentar o fervor ideológico do grupo (HERRERA; PORCH, 2008). Embora a etiqueta seja uma expectativa, as regras preveem liberdade para o consentimento; no entanto, de acordo com testemunhos, “embora as guerrilheiras fossem livres para recusar sexo, [...] aquelas que o fizessem poderiam esperar ser

⁷⁸ “In many ways, women may join the FARC in order to escape violence in civilian society, only to encounter similar manifestations in the group itself. The power dynamic between commanders and combatants can quickly replicate unequal power relations found in civilian society. With the majority of higher-level positions filled by men, it is likely that sexual exploitation of women continues, but is omitted from discussions about equality in the FARC.”

encarregadas de cozinhar, de buscar madeira e de ficar de sentinelas em pé à noite” (SALVIE, 2000, p. 65 apud HERRERA; PORCH, 2008, p. 623, tradução nossa)⁷⁹.

O testemunho de Maria Eugenia Vásquez (PERDOMO, 2006 apud HERRERA; PORCH, 2008), ex-comandante das FARC-EP, revela que, ainda que ela usufrísse de uma posição de prestígio e poder, ela se utilizava da sua sexualidade como um mecanismo de controle “eu seduzia aqueles sob as minhas ordens, pois me agradava quando eles me viam como uma mulher”. Um ponto interessante desta passagem é a sugestão de que, na guerrilha, as mulheres assumem – diante de seus próprios olhos e dos olhos de seus companheiros – uma faceta masculinizada, uma identidade feminina outra que as destituem de atributos identitários importantes (como a capacidade de atrair companheiros íntimos, por exemplo). Essa temática foi abordada no capítulo três, com a proposição do conceito de performatividade de gênero militarizada, onde principalmente mulheres devem reformular suas formas de agir a fim de serem aceitas em grupos armados.

A questão da aceitação feminina em grupos militarizados é abordada mais adiante no depoimento de Vásquez, quando ela aponta que, para conquistar o respeito dos combatentes homens, as mulheres “tinham que demonstrar constantemente que nós podíamos fazer tudo que nos pedissem e mais.” (PERDOMO, 2006, p. 277 apud HERRERA; PORCH, 2008, p. 618, tradução nossa)⁸⁰. Assim, embora o tratamento teoricamente fosse igualitário para todos os combatentes, há uma necessidade subjacente de que as mulheres se provem constantemente aos seus pares.

A dureza da participação feminina nas FARC-EP é denotada em outros depoimentos, onde se compara a vida rural (à qual os combatentes estão usualmente acostumados) à nova vida na guerrilha, com suas exigências e demandas: Leida, que esteve nas FARC-EP desde os nove anos de idade, testemunha que “era um trabalho duro, praticamente escravidão. Tudo era trabalho. Nós marchávamos e marchávamos até que nossos pés estivessem ensanguentados. Nenhum de nossos líderes demonstrava sinal de humanidade, jamais.” (HERRERA; PORCH, 2008, p. 618, tradução nossa)⁸¹.

Apesar do papel essencial da sexualidade feminina e da sobrecarga sofrida pelas mulheres para serem aceitas dentro das FARC-EP, contraditoriamente, os testemunhos apontam que a experiência feminina na guerrilha não é negativa (na visão das ex-

⁷⁹ “While guerrilleras were free to refuse sex, [...] those who did so could expect to be saddled with the cooking, wood gathering, and nights of standing sentinel.”

⁸⁰ “We had to demonstrate constantly that we could do everything asked of us and more.”

⁸¹ “It was tough work, practically slavery. Everything was work. We marched and marched until our feet were bloody. None of our leaders showed any humanity, never.”

combatentes). De acordo com a ex-guerrilheira Leni, todos os aspectos negativos, a exemplo “a disciplina, os perigos, o sofrimento físico da vida nos acampamentos eram mais do que compensados pelo universo social possibilitado pelas FARC – novos amigos, fofocas, festas, homens competindo para dormir com ela -, como um acampamento de verão com fuzis.” (HERRERA; PORCH, 2008, p. 617, tradução nossa)⁸².

Com uma perspectiva exterior, as adversidades às quais as mulheres se submetem quando no interior das FARC-EP podem soar insustentáveis. No entanto, como ressalta Welsh (2015), a adesão a grupos insurgentes ainda é reconhecida nacionalmente como uma forma de protesto à condição feminina na Colômbia – ainda que essa não seja uma mensagem consciente por parte das combatentes. Ainda que soldados colombianos entrevistados na pesquisa de Herrera e Porch (2008) descrevam que as mulheres fossem utilizadas na guerrilha para a execução de tarefas domésticas e como prostitutas nos acampamentos das FARC-EP, os testemunhos femininos indicam que a compreensão feminina difere desta visão negativa.

Longe se verem como “vítimas” do conflito, ex-guerrilheiras especialmente veem seu serviço como uma experiência extremamente positiva, por pelo menos duas razões. [...] a organização possibilita às mulheres uma relativa autonomia e controle sobre suas vidas – incluindo liberdade sexual -, inimagináveis nas sociedades rurais patriarcais de onde a vasta maioria é recrutada. [...] elas sentem considerável orgulho no fato de que, sem sua dedicação, capacidade organizacional e coragem demonstrada pelas mulheres, as FARC não atingiriam o nível de proficiência de combate que atingiu, e nem teriam sobrevivido como uma organização (HERRERA; PORCH, 2008, p. 611–12, tradução nossa)⁸³.

De acordo com os testemunhos de mulheres que deserdaram do grupo, as motivações para suas saídas da guerrilha não se relacionam a aspectos militarizados do grupo (que, conforme visto, recaem duramente sobre as mulheres), mas sim à frustração por questões “essencialmente femininas” (HERRERA; PORCH, 2008). Como observado no testemunho da ex-combatente Olga Lucia Marín, por mais que a igualdade de gênero seja um valor contido na ideologia das FARC-EP desde 1985, isso nunca foi suficiente para alterar a mentalidade dos combatentes (ela exemplifica esse ponto ao afirmar que, durante reuniões, uma mulher nunca deve expressar opinião diferente da de seu companheiro sentimental) (HERRERA; PORCH, 2008).

⁸² “The discipline, dangers, and physical hardships of camp life were more than compensated for by the social universe opened by the FARC – new friends, gossip, parties, males vying to sleep with her – like summer camp with rifle.”

⁸³ “Far from seeing themselves as ‘victims’ of conflict, former female guerrillas especially look back on their service as an extremely positive experience, for at least two reasons. [...] the organization allows females a relative autonomy and a control over their lives – including sexual freedom – unimaginable in the patriarchal rural societies from which the vast majority are recruited. [...] they feel considerable pride in the fact that, without the dedication, organizational skills and courage displayed by females, the FARC could not function with the level of combat proficiency that it has achieved, nor indeed survive as an organization.”

O que afeta negativamente as combatentes não são as questões de exploração sexual e física, mas sim a impossibilidade de viverem suas identidades plenamente: a impossibilidade da gravidez e da maternidade, como ilustrações dos anseios femininos no geral, é um dos pontos citados repetidamente como assunto de frustração entre as ex-combatentes. O que se pode avaliar desses apontamentos é que as FARC-EP falham ao não permitir que as mulheres exerçam suas identidades verdadeiras, imbuindo a elas determinados papéis específicos – que não poderão ser performados a longo prazo (HERRERA; PORCH, 2008). Conforme se apontou na primeira seção deste capítulo, as questões ligadas ao ser mulher são aquelas que justamente impelem as mulheres a juntarem-se à guerrilha; no entanto, conforme observado agora, são as mesmas questões relacionadas à identidade feminina que as repele do grupo e as faz deserdar.

5.2 PKK: THE REVOLUTION IS FEMALE⁸⁴

5.2.1 *Expectativas*

A conjuntura socioeconômica da região compreendida como Curdistão é deveras complicada – somam-se ainda as particularidades da fragilidade da região onde se encontra. No entanto, como apresentado previamente, as razões para que mulheres curdas se juntem à guerrilha não se relacionam somente à sua condição social ou econômica. De acordo com Yildiz (2013 apud DÜZGÜN, 2016, p. 284), mesmo em face do machismo e das vulnerabilidades as quais as mulheres curdas estão expostas, o contingente feminino nas fileiras do PKK está entre os maiores dentre grupos militantes do mundo.

A matriz explanatória para a adesão feminina ao grupo guerrilheiro aponta para outra direção que a das FARC-EP, e, ao mesmo tempo, também é relacionada com a condição de ser mulher: *jinealogy*. A ideologia que pretende não somente incorporar as mulheres ao esforço armado mediante uma pretensa equalização do status dos gêneros, mas uma ideologia que pretende reformular a própria identidade feminina. De acordo com Akbal (2016), há coesão entre as expectativas e motivações femininas ao juntarem-se à guerrilha e os objetivos propostos pelo grupo.

Alguns depoimentos possibilitam a elucidação do ponto que se pretende provar. Roserin Wan, combatente de 22 anos que, antes de se juntar ao PKK estudava engenharia em Van (no sudeste da Turquia), explica “por que o PKK? Porque a sociedade turca não permite

⁸⁴ “A revolução é feminina” (ÖCALAN, 2010 apud TANK, 2017).

às mulheres serem livres como elas desejam” (WEST, 2015, tradução nossa)⁸⁵. Sua colega de campo de treinamento, Nuve Rashat, particulariza sua adesão ao grupo guerrilheiro desta maneira: “eu [aderi] por causa da ocupação que o Curdistão vem sofrendo há centenas de anos, mas principalmente porque a luta do PKK pela libertação curda sempre abrangeu o esforço pela emancipação feminina, coisa que faltava na minha sociedade” (WEST, 2015, tradução nossa)⁸⁶. Rashat continua em seu depoimento, demonstrando que a ideologia que permeia o PKK vai ao encontro da mentalidade das guerrilheiras e dos desejos que fazem com que as mulheres se engajem no esforço da guerrilha:

Uma mulher não pode ser livre simplesmente perseguindo sua própria liberdade individual - ela tem que se engajar na libertação de todas as outras mulheres também. No PKK, nosso principal objetivo é desenraizar da cabeça das meninas todas as inverdades proclamadas pelas sociedades dominadas por homens. [...] Nós temos total autodeterminação aqui. Em oposição à sociedade exterior, nós não permitimos que os homens influenciem e controlem nossas escolhas. Nós decidimos como nos educar e nos organizar, e também como treinar para o combate. (WEST, 2015, tradução nossa)⁸⁷

Yildiz, uma guerrilheira de 20 anos que há três está nas fileiras do PKK, reflete acerca do papel social da mulher e da guerrilha, uma vez que sua razão para aderir ao grupo foi um sentimento de sufocamento étnico e de gênero: “quando eu vim para cá, eu percebi muito mais a existência das injustiças sociais. Como nós vivemos dessa maneira por tanto tempo? Como nós aceitamos isso esse tempo todo?” (DAMON, 2008, tradução nossa)⁸⁸. A realidade do ser mulher perpassa reiteradamente o discurso das combatentes curdas:

As mulheres crescem escravizadas pela sociedade. No minuto em que você nasce como menina, a sociedade tolhe você. Nós fomos à guerra dessa maneira. Se eu sou mulher, eu preciso ser conhecida pela força da minha feminilidade para ganhar respeito. Esses são meus direitos. E isso foi difícil para os homens aceitarem. (DAMON, 2008, tradução nossa)⁸⁹.

⁸⁵ “Why the PKK? Because Turkish society wouldn’t let women be as free as they wished.”

⁸⁶ “I did it because of the occupation Kurdistan had been suffering under for hundreds of years but mainly because the PKK’s fight for Kurdish freedom had always incorporated the struggle for women’s emancipation, which was lacking inside my society.”

⁸⁷ “A woman can’t feel free just by pursuing her own individual freedom - she has to struggle for the liberation of all the other women too. In the PKK, our main goal is to uproot from the girls’ minds all the misconceptions hailed from male-dominated societies. We have full self-determination here. As opposed to the society out there, we don’t let men influence and control our choices. We decide how to educate and organise ourselves, as well as how to train for the actual fighting.”

⁸⁸ “When I came here, I realized the social injustices so much more. How could we have lived like this for so long? How could we have accepted this for so long?”

⁸⁹ “Women grow up enslaved by society. The minute you are born as a girl, society inhibits you. We’ve gone to war with that. If I am a woman, I need to be known by the strength of my womanhood, to get respect. Those are my rights. And it was hard for the men to accept this”

O depoimento acima é de Rengin, guerrilheira que consta nas fileiras do PKK desde a década de 1990, quando ainda era uma menina de 14 anos que vira o pai ser morto por forças armadas turcas – e optou por juntar-se ao grupo guerrilheiro para lutar pelos direitos dos curdos e das mulheres (DAMON, 2008). Hoje Rengin é comandante de um batalhão exclusivamente feminino do grupo curdo. O depoimento de uma comandante de outra unidade, Jiman, similarmente revela que a motivação para juntar-se ao grupo passa por sua história pessoal, mas que também compreende uma causa holística em prol da coletividade: Jiman fugiu de um lar violento e de uma comunidade que assistia a constantes crimes de honra; no entanto, a comandante reitera que sua adesão ao PKK se justifica pela fuga de seu ambiente familiar mas também pelo desejo de combater essa realidade na sociedade curda de maneira geral (KRAJESKI, 2013).

Os depoimentos sobre a realidade feminina na sociedade turca não se encerram - Dmitra reflete sobre as possibilidades que a adesão ao PKK oferece, balanceando estes pontos aos malefícios potenciais que a adesão pode acarretar: “eu não era feliz com a minha vida em casa, a chance de viver uma vida digna foi tirada de nós. Eu prefiro viver por pouco tempo e controlar meu próprio destino do que viver por cem anos e ser humilhada.” (BBC, 2014, tradução nossa)⁹⁰. Um testemunho que sintetiza essa miríade de relatos das guerrilheiras é o que segue: “a mulher curda tem mais sorte do que a mulher turca. As mulheres curdas sabem que há uma organização para ajudá-las” (KRAJESKI, 2013, tradução nossa)⁹¹.

5.2.2 Realidade?

Enquanto as histórias pessoais que motivam as guerrilheiras a juntarem-se à causa guerrilheira se desenrolam ao redor das desigualdades às quais as mulheres e os curdos estão especialmente expostos, a menção ao que é concreto é útil na análise para além das práticas discursivas perpetradas pelas guerrilheiras. É pertinente apontarmos como essa ideologia de libertação feminina impacta concretamente a vida da guerrilha, se os discursos – fervorosos em sua ideologia e militância – se mantêm após o ingresso nas fileiras do PKK, e potenciais motivações para o alistamento que sejam reativas - e não ativas, como se verificou até então.

⁹⁰ “I wasn’t happy with my own life back home. The chance to live a proper life has been taken away from us. I prefer to live for a short time and control my own destiny than to live for a hundred years and to be humiliated.”

⁹¹ “The Kurdish woman is luckier than the Turkish woman. Kurdish women know that there’s an organization to help them.”

Internamento ao grupo, o que a adesão feminina em massa e a ressignificação da ideologia do PKK em prol da libertação feminina como valor maior significou para a guerrilha?

Inicialmente nós não queríamos aceitar. Mulheres são, por natureza, fisicamente mais fracas, e em um contexto de guerra isso nos afeta como um bumerangue. É preciso cuidar do jeito que você luta, do jeito que você se move. Então nós éramos contra isso. Nós não queríamos mulheres conosco, pois faz com que o combate seja mais difícil para nós. No entanto, Öcalan falou em seu livro que se estávamos realmente tentando criar uma nova sociedade, nós tínhamos que fortalecer as mulheres. Se as mulheres são escravizadas, então os homens também o são. (DAMON, 2008, tradução nossa)⁹²

O depoimento do guerrilheiro Karim denota a dificuldade efetiva do momento transacional onde mulheres se tornaram parte ativa do grupo. No entanto, percebe-se que por mais custosa que esta metamorfose tenha sido, ela foi bem sucedida: as mentalidades feminina e, principalmente, masculina foram e estão sendo gradativamente alteradas, de modo que a sociedade curda na qual o PKK se insere aceita o poder feminino – “nesta região, as mulheres curdas têm mais poder do que os homens” (KRAJESKI, 2013, tradução nossa)⁹³. Observa-se que a mentalidade de toda uma comunidade foi alterada, e não somente a dos membros ativos do grupo guerrilheiro, por meio do seguinte depoimento de um civil, pai de uma guerrilheira:

Eu tentei deter a Ameena de todos os jeitos, mas não consegui. A decisão dela era definitiva. Nós nascemos em uma sociedade que respeita as mulheres e suas decisões. Eu nunca imaginei que a decisão da minha filha seria se tornar uma guerreira, mas eu passei a me orgulhar dela. Ela é mais corajosa do que eu e mais forte do que seus irmãos. (BENGIO, 2016, p. 40, tradução nossa)⁹⁴

Ainda o depoimento de Karin aponta para um despreparo, por parte das mulheres, em relação ao combate; no entanto, os anos de treinamentos intensivos em acampamentos exclusivamente femininos altera radicalmente esse quadro de inexperiência feminina nos assuntos bélicos. Beritan Sela, comandante de uma unidade mista do PKK, refere o treinamento árduo ao qual as jovens guerrilheiras (por diversas vezes ainda menores de idade) são submetidas, de modo com que aprendam rapidamente técnicas de combate em montanha e de guerrilha urbana (BBC NEWS, 2015). Embora penoso, o treinamento não afungenta as

⁹² “We didn't want to accept it at first. Women by nature are physically weaker, and in war that hits you like a boomerang. You need to watch the way you fight, the way you move. So we were against this. We didn't want the women with us because it makes combat tougher on us. But Ocalan said in his book, if we are really trying to create a new society, we have to develop women. If women are enslaved, then so are men.”

⁹³ “In this region, women have more power than Kurdish men.”

⁹⁴ “I tried to stop Ameena by all means but I couldn't. Her decision was final. We are born in a liberated society that respects women and their decision[s]. I never imagined my daughter's decision would be to be a fighter, but I have become very proud of her. She is braver than I am and stronger than her brothers.”

novas guerrilheiras: de acordo com a experiência vivida por Aveen, uma jovem de 19 anos, o treinamento, embora duro, é satisfatório e as jovens costumam gostar do ambiente da guerrilha – um ambiente de treinamento militar e manejo de armas, mas também um ambiente de acolhimento, auto-reflexão e amizade (BBC NEWS, 2015). O testemunho de Aveen é corroborado por sua colega Arjin, também de 19 anos de idade, que afirma gostar muito da vida da guerrilha: embora seja difícil, a guerrilheira afirma prezar pela riqueza do ambiente (BBC NEWS, 2015).

Em termos práticos, o treinamento militar das combatentes consiste em manejo de todo tipo de armas, de fuzis de assalto a pequenos morteiros – no entanto, segundo relatos, as guerrilheiras excedem a performance masculina principalmente no manejo dos rifles de precisão (que requerem mais paciência e calma) (PLATT, 2014). Além disso, as guerrilheiras vão às linhas de frente do combate todos os dias, tendo acordado às 03h da manhã para um dia de treinamento, aulas e exercícios (BATESON, 2015).

Retornando ao depoimento de Aveen, outro trecho muito relevante de sua fala é sua motivação para aderir ao PKK: sua vila natal, Sinjar (na porção iraquiana da tríplice fronteira entre Iraque, Síria e Turquia) foi capturada por combatentes do ISIS – e Aveen foi pessoalmente torturada e violentada por estes combatentes. Após ter sido liberta, aderiu ao PKK, não somente como forma de vingar sua experiência pessoal e de sua cidade natal, mas também como forma de auxiliar na prevenção de que outras cidades encontrassem o mesmo trágico destino que Sinjar (BBC NEWS, 2015). O que é essencial ressaltar deste trecho é a emergência do grupo ISIS como fator que impulsionou não só a luta do PKK, como o alistamento a este grupo.

A atuação do ISIS em especial relação com as mulheres é de brutalidade; são comuns as práticas de sequestros, escravização, torturas, violência sexual e assassinatos atroz (BATESON, 2015). Esse comportamento institucionalizado fez com que, em reação, muitas mulheres se juntassem à guerrilha para combater as práticas misóginas do ISIS, e foi justamente pela atuação destas mulheres que as ramificações do PKK ficaram mais famosas e receberam apoio nos anos recentes – por sua atuação no combate ao ISIS (BENGIO, 2016).

Um fator curioso para a compreensão da relevância da participação feminina no combate ao grupo islâmico é o fato de que os combatentes deste grupo evitam confrontos diretos com mulheres, visto que, caso um cidadão de fé islâmica mate uma mulher em combate, a ele não poderá ser garantida, após sua própria morte, sua entrada no céu e a conquista das sete virgens prometidas (PLATT, 2014). Mais do que isso, os combatentes do

ISIS temem o combate com mulheres por vê-las única e tão somente como objetos sexuais/figuras sexualizadas, de modo que a outra face da personalidade feminina (a agressividade) repele o combatente inimigo – e motiva as mulheres a combatê-los (PLATT, 2014).

Sumarizando as imagens retratadas pela mídia e o quadro composto pelos depoimentos expostos no presente trabalho, resulta que a percepção coletiva sobre as guerrilheiras do PKK é de mulheres corajosas, guerreiras, irrefreáveis, inabaláveis, militarizadas em suas esferas pública e privada. De fato, há uma contiguidade entre essa imagem exterior e o comportamento íntimo das guerrilheiras (vide os depoimentos acima expostos) – de acordo com Bateson (2015), a outorga de nomes de guerra às combatentes provê as formas sob a qual uma performatividade de certa identidade se dá de maneira ininterrupta: seja no combate ou na sua vida privada.

O nome de guerra permite que as mulheres sejam constantemente lembradas da identidade coletiva que representam; no entanto, o mais interessante é que todos estes atributos não masculinizam a figura das combatentes, conforme visto no capítulo três e a discussão sobre performatividade de identidade militarizada masculinizada. Vide o capítulo quatro e a demonstrada evolução da autorreflexão das mulheres combatentes sobre sua feminilidade, a utilização das tradicionais tranças, lenços e demais acessórios tradicionalmente femininos, as guerrilheiras demonstram que características relacionadas ao esforço bélico e as características tradicionais da feminilidade são perfeitamente compatíveis. Ainda de acordo com Bateson (2015), esse enfrentamento das questões identitárias tradicionais relaciona-se com a ideologia de libertação feminina do PKK, e vem sendo altamente bem sucedido.

Em referência às práticas discursivas dos testemunhos das combatentes do PKK, é importante mencionar o papel do fervor ideológico do momento histórico, que contribui para o molde das falas dos guerrilheiros; mas principalmente é crucial ressaltar o papel de edição do Partido: Duzel (2018) produziu uma pesquisa acerca da simbologia do grupo guerrilheiro pautando-se na análise dos diários escritos pelos combatentes – prática que é incentivada pelo grupo e seguida mais recorrentemente por combatentes mulheres. Esses diários são de propriedade do PKK (não dos guerrilheiros que os escrevem), o que faz do grupo o detentor de um dos maiores acervos de narrativas pessoais do mundo (DUZEL, 2018). Estes diários contém uma série de informações pessoais e coletivas, narrativas públicas e íntimas, compondo um grande cenário da guerrilha curda; no entanto, todo este material produzido é

editado e filtrado oficialmente pelo Partido, de modo a adequar-se à ideologia do grupo: páginas são arrancadas, outras podem não ser liberadas para acesso ao público, trechos são revisados (e o/a combatente deve adicionar alguma passagem, complementando o sentido do que escreveu, de modo a não deixar dúvidas sobre seu comprometimento com o grupo e com a causa), etc. (DUZEL, 2018). Com isso, pretende-se dizer que o discurso (feminino ou não) no escopo do PKK é conduzido, de modo que se deva questionar a fidelidade do que se é dito ao que realmente se pensa e sente. Não se pretende suscitar desconfiança dos depoimentos colhidos, do material disponibilizado e das análises feitas, mas é essencial pontuar essa característica institucional do grupo.

É possível concluirmos que com a assunção de posições de liderança e de igualdade política com os homens, com a prática de combate das mulheres curdas e de sua autorreflexão sobre o papel da feminilidade, o rompimento com preceitos tradicionais do comportamento identitário, está havendo progresso consistente na emancipação feminina por meio da participação das mulheres na guerrilha (SERHAT; SERVAN, 2015 apud BATESON, 2015).

5.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

Os ambientes institucionais de similitudes – o ambiente democrático instável, as sociedades conservadoras (em especial em relação às mulheres) e a marginalização socioeconômica de boa parcela da população -, bem como trajetórias históricas convergentes – a insurgência de inspiração marxista e o autofinanciamento da guerrilha após o fim da União Soviética – fazem com que as FARC-EP e o PKK possuam aspectos parelhos. Entretanto, a reformulação pela qual ambos passaram, quando do fim da bipolaridade, constrói caminhos divergentes para os grupos: enquanto o PKK instrumentaliza, ideologicamente, a emancipação feminina como ponto de partida para a liberdade civilizacional, as FARC-EP se reestruturam de maneira mais pragmática e não incluem mudanças institucionais no grupo. Desta maneira, muito embora ambos os grupos preconizem a igualdade de gêneros, observa-se que o PKK avança a passos largos para a emancipação feminina, enquanto as FARC-EP contam com essa doutrina apenas nas práticas de discurso.

Observou-se que a reestruturação ideológica adotada pelo PKK fomenta uma mudança estrutural nas bases sociais de toda uma comunidade, e a emancipação feminina predicada pelo grupo origina efetivas e duráveis alterações na condução política, cultural e social das coletividades curdas. Nesse sentido, a iniciativa da guerrilha curda vai ao encontro ao que foi prescrito no capítulo segundo deste trabalho, onde a UNESCO sugere que a paz

durável é apenas sustentável mediante a igualdade de direitos e oportunidades para homens e mulheres. A sociedade mais igualitária que vem sendo construída com auxílio da doutrina do PKK contribui para o entendimento durável de sociedade de paz – um entendimento especialmente caro em uma região de conflitos históricos como a do Curdistão.

Articular o entendimento de que, de alguma forma, um grupo guerrilheiro contribui para a construção de paz durável pode soar contraditório; no entanto, o que se pretende analisar nesta pesquisa é a contribuição do grupo para a situação feminina nas respectivas sociedades, sem debater o mérito do conflito. Desta maneira, é possível concluir que o PKK favorece a melhora concreta da situação feminina nas sociedades onde atua e no interior do próprio grupo. A guerrilha permite às combatentes a performatividade da identidade de gênero que as convêm, possibilitando um espaço de reflexão sobre o que é ser mulher, sobre o papel das mulheres, sobre uma sociedade nascente, etc.

Alternativamente, o que se observa da participação feminina nas FARC-EP é que a adesão das mulheres e a previsão (no estatuto do grupo, em 1985) da igualdade de gêneros na guerrilha não contribui efetivamente para a alteração da situação das mulheres na Colômbia, no geral ou no interior das próprias FARC-EP. O desempenho das combatentes, acima do estimado, denota que não há, de fato, igualdade entre os guerrilheiros: além de dever desempenhar tarefas domésticas e de cunho sexual, as mulheres combatentes ainda devem exceder seus colegas homens para provarem-se tão capazes quanto eles, e são utilizadas discricionária e indecorosamente para desmoralizar os inimigos:

Lutar uma guerra de contrainsurgência, especialmente no próprio país, é sempre psicologicamente custoso. Isso ocorre ainda mais na Colômbia devido ao uso imoral, por parte das FARC, de mulheres e crianças combatentes. Soldados colombianos acham a perspectiva de lutar com guerrilheiros crianças e mulheres desorientador, enfurecedor, e altamente desmoralizante. Matar mulheres e crianças não somente vai contra qualquer tabu cultural, como também vai contra o treinamento de Direitos Humanos e dificulta as restritas regras de engajamento – que se tornaram norma para as Forças Armadas colombianas desde os anos 1990 (HERRERA; PORCH, 2008, p. 618, tradução nossa)⁹⁵.

De acordo com Herrera e Porph (2008, p. 622, tradução nossa)⁹⁶, “‘vítimas’ frequentemente fazem bons soldados, e o terror contribui para estimular a performance militar”. Esse postulado pode ser aplicado para contribuir na elucidação da participação

⁹⁵ “Fighting a counterinsurgency war, especially in one’s own country, is always psychologically taxing. This is made more so in Colombia because of the FARC’s profligate use of women and child combatants. Colombian soldiers find the prospect of fighting female and child guerrillas disorienting, infuriating, and ultimately demoralizing. Not only does killing women and children go against every cultural taboo, it also runs contrary to the human rights training and complicates the strict rules of engagement which has become the norm in the Colombian military since the 1990s.”

⁹⁶ “‘Victims’ seldom make good soldiers, and terror only goes so far in stimulating military performance.”

feminina em ambos os grupos, PKK e FARC-EP; no entanto, muito embora contemos com diminuta amostra de material concernente ao primeiro grupo, a conclusão parcial possível é de que este grupo suaviza o caráter de vítima de suas combatentes, dando poder a elas, enquanto o segundo grupo aprofunda a natureza de vítima de suas combatentes, ao replicar comportamentos sociais nocivos dentro do próprio grupo.

Conclusão

Este trabalho monográfico pretendeu abordar a questão da participação feminina em movimentos armados com fins políticos, nomeadamente a guerrilha, e, em especial, a atuação das combatentes nas FARC-EP e no PKK. A observância dos padrões comportamentais femininos em ambos os grupos e o tratamento concedido a estas guerrilheiras pela organização estrutural destes foram parâmetros de comparação entre a experiência colombiana e curda. Desta maneira, objetivou-se, balizado pela restrição temporal estabelecida: determinar se a participação feminina em grupos guerrilheiros influi de alguma forma na performatividade da identidade de gênero nas sociedades em questão; e se o papel feminino nestas guerrilhas foi alterado ao longo do tempo e, com base nos grupos estudados.

Pautados em estudos acadêmicos prévios e demais documentos jornalísticos e técnicos utilizados na presente pesquisa, concluiu-se que os resultados para as indagações motivadoras deste trabalho são díspares para os dois grupos pesquisados. Enquanto demonstrou-se que o engajamento feminino no PKK, efetivamente alterado ao longo da existência do grupo - devido à sua reformulação ideológica quando do fim da União Soviética - reflete em uma mudança positiva na sociedade civil curda, o engajamento feminino nas FARC-EP mostra-se inalterado evolutivamente e não repercute (positiva ou mesmo negativamente) em uma mudança estrutural na sociedade colombiana. A própria manutenção do papel feminino nas FARC-EP induz à conclusão de que uma mudança relacionada a entendimentos tradicionais dos papéis de gênero não aconteceu mesmo dentro do próprio grupo, a despeito de sua pretensa estrutura igualitária para guerrilheiros e guerrilheiras.

A fim de alcançarmos os resultados descritos acima, o trabalho se fundamentou em conceituações elementares das Relações Internacionais: determinou-se, para os fins deste trabalho, a diferença entre grupos terroristas e grupos guerrilheiros, de maneira a caracterizar o escopo da pesquisa em grupos guerrilheiros; debateu-se questões relativas ao poder, enquanto estrutura primeira que fundamenta todas as relações sociais existentes (em maior ou menor medida), de modo a suscitar o debate sobre a capacidade do exercício da agência - incitando a reflexão relativa às possibilidades femininas. Ainda sob o enfoque das Relações Internacionais, apresentou-se a ideia de que a paz durável só é possível mediante igualdade de oportunidades para ambos os gêneros; assim, a existência de uma sociedade estruturalmente desigual pode antecipar a eclosão de conflitos armados. Justamente esse ponto é confirmado

posteriormente, quando se observou que a motivação feminina para juntar-se à guerrilha relacionava diretamente à condição das mulheres nas referidas sociedades.

Dotados de essenciais entendimentos, explorou-se matérias relativas ao estudo de gênero, de modo a compreender as identidades de gênero como construções sociais passíveis de alteração e fluidez - e apresentou-se o conceito de performatividade de identidade de gênero como entendimento que resume a ideia da fluidez de características e comportamentos pessoais. À performatividade de gênero somou-se os conceitos de militarização e identidade militarizada, onde propôs-se que membros de grupos armados adotam determinados comportamentos identitários específicos do ambiente militarizado - e levantou-se a suposição de que a atuação das mulheres em grupos guerrilheiros FARC-EP e PKK incluía-se nesta realidade.

Os relatos, depoimentos e análises acadêmicas prévias apresentadas nos capítulos quatro e cinco, embasadas pela compreensão teórica possibilitada pelos capítulos predecessores, conduzem a pesquisa às respostas às indagações fundantes iniciais. Em ambos os grupos, demonstrou-se que as motivações para a adesão à guerrilha relacionam-se a fatos relacionados à existência feminina nas respectivas sociedades: as relações de poder e subordinação às quais as mulheres estão submetidas e sua expectativa de futuro com falta de agência e possibilidades fazem com que jovens mulheres enxerguem na guerrilha uma oportunidade de mudar seus destinos. A ideologia pregada pelos grupos políticos figura no hall de motivações para a adesão, mas chama a atenção os depoimentos relacionados à condição feminina como motivadores para o alistamento na guerrilha. Observados os fatores acima, refutou-se a compreensão de que mulheres com comportamentos violentos (tais quais as mulheres que se juntam à luta armada) necessariamente os apresentam devido a algum desvio comportamental justificado por uma alteração de suas faculdades mentais.

Com relação às FARC-EP, os dados apresentados apontam que a falta de oportunidades faz com que as mulheres se submetam a uma série de imposições para serem bem aceitas no grupo, tais quais a execução do trabalho doméstico, a disponibilidade para relacionamento íntimo com os companheiros de batalha e as duras demandas da vida da guerrilha - todas essas tarefas somadas e entendidas como sinal de igualdade entre as combatentes mulheres e seus colegas homens. Não é apontado nas fontes utilizadas neste trabalho que esta realidade tenha se alterado grandemente no decorrer dos anos, tendo o papel social das mulheres nas FARC-EP permanecido basicamente inalterado desde a adesão da cláusula de igualdade entre homens e mulheres na guerrilha. Essa subserviência velada

implica que não tenha havido, de fato, uma alteração na mentalidade dos homens mesmo no grupo (que prega a igualdade de gêneros); o que dirá dos homens civis. Assim, concluiu-se que a participação feminina nas FARC-EP não gerou alteração nas estruturas sociais colombianas, e suas combatentes, em troca por sua pretensa liberdade, se submetem a relações de poderes tão prejudiciais quanto as que encontrariam na vida civil na própria guerrilha.

O cenário apresentado pelos resultados obtidos em relação ao PKK é completamente divergente do quadro descrito acima. Com a reestruturação ideológica pautada na *jinealogy*, a guerrilha curda toma a questão feminina como um norte para que possam atingir com sucesso os objetivos gerais do grupo (quais sejam a libertação dos povos e o fim do modelo Estadocêntrico). Assim, ao possibilitar a autorreflexão em relação ao que significa ser mulher e às capacidades femininas, o grupo incita uma mudança estrutural na sociedade curda, que se reflete em práticas políticas como a copresidência e a obrigatoriedade do voto feminino em decisões distritais. Há, portanto, uma inflexão na participação feminina no PKK: anteriormente à *jinealogy*, as mulheres combatentes figuravam como qualquer outro soldado nas fileiras da guerrilha que desejava a liberdade ao Curdistão; a partir da década de 1990, as mulheres passam a assumir um protagonismo político e social dentro e fora do grupo. Percebe-se que a identidade feminina militarizada restrigente observada nas FARC-EP não acontece no PKK, onde as mulheres mantêm (se assim desejarem) as características femininas anteriormente performadas, assumindo somente novas funções sociais.

Esta pesquisa obteve resultados para seus objetivos específicos; no entanto, os resultados são restritos aos recursos bibliográficos disponíveis: no caso do PKK, a pesquisa se deparou com uma limitação em termos de material referencial. Com os resultados obtidos no presente trabalho, observou-se a extrema importância do grupo na inflexão do papel social feminino na sociedade em questão, e demonstrou-se as grandiosas transformações estruturais possibilitadas pelo grupo. Assim, conclui-se também a necessidade de aprofundamento nas pesquisas e análises referentes a este grupo, de modo que futuras pesquisas possam contar com mais informações e, portanto, abarcar mais aspectos de análise.

O campo das Relações Internacionais, em especial, não conta com ampla literatura que relacione o uso da força à questão feminina, impactando na abrangência da capacidade analítica da área. Portanto, um resultado relevante da presente pesquisa também é a indicação da necessidade de se incluir questões de gênero nos estudos internacionais, contando com a avaliação de dados de instituições internacionalmente reconhecidas – tal qual a Entidade das

Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – para se obter compreensões holísticas sobre os estudos de conflitos.

Referências bibliográficas

- AKBAL, Gul Pembe. **Female Combatants : Same goals, different motivations ?** E-International Relations Students, [S.I], 2 jun. 2017. Disponível em: <http://www.e-ir.info/2017/06/02/female-combatants-same-goals-different-motivations/>. Acesso em: 14 jun. 2018.
- BALANCHE, Fabrice. **Rojava's sustainability and the PKK's regional strategy**. The Washington Institute. 24 ago. 2016. Disponível em: <http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/rojavas-sustainability-and-the-pkks-regional-strategy>. Acesso em: 02 jun. 2018.
- BANDEIRA, Rodrigo. **Os curdos**. Geografia e anarquia. 19 fev. 2016. Disponível em: <http://geografiaeanarquia.blogspot.com/2016/02/os-curdos.html>. Acesso em: 01 jun. 2018.
- BARBOSA, Alexandre. **A solidão da América Latina na grande imprensa brasileira**. 2005. 237 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BATESON, Florence. **Just Warriors and Beautiful Souls**. 2015. 74 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Conflitos e Direitos Humanos) - Utrecht University, Utrecht, 2015.
- BASSIOUNI, M. C. **The New Wars and the Crisis of Compliance with the Law of Armed Conflict by Non-State**. [S.I: s.n.]. v. 98 Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40042787>. Acesso em: 09 fev. 2018.
- BBC News. **Who are the female fighters of the PKK?** [S.I], 2014.
- BBC NEWS. **Kurdish and Yazidi women fighting ISIS**. [S.I], 2015.
- BENGIO, Ofra. Game Changers: Kurdish Women in Peace and War. **The Middle East Journal**, [S.I], v. 70, n. 1, p. 30–46, 2016. Disponível em: https://muse.jhu.edu/journals/the_middle_east_journal/v070/70.1.bengio.html%5Cnhttps://muse.jhu.edu/journals/the_middle_east_journal/v070/70.1.bengio.pdf. Acesso em: 13 mai. 2018.
- BERDAL, Mats; MALONE, David M. (EDS.). **Greed and Grievance: Economic Agenda in Civil Wars**. London: Lynne Rienner, 2000. Disponível em: <http://www.guillaumenicaise.com/wp-content/uploads/2014/08/berdal-greed-and-grievances.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2018.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª edição ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Volume 1.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica: um estudo da ordem na política mundial**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.

_____. **Giving an Account of Oneself**. New York: Fordham University Press, 2005.

_____. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Ed.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª edição ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000. p. 151–176.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap De. **Security: a new framework for analysis**. London: Lynne Rienner, 1998.

CANEFÉ, Nergis. The Kurdish Question in Turkey. **South European Society and Politics**, [S.I.], v. 8, n. 3, p. 165–175, 2003. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13608740808539661>. Acesso em: 22 mai. 2018.

CAPRIOLI, Mary. Primed for Violence: The Role of Gender Inequality in Predicting Internal Conflict. **International Studies Quarterly**, [S.I.], v. 49, p. 161–178, 2005.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2016.

CHABAUD-RYCHTER, Danielle. Harold Garfinkel: competência social e atribuição do gênero. In: **O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 295–312.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

COCKBURN, Cynthia. Militarism and war. In: SHEPERD, Laura J. (Ed.). **Gender Matters in Global Politics**. New York: Taylor & Francis, 2010. p. 105–115.

COLLECTIF SOLIDARITÉ FÉMINISTE KOBANÊ. **Messages de femmes à la frontière du Rojava: Résistance et liberté**. [S.I: s.n.]. Disponível em: <http://www.fondation->

besnard.org/IMG/pdf/RAPPORT-SFK-2015-1.pdf. Acesso em: 04 mar. 2018.

COLLIER, Paul; HOFFLER, Anke. Greed and grievance in civil war. **Oxford Economic Papers**, [S.I], v. 56, n. 4, p. 563–595, 2004. Disponível em: <https://academic.oup.com/oep/article-lookup/doi/10.1093/oep/gpf064>. Acesso em: 15 fev. 2018.

COSTA, Juliana Alves Da; SÉLIS, Lara Martim Rodrigues; SOARES, Samuel Alves. De Afrodite a Meliade?: o feminismo nos estudos de segurança. In: MATHIAS, Suzeley Kalil (Ed.). **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 205–228.

COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium - Journal of International Studies**, [S.I], v. 10, n. 2, 1981.

CRAMER, C. Homo Economicus Goes to War: Methodological Individualism, Rational Choice and the Political Economy of War. **World Development**, [S.I], v. 30, n. 11, p. 1845–1864, 2002.

D'AMICO, Francine. Feminist perspectives on women warriors. **Peace Review: a journal of social justice**, [S.I], v. 8, n. 3, p. 379–384, 1996. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/loi/cper20>. Acesso em: 12 mar. 2018.

DAMON, Arwa. Female fighters: we won't stand for male dominance. **CNN**, Qandil Mountains, Iraq, 2008. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2008/WORLD/meast/10/06/iraq.pkk/index.html>. Acesso em: 23 mai. 2018.

DEBOS, Marielle. Living by the gun in Chad: Armed violence as a practical occupation. **Journal of Modern African Studies**, [S.I], v. 49, n. 3, p. 409–428, 2011.

DINIZ, Eugenio. Compreendendo o fenômeno do terrorismo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 3º, 2002, Niterói. **Anais...** Niterói. p. 2-21.

DUZEL, Esin. Fragile goddesses: moral subjectivity and militarized agencies in female guerrilla diaries and memoirs. **International Feminist Journal of Politics**, [S.I], p. 1–16, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14616742.2017.1419823>. Acesso em: 19 mai. 2018.

DUZGUN, Meral. **The Kurdish Women's movement: challenging gendered militarization and the nation-state.** 2013. 44 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais e Críticos) - University of Westminster, Westminster, 2013. Disponível em: <http://womeninwar.org/wordpress/wp-content/uploads/2015/08/Beirut/7/1.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

_____. Jinealogy: The Kurdish Women's Movement. **Journal of Middle East Women's Studies**, [S.I.], v. 12, n. 2, p. 284–287, 2016. Disponível em: <http://jmews.dukejournals.org/lookup/doi/10.1215/15525864-3507749>. Acesso em: 17 abr. 2018.

ECCARIUS-KELLY, Vera. Surreptitious lifelines: a structural analysis of the FARC and the PKK. **Terrorism and Political Violence**, [S.I.], v. 24, n. 2, p. 235–258, 2012.

EL-ZEIN, Abdul Hamid. Beyond Ideology and Theology: The Search for the Anthropology of Islam. **Annual Review of Anthropology**, [S.I.], v. 6, n. 1977, p. 227–254, 1977.

FARC-EP. **Estatuto FARC-EP.** Colômbia, 2007. Disponível em: <https://www.farc-ep.co/pdf/Estatutos.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2018.

FUKUYAMA, Francis. Women and the Evolution of World Politics. **Foreign Affairs**, [S.I.], v. 77, n. 5, p. 24–40, 1998.

FUND FOR PEACE. **Fragile States Index.** Washington. Disponível em: <http://global.fundforpeace.org/index.php>. Acesso em: 09 mar. 2018.

GADDIS, John Lewis. **We now know: rethinking cold war history.** Oxford: Clarendon, 1997.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Porto Alegre: L&PM Editores, 2015.

GANOR, Boaz. Defining Terrorism: Is One Man's Terrorist another Man's Freedom Fighter? **Police Practice and Research**, [S.I.], 2002.

GOBIERNO NACIONAL DE COLOMBIA; FARC-EP. **Acuerdo sobre Cese al Fuego y de Hostilidades Bilateral y Definitivo y Dejación de Armas, Garantías de Seguridad y Refrendación.** Havana. Disponível em: <http://www.farc-ep.co/pdf/Acuerdos/23-06-16-borrador-conjunto-garantias-de-seguridad-1466705218.pdf>. Acesso em:

HENRIQUE, Antonio et al. As Guerrilheiras Curdas e a Redefinição das Questões de Gênero na Guerra: o Combate ao Terrorismo do Estado Islâmico no Iraque e na Síria. In: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL, 14º, 2017, Resende. **Anais...** Resende: Ministério da Defesa, 2017.

HERMAN, Melissa. Protagonists and victims: Women leading the fight for a democratic Colombia. **Feminist Review**, [S.I.], v. 88, n. 1, p. 122–127, 2008.

HERRERA, Natalia; PORCH, Douglas. “Like going to a fiesta” - the role of female fighters in Colombia’s FARC-EP. **Small Wars & Insurgencies**, [S.I.], v. 19, n. 4, p. 609–634, 2008. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09592310802462547> Acesso em: 08 mar. 2018.

HOLSTI, Kalevi J. **The State, War and the State of war**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

KALYVAS, Stathis N. The Ontology of “Political Violence”: Action and Identity in Civil Wars. **Perspectives on Politics**, [S.I.], v. 1, n. 03, p. 475–494, 2003. Disponível em: http://www.journals.cambridge.org/abstract_S1537592703000355. Acesso em: 22 mar. 2018.

KALYVAS, STATHIS N.; BALCELLS, LAIA. International System and Technologies of Rebellion: How the End of the Cold War Shaped Internal Conflict. **American Political Science Review**, [S.I.], v. 104, n. 03, p. 415–429, 2010. Disponível em: http://www.journals.cambridge.org/abstract_S0003055410000286. Acesso em: 07 abr. 2018.

KINGSLEY, Patrick. Turkey acquits 2 men in “honor killing” of their sister that shocked Berlin in 2005. **The New York Times**, New York, p. A11, 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/05/30/world/europe/turkey-germany-honor-killing.html>. Acesso em: 12 abr. 2018.

KRAJESKI, Jenna. Kurdistan’s female fighters. **The Atlantic**, Istanbul, 2013. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2013/01/kurdistans-female-fighters/272677/>. Acesso em: 19 mai. 2018.

LAPID, Y. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positive Era. **International Studies Quarterly**, [s. l.], v. 33, n. 3, 1989.

LIND, William S. et al. The Changing Face of War: Into the Fourth Generation. **Marine Corps Gazette**, [S.I.], v. 73, n. 10, p. 22–26, 1989.

LIND, William S. Understanding Fourth Generation War. **Military Review**, [S.I.], v. 84, n. 5, p. 12–19, 2004.

MADJID, Zeki. **I Rise**. 2017. Disponível em: <https://thekurdishproject.org/stories/celebrate-world-poetry-day-kurdish-poems/>. Acesso em: 28 abr. 2018.

MARCONI, Maria; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª edição ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MAZURANA, Dyan; PROCTOR, Keith. Gender, Conflict and Peace. **World Peace Foundation**. [S.I.], 2013.

MÉNDEZ, Andrea. **Militarized gender performativity: women and demobilization in Colombia's FARC and AUC**. 2012. Tese (Doutorado em Filosofia) - Queen's University, Kingston, 2012.

MERARI, Ariel. Terrorism as a strategy of insurgency. **Terrorism and Political Violence**, [S.I.], v. 5, n. 4, p. 213–251, 1993. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/loi/ftpv20>. Acesso em: 12 mar. 2018.

MINILLO, Xaman et al. Mulheres guerreiras: questões de gênero na participação feminina nas FARC e sua influência nas negociações de paz na Colômbia. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 6, n. 11, p. 305–339, 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/6921>. Acesso em: 23 abr. 2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Manual de emprego do Direito Internacional dos conflitos armados (DICA) nas Forças Armadas**. Brasília.

MISSE, Michel. **O estigma do passivo sexual**. 2ª edição ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

MOADDEL, Mansoor. The Study of Islamic Culture and Politics: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, [S.I.], v. 28, n. 1, p. 359–386, 2002. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.soc.28.110601.140928>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MOLANO, Alfredo. The Evolution Of The Farc: A Guerrilla Group's Long History. **NACLA**

Report on the Americas, [S.I.], v. 34, n. 2, p. 23–31, 2000. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10714839.2000.11722627>. Acesso em: 13 mai. 2018.

MONTE, Izadora Xavier Do. **Gênero e Relações Internacionais: Uma Crítica ao Discurso Tradicional de Segurança**. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

_____. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 59–79, 2013.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003.

NERUDA, Pablo. **Canto Geral**. São Paulo: Círculo do livro S.A, 1998.

OECD DEVELOPMENT CENTER. **Gender, Institutions and Development (Edition 2014)**. [S.I.] : OECD iLibrary, 2014. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/development/data/oecd-international-development-statistics/gender-institutions-and-development-2014_data-00728-en. Acesso em: 30 mar. 2018.

OLSSON, Christian; MALESEVIC, Sinisa. War. In: **The SAGE handbook of Political Sociology**. London: SAGE, 2017. p. 715–733.

ORTIZ, Román D. Insurgent Strategies in the Post-Cold War : The Case of the Revolutionary Armed Forces of Colombia. *Studies in conflict and terrorism*: [S.I.], v. 25, n. 2, p. 127-143, 2002.

PÉCAUT, Daniel. **As FARC: Uma guerrilha sem fins?** São Paulo: Paz e terra, 2010.

PESSOA, Fernando. **Livro do Desassossego**. Lisboa: Ática, 1982.

PLATT, Gareth. A Kurdish female fighter’s war story: “I don’t know how many I’ve killed in Kobani - I don’t see ISIS as human”. **International Business Times**, [S.I.], 2014. Disponível em: <https://www.ibtimes.co.uk/kurdish-female-fighters-war-story-i-dont-know-how-many-i-ve-killed-kobani-i-dont-see-1471412>. Acesso em: 29 abr. 2018.

POLONI-STAUDINGER, Lori; ORTBALS, Candice D. **Terrorism and violent conflict: women’s agency, leadership, and responses**. New York: Springer New York, 2013. v. 5

Disponível em: papers2://publication/uuid/31104857-6684-4D59-950F-81472F144695.
Acesso em: 08 abr. 2018.

RIBEIRO, Maria Florencia Guarche. **A revolução em Rojava: Jin, Jiyan, Azadî (mulheres, vida, liberdade)**. 2015. 147 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2015.

SILVA, Edna Lúcia Da; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. **Laboratório de Ensino a Distância da UFSC**, Florianópolis, p. 121p, 2001.

SIMONS, Greg. Fourth generation warfare and the clash of civilizations. **Journal of Islamic Studies**, [S.I.], v. 21, n. 3, p. 391–412, 2010.

SJOBERG, Laura; GENTRY, Caron E. Reduced to Bad Sex: Narratives of Violent Women from the Bible to the War on Terror. **International Relations**, Los Angeles, v. 22, n. 1, p. 5–23, 2008. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0047117807087240>.
Acesso em: 20 abr. 2018.

SKOCPOL, Theda; NORDLINGER, Eric; KRASNER, Stephen D. Strong States, Weak States: power and accommodation. In: MIGDAL, Joel S. (Ed.). **State in society: studying how states and societies transform and constitute one another**. Cambridge : Cambridge University Press, 2001. p. 58–94.

STANSKI, Keith. Terrorism, Gender, and Ideology: A Case Study of Women who Join the Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC). In: FOREST, J. F. (Ed.). **The Making of a Terrorist: Recruitment, Training, and Root Causes**. Westport: Praeger Security International, 2006. Volume 10, p. 136–150. Disponível em: http://cerac.org.co/assets/pdf/Stanski_Volume_I_Chapter_10.pdf. Acesso em: 05 mai. 2018.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Sete teses equivocadas sobre a América Latina. **Sociedade e cultura**, [S.I.], v. 17, n. 1, p. 159–169, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70340850015%0A>Como. Acesso em: 23 abr. 2018.

STEANS, Jill. **Gender and International Relations**. 3rd. ed. Cambridge: Polity Press, 2013.

STERN, Jessica; BERGER, J. M. **ISIS: The state of terror**. [S.I.] : Harper Collins, 2015.

SWEIG, Julia E. What kind of war for Colombia? **Foreign Affairs**, Tampa, v. 81, n. 5, p. 122–141, 2002. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20033273>. Acesso em: 14 mai. 2018.

TAAL, E. A. **The dynamics of gender in the context of war:** Towards understanding what scripts inform the way in which PKK female fighters perform gender in the recent war against the Islamic State in Conflict Studies & Human Rights. 86 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Conflitos e Direitos Humanos) - Utrecht University, Utrecht, 2015.

TANK, Pinar. Kurdish Women in Rojava: From Resistance to Reconstruction. **Die Welt des Islams**, Oslo, v. 57, n. 3–4, p. 404–428, 2017. Disponível em: <http://booksandjournals.brillonline.com/content/journals/10.1163/15700607-05734p07>. Acesso em: 24 abr. 2018.

THE WORLD BANK. **World Development Indicators**. Washington. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators>. Acesso em: 08 mar. 2018.

THOMAS, Raju G. C. What is third world security? **Annual Review of Political Science**, [S.I.], v. 6, n. 1, p. 205–232, 2003. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.polisci.6.121901.085731>. Acesso em: 12 fev. 2018.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e Estados europeus: 990-1992**. São Paulo: Edusp, 1996.

TURNER, Kathleen. Femme Fatales – Why Women are Drawn to Fight With Violent Extremist Groups. [S.I.], p. 1–21, 2016. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/fwvcorp/wp-content/uploads/20160419155228/FemmeFatales.pdf>. Acesso em: 08 de maio de 2018.

VIANA, Manuela Trindade. **A dimensão internacional do conflito armado colombiano : a internacionalização dos processos de paz segundo as agendas hemisférica e global**. 2009. 196 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

WEBER, Cynthia. Performative states. **Millenium: Journal of International Studies**, [S.I.], v. 27, n. 1, p. 77–95, 1998.

WELSH, Alexandra. Women of the Jungle : Guerrilleras on the Front Lines of the FARC-EP. **Glendon Journal of International Studies**, [S.I.], v. 8, n. 1, 2015.

WENDT, Alexander. The agent-structure problem in international relations theory. **International Organization**, [S.I.], v. 41, n. 3, p. 335–70, 1987.

_____. Anarchy is what states make of it: The social construction of power politics. **International Organization**, v. 46, n° 2, 1992.

WEST, Kate. The female guerilla fighters of the PKK. **The Middle East Eye**, 31 jul. 2015. Disponível em: <http://www.middleeasteye.net/in-depth/features/female-guerrilla-fighters-pkk-2044198184>. Acesso em: 17 mai. 2018.

WOMANSTATS PROJECT. **WomanStats Project database**. Disponível em: <http://www.womanstats.org/>. Acesso em: 23 fev. 2018.

ZEHNI, Tevfik. **Turkey and PKK terrorism**. 2008. 84 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Segurança) - Naval Postgraduate School, Monterrey, California , 2008.